

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 029.1.54.O

DATA: 02/03/11

TURNO: Vespertino

TIPO DA SESSÃO: Ordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h

TÉRMINO: 16h57min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 029ª Sessão, em 02 de março de 2011

Presidência dos Srs.
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

- Marco Maia
- Rose de Freitas
- Eduardo da Fonte
- Eduardo Gomes
- Jorge Tadeu Mudalen
- Inocência Oliveira
- Júlio Delgado
- Geraldo Resende
- Manato
- Carlos Eduardo Cadoca
- Sérgio Moraes



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 339 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. MARÇAL FILHO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARÇAL FILHO, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Finda a leitura do expediente, passa-se
ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Informo ao Plenário que temos 32 Deputados inscritos para falar até às 14h30min. Vamos, portanto, ser exigentes com o tempo, concedendo exatamente 1 minuto para cada orador.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Simão Sessim.



O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, o povo brasileiro se prepara para festejar o carnaval, que este ano ocorre agora no mês de março.

Conseqüentemente, passamos a viver nos dias que antecedem ao maior espetáculo da Terra, sem dúvida alguma, os desfiles das escolas de samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro, a grande expectativa de ver essa manifestação popular mexendo, e forte, a exemplo do que sempre faz, com a nossa sensibilidade e as nossas grandes emoções.

Todos os anos é sempre assim: vamos para a Marquês de Sapucaí nos encantamos com o voo esplendoroso, ágil e sempre irrequieto, nas asas da nossa querida e amada Beija-Flor.

Como diz o samba enredo dos compositores Samir Trindade, Serginho Aguiar, JR Beija Flor, Sidney de Pilares, Jorginho Moreira e Théo M. Neto, chegou a hora de botar para fora a felicidade, que não será pouca, com certeza.

E haja felicidade, Sr. Presidente. Até porque, a passarela do Sambódromo vai ficar pequena para a passagem de tantas estrelas. E este ano a nossa Beija-Flor desfila como gosta — solta, descontraída, em busca da conquista de seu 12º título dos desfiles das grandes escolas do Carnaval do Rio de Janeiro, prestando uma justa e merecida homenagem ao “rei” Roberto Carlos, “na plenitude de sua simplicidade”.

É verdade, Sr. residente, que o “rei” Roberto Carlos merece bem mais que uma simples homenagem; ele merece ser feliz por tudo de bom que já nos proporcionou ao longo de seus 50 anos de vida artística, distribuindo emoções e mostrando com muito amor os detalhes da vida de milhões de brasileiros.



Por isso mesmo, a azul e branco de Nilópolis, da Baixada Fluminense, tem tudo para justificar na passarela o porquê de sua grandeza e exuberância, que tanto nos encanta ao longo das tantas décadas.

Não resta dúvida, a o *glamour* dessa memorável agremiação vai ecoar mais uma vez do grito de uma nação azul e branca, que aposta no desempenho, na garra e na disposição de seus componentes, que certamente mais uma vez deixarão a passarela consagrada pelo povo.

Mas a Beija-Flor não é só festa, Sr. Presidente e nobres Deputados. Ela é também a esperança de um mundo melhor, traduzida nas ações sociais que promove durante o ano inteiro, não só para seus componentes, mas para toda a comunidade no seu entorno. A família Abraão David, que mantém creche, educandário, centros profissionalizantes, entre tantos outros tipos de benefícios, ajuda centenas de famílias, crianças e adolescentes a construir um enredo de vida com justiça social.

Aproveitamos a oportunidade para, desta tribuna, saudar as figuras ilustres que serão responsáveis diretos pelo brilhantismo do desfile da Beija-Flor na pessoa de seu Presidente de Honra, Aniz Abraão Davi; de seu Presidente Administrativo, Farid Abrão, e demais membros da diretoria da escola.

Não podemos esquecer de homenagear também o talento dos profissionais que todos os anos nos proporcionam tantas alegrias, como o querido Coordenador de Carnaval, Laíla, e os carnavalescos Alexandre Louzada, Fran-Sérgio, Victor Santos e Ubiratan Silva.

Estendemos ainda os cumprimentos a Neguinho da Beija-Flor, ao Mestre-Sala Claudinho e à Porta-Bandeira Selmyinha Sorriso; aos mestres de bateria Plínio



e Rodney, aos funcionários do barracão, aos chefes de ala, aos destaques e demais componentes, todos bastante engajados no propósito de conquistar mais uma vitória para a cidade de Nilópolis, para o povo da Baixada Fluminense.

Por fim, Sr. Presidente e nobres Deputados, resta-nos dizer que nessa estrada de santos guerreiros, com as bênçãos de todas as Nossas Senhoras, a querida Beija-Flor vai mostrar ao ritmo alucinante das batidas dos nossos corações, como é grande o seu amor pela vida de todos nós.

Muito obrigado, e até a vitória!



O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, daqui a pouco será realizada reunião entre os Líderes desta Casa e o Presidente Marco Maia, na qual tratarão de uma possível pauta extraordinária para hoje, com projetos de interesse das mulheres.

Sugiro a apreciação de um projeto aprovado na Comissão de Trabalho e atualmente em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça. Trata-se de um projeto que apresentei, visando à igualdade salarial entre homens e mulheres, com previsão de punição para o empregador que assim não proceder.

As estatísticas mostram que as mulheres têm ganhado espaço no mercado de trabalho, mas não têm recebido a mesma remuneração que os homens. Infelizmente, ainda existe essa discrepância, que podemos e devemos corrigir com a aprovação deste projeto na Câmara dos Deputados.



O SR. GERALDO SIMÕES (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita alegria que registro desta tribuna a visita da Presidenta Dilma ao Estado da Bahia no dia de ontem.

Estou muito contente pela sensibilidade e desempenho da Presidenta Dilma, não só por dar continuidade à política de desenvolvimento que caracterizou o Governo Lula, mas pela especial atenção que tem dado às mulheres, sua marca patente, particularmente as mulheres trabalhadoras da cidade e da área rural, as que mais sofrem na luta diária pela sobrevivência.

É simbólico que a Presidenta viaje milhares de quilômetros, de Brasília ao sertão da Bahia, para visitar a Feira Feminista e Solidária em Irecê, onde mulheres rurais expõem seus trabalhos.

Na ocasião, dando continuidade ao programa de erradicação da miséria, a Presidenta anunciou um aumento geral para os benefícios do Programa Bolsa Família, fato amplamente divulgado pela imprensa.

Em todo o País são beneficiadas 12,9 milhões de famílias. No ano passado foram pagos 13,4 bilhões de reais.

O aumento médio será de 19,8%, e poderá chegar a 2,1 bilhões de reais, considerando todo o programa. O percentual da bolsa para famílias com jovens até 15 anos poderá chegar a 45,5%. Será o maior.

Na minha cidade de Itabuna, onde 31.762 famílias estão cadastradas no programa, o Governo pagou o benefício, em 2010, para 19.827 famílias, alcançando o valor total de 23 milhões, 976 mil e 550 reais.

Supondo que será aplicado o aumento médio de 19,8% aos benefícios da cidade, teremos para 2011 um incremento aproximado de 4 milhões e 800 mil reais,



chegando o total de benefícios a 28 milhões e 800 mil reais, um montante considerável, não só para atender às famílias beneficiadas, cooperando para a melhoria da qualidade de vida, como também para estimular o crescimento da economia da cidade.

Agradeço sinceramente à Presidenta Dilma por persistir no rumo certo do desenvolvimento econômico com justiça social, garantindo um futuro melhor para todos.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar nos Anais desta Casa nota do Centro de Direitos Humanos de Cristalândia, Tocantins que lamenta a morte do advogado Sebastião Bezerra.

Diz a nota:

“A impunidade gera violência. Vivemos numa sociedade onde a mentira, a covardia, a injustiça e a corrupção parecem não ter fim, o que possibilita que bandidos de todos os tipos continuem destruindo os sonhos de vivermos num país mais democrático, ético e justo e que respeite a vida como um valor supremo e o dinheiro público como um fator de desenvolvimento social”.

Conclui a nota:

“A morte de Sebastião Bezerra não será inútil, enquanto houver pessoas dispostas a dizerem um não à injustiça, à indignidade, à corrupção e a lutar pelos direitos humanos. Que a verdadeira justiça abra as asas sobre nós.”

Esta é a nota do Centro de Direitos Humanos de Cristalândia, assinada por Paulo Henrique Costa Mattos.



O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou tecer breves considerações sobre dois assuntos.

O primeiro deles é a reforma política.

Confesso que não confio muito em que tenhamos força e condições políticas para votar um projeto de reforma política de iniciativa das duas Casas do Congresso Nacional: o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Por isso, creio que será bem-vindo a esta Casa projeto de iniciativa popular sobre esse tema tão importante para o País.

O outro assunto é relativo ao trecho sul da BR-156, objeto de audiência que tivemos hoje no DNIT.

Há um compromisso por parte do DNIT, e espero que esse compromisso seja honrado, o mais rápido possível, junto com o Governo do Estado do Amapá.

Assim, mais uma vez, faço um apelo àquele Departamento no sentido de que acelere a conclusão do projeto do Executivo para a BR-156, trecho sul, que liga Macapá a Laranjal do Jari, o que irá tirar Laranjal do Jari do isolamento, no inverno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. ARTUR BRUNO (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero comunicar a V.Exas. que hoje foi composta a Comissão de Educação e Cultura desta Casa, juntamente com as demais Comissões.

O nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, indicou-me como para compor essa Comissão.

Quero deixar registrados minha satisfação, meu prazer, minha honra por compor a Comissão de Educação e Cultura da Casa, onde vou defender uma educação pública e de qualidade e os direitos da minha categoria, os professores e professoras do País.

Por falar em professor, amanhã haverá posse da nova diretoria do Sindicato APEOC — Associação dos Professores em Estabelecimentos Oficiais do Ceará, para o qual foi eleito Presidente o meu amigo Prof. Anízio Melo.

Tenho dito.



O SR. DR. ALUIZIO (Bloco/PV-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do trabalhador brasileiro, submeto à avaliação deste Parlamento o Projeto de Lei nº 532, de 2011, que aborda o tema da insalubridade no ambiente de trabalho. Oriunda do latim, a palavra “insalubridade” significa tudo aquilo que pode causar doença.

Sob a ótica jurídica, são insalubres as atividades que exponham os trabalhadores a agentes nocivos à saúde, desde que acima dos limites tolerados. São considerados como agentes nocivos: ruído, calor, radiações, entre outros.

O artigo 192 da CLT define que o exercício de trabalho em condições de insalubridade acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho assegura a percepção de adicional de até 40%, conforme o grau de insalubridade, tendo como referência o salário mínimo da região. Entretanto, a Constituição não recepciona o referido dispositivo, porquanto não atribui ao salário mínimo poder de indexação.

Dessa forma, o PL 532 propõe se adote o salário-base da categoria funcional como valor referencial, abolindo-se do texto a referência ao salário mínimo. Esse, aliás, é o entendimento do TST.

Sendo assim, por entender que a matéria é relevante, solicito a distinta apreciação da Casa.

Muito obrigado.



O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um registro sobre o reajuste acima do salário mínimo do Programa Bolsa Família, que gerou controvérsias, particularmente na grande imprensa.

Cumprimento a Presidenta Dilma Rousseff, porque assim, na minha opinião, S.Exa. vai cumprindo seus compromissos de campanha, entre eles o de erradicação da pobreza.

País desenvolvido é aquele que não tem miséria nem pobreza. Portanto, nossos cumprimentos à Presidenta Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e aqueles que nos assistem, há poucos dias, quando o Ministro da Fazenda declarou que seriam necessários alguns ajustes nas finanças, incluindo um corte no Orçamento estimado em R\$50 bilhões, fiz questão de me pronunciar publicamente sobre minha confiança de que não haveria qualquer tipo de prejuízo a ações afirmativas essenciais do Governo Federal. Hoje ocupo este espaço aqui na Câmara para repercutir o anúncio, feito ontem pela Presidenta Dilma Rousseff, de que o Bolsa Família terá um reajuste médio de 19,4%, podendo chegar a até 45,5%, dependendo do número de integrantes das famílias e da faixa etária dos filhos.

Notem, Srs. Deputados, que esse aumento desse que é um dos principais programas de distribuição de renda representa um ganho real de pelo menos 8,7% acima da inflação acumulada desde setembro de 2009, ano em que o Bolsa Família teve seu último reajuste. Com isso, o valor médio distribuído às famílias beneficiadas pelo programa subirá de R\$96,00 para R\$115,00. Entretanto, de acordo com as



faixas de pagamento, o valor ficará entre R\$32,00 e R\$242,00. Até agora, o que vinha sendo distribuído ficava entre R\$22,00 e R\$200,00.

Na prática, além de números e porcentagens, esse reajuste anunciado pela Presidenta Dilma ontem na Bahia representa um compromisso levado a sério pelo País, tanto que está escrito no símbolo estampado como marca do Governo pelos próximos quatro anos: País rico é país sem pobreza.

Por mais que alguns setores insistam em não reconhecer e fechar os olhos à importância do Bolsa Família, o fato é que esse programa é exemplo mundial de distribuição de renda, minimizando a pobreza extrema e possibilitando a milhões de pais e mães uma oportunidade de criar seus filhos com o mínimo de dignidade que uma Nação com o tamanho e a importância do Brasil tem a obrigação de oferecer.

Acredito que, como a própria Presidenta Dilma disse ontem, é uma obrigação do Estado *“beneficiar quem tem mais filhos e maior dificuldade de enfrentar a vida”*. Um país como o Brasil, que cresce a passos largos, encaminha-se para um novo patamar de riqueza e procura seu lugar como uma potência mundial, tem o dever de promover a justiça social. Além disso, é inegável também o papel que as políticas afirmativas do Governo Federal têm na economia nacional. A partir do momento em que essas famílias passam a contar com uma renda, esse dinheiro passa a circular na economia, gerando emprego e dividendos para municípios de todo o Brasil.

Portanto, quero parabenizar mais uma vez o Governo Federal pelo acerto ao elencar suas prioridades. Se, por um lado, o momento exige que se aperte o cinto nos gastos públicos em determinados setores, por outro, é essencial que se saiba dar continuidade àquilo que é essencial para a vida de milhões de cidadãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. SERGIO ZVEITER (PDT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no dia 28 de fevereiro próximo passado fez 50 anos que faleceu o ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro Roberto Silveira. Apresento os meus sentimentos de respeito à sua família.

Feito o registro, quero dizer que ontem não tive oportunidade de externar minha alegria com o aniversário da cidade do Rio de Janeiro. Assim, desta tribuna, parabenizo uma vez mais o Prefeito Eduardo Paes, o Governador Sérgio Cabral, os Deputados Estaduais e Federais fluminenses e os Vereadores do Município do Rio de Janeiro pela passagem do aniversário da nossa cidade maravilhosa.

Associo-me às palavras do Deputado Simão Sessim que disse que o Estado do Rio de Janeiro, em particular a Capital, já está de braços abertos, assim como o Cristo Redentor, para receber a todos no carnaval.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Vou continuar a chamada dos Srs. Deputados, após breve interrupção.

Em cumprimento da determinação do Presidente desta Casa e também do nosso Regimento Interno e da legislação eleitoral, convido dois colegas para tomarem posse como Deputado Federal.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Encontra-se presente a Sra. Carmen Emília Bonfá Zanotto, representante do Estado de Santa Catarina, eleita pela Coligação PMDB/PSL/PSC/PPS/DEM/PTC/PRP/PSDB, que tomará posse em virtude do afastamento do titular.

Convido S.Exa. para prestar o compromisso regimental, com o Plenário e as galerias de pé.

(Comparece à Mesa a Sra. Carmen Emília Bonfá Zanotto e presta o seguinte compromisso):

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO BRASILEIRO E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Declaro empossada a Sra. Carmen Emília Bonfá Zanotto.

Parabéns. Seja bem-vinda à nossa Casa. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Encontra-se presente o Sr. Wanderley Alves de Oliveira, representante do Estado do Rio de Janeiro, eleito pela Coligação PP/PMDB/PSC, que tomará posse em virtude de afastamento do titular.

Convido S.Exa. a prestar o compromisso regimental, com o Plenário e as galerias de pé.

(Comparece à Mesa o Sr. Wanderley Alves de Oliveira e presta o seguinte compromisso):

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO BRASILEIRO E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Declaro empossado o Sr. Wanderley Alves de Oliveira, Deputado Deley, que retorna a esta Casa, com muita alegria.

(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Concedo a palavra ao Deputado Onofre Santo Agostini, do Democratas de Santa Catarina.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro minha alegria em ter nesta Casa mais uma conterrânea, a ilustre Deputada Carmen Zanotto, que é nossa amiga e é da minha terra. Por isso, é um prazer enorme ver aqui a Deputada Zanotto.

Estou dando entrada hoje nesta Casa ao Projeto de Lei nº 629, que acrescenta um § 7º ao art. 26 da Lei nº 9.394/96, propondo o seguinte:

“Art. 26

§ 7º A Educação Ambiental e a Educação no Trânsito são disciplinas obrigatórias no currículo escolar dos Ensinos Fundamental e Médio, com o objetivo de conscientizar as crianças e jovens a preservar o meio ambiente e a manter uma postura de segurança no trânsito.”

Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que esse projeto de lei e sua justificativa constem dos Anais desta Casa como parte deste meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Assim será, Deputado Onofre Santo Agostini.

PROJETO DE LEI A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 029.1.54.O
Data: 02/03/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 5187

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 22 A 22-A)



O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos acompanhado pela imprensa, nas últimas semanas, denúncias de muitos professores que passaram em concurso público realizado pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e foram reprovados na perícia médica. Os primeiros casos foram de professoras reprovadas por estarem obesas. Docentes que trabalham na rede de ensino há mais de 15 anos, que apresentaram resultados considerados normais nos mais de 13 exames realizados pela perícia, foram reprovadas por estarem acima do peso.

Agora já aparecem denúncias de docentes que já atuam na rede estadual e que há muitos anos passaram por dificuldades pessoais e precisaram de licença médica para se tratarem de depressão e foram reprovados porque a perícia detectou um potencial de retorno de um quadro depressivo.

O Governo de São Paulo alega que as reprovações são baseadas em critérios técnicos e que os professores devem gozar de boa saúde para serem admitidos na rede. O que as denúncias revelam, no entanto, é que há uma clara orientação do Governo de São Paulo para que sejam filtrados todos aqueles que no futuro possam vir a solicitar licenças médicas, mesmo que sua condição de saúde atual seja boa ou que tenham problemas que não os tornem inaptos para a função.

Não se trata de um simples problema de critérios que não foram bem aplicados ou de enganos pontuais. É a postura geral da Secretaria de Gestão Pública, que mapeou o perfil dos que podem vir a apresentar alguma necessidade de afastamento médico, um legítimo direito do trabalhador, em vez de fazer uma avaliação do estado de saúde atual ou de doenças que sejam impeditivas para o exercício da docência desses profissionais.



Ainda que tivessem algum problema de saúde, se isso não os tornasse inaptos para a função, não haveria justificativa para qualquer exclusão. Se a obesidade, por exemplo, é um problema de saúde, esses profissionais e todos os outros que já atuam na rede deveriam ter acesso a orientação e tratamento médico visando a melhorar sua qualidade de vida, e não sua exclusão profissional. Mas essa foi a saída encontrada pela gestão do PSDB para resolver o problema do grande número de afastamentos por motivo de doenças na rede estadual. O que o Governo estadual não diz é que boa parte desses problemas são causados pelas péssimas condições de trabalho oferecidas a esses profissionais, que estão há muitos anos na rede. Como não pretende melhorar as condições de trabalho dos professores, garantindo-lhes jornadas e salários dignos, acabando com a superlotação das salas, oferecendo-lhes estrutura para o exercício da docência, o Governo estadual seleciona os que melhor resistirão a estas condições.

Além de um nítido caso de discriminação, a postura do Governo paulista mostra a face mais cruel da política neoliberal, que trata os trabalhadores como simples peças de um mecanismo que podem ser excluídas sem maiores preocupações. É uma postura inadmissível, que deve ser revista. As perícias devem ser refeitas e os professores devem ter assegurado o direito ao ingresso na rede, que conquistaram no processo regular do concurso público.

A APEOESP entrou com recursos na Justiça e conseguiu decisões favoráveis aos trabalhadores reprovados, o que comprova o absurdo da política adotada pelos tucanos. Seguiremos acompanhando esses casos e agiremos da maneira necessária para impedir que tais violações sigam se repetindo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Souza.

O SR. CARLOS SOUZA (PP-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer alguns agradecimentos no dia de hoje.

Agradeço inicialmente a Deus pela oportunidade de voltar a esta Casa, que eu tanto honro. Agradeço ao povo de Manaus, minha cidade, e ao povo do Estado do Amazonas pela expressiva votação recebida.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para comunicar ao Plenário que fui eleito 1º Vice-Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. No meu entendimento, trata-se de uma das Comissões mais importantes desta Casa. Seu Presidente é nosso companheiro e amigo Deputado Gladson Cameli, representante do Estado do Acre.

A Comissão da Amazônia tem grande representatividade. Na região amazônica temos cerca de 25 milhões de brasileiros vivendo em estado de penúria. E nós nos comprometemos a trabalhar em benefício dessas pessoas.

Muito obrigado.



O SR. JUNJI ABE (DEM-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 11 de fevereiro de 2011 realizou-se sessão solene na egrégia Câmara Municipal de São Paulo, cujo evento de extrema magnitude e importância foi a outorga do Título de Cidadão Paulistano, aprovado por unanimidade pelos Excelentíssimos Senhores Vereadores ao Dr. Pedro Isamu Mizutani, por meio de decreto legislativo de autoria do Ilustre Vereador Jooji Hato.

Juntamente com a figura maiúscula do homenageado, marcaram presença na referida solenidade Ilustríssimos convidados, como o Sr. Mailson da Nóbrega, ex-Ministro da Fazenda; Marcos Sawaya Jank, Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar — ÚNICA; José Tadeu da Silva, Presidente do CREA/SP; José Pilon, ex-Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, entre outros de igual expressão.

Desejo registrar nos Anais da Casa a importância da referida homenagem, visto que o Dr. Pedro Isamu Mizutani ocupa o cargo de Presidente da COSAN S/A Açúcar e Álcool e de Vice-Presidente do Conselho de Administração da mesma empresa.

Sr. Presidente, nobres Parlamentares, a Companhia COSAN S/A Açúcar e Álcool é considerada, nos dias atuais, a maior empresa da América Latina do setor sucroalcooleiro. Teve sua organização iniciada décadas atrás com a Usina Costa Pinto. É válido ressaltar que a COSAN S/A, atualmente, comanda 23 usinas de açúcar e etanol e quatro refinarias de açúcar, com a incorporação de marcas famosas que no varejo brasileiro conhecemos como Da Barra e União. A COSAN S/A Açúcar e Álcool detém ainda dois terminais portuários no Porto Marítimo de



Santos, um para exportação de etanol e outro para açúcar e grãos — soja, milho, etc.

Em dezembro de 2008, para respeito e admiração dos cidadãos brasileiros, a COSAN S/A adquiriu toda atividade operacional da empresa Esso Brasileira de Petróleo, com uma rede de mil e quinhentos postos distribuidores de combustíveis e lubrificantes. Para o segundo semestre, essa gigante companhia prepara-se para adquirir também o complexo da Companhia Shell Brasil.

Como se não bastasse a grandiosidade dessa Companhia no contexto energético, cobrindo praticamente todo o território nacional, não se esquecendo ainda da distribuição de produtos matinais de altíssima qualidade, como os açúcares Da Barra e União, que adoçam a mesa dos consumidores deste Brasil imenso, orgulhosamente, a COSAN S/A participou da internacionalização tanto da área comercial quanto da área financeira, efetivando abertura de capital na bolsa de valores, em agosto de 2007, da importante cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

Como dito anteriormente, a COSAN S/A Açúcar e Álcool, por tudo que representa, é, atualmente, a maior companhia do mercado sucroenergético brasileiro, e um dos maiores produtores, comercializadores e exportadores de açúcar e etanol do mundo, com a missão de prover energia cada vez mais limpa e renovável para melhorar a vida das pessoas.

Conforme as palavras de Rubens Ometto Silveira Mello, Presidente do Conselho de Administração da COSAN S/A, e de sua digníssima esposa, Sra. Mônica Maria Mellão Silveira Mello, Presidente da Fundação COSAN S/A, o homenageado, que hoje ocupa os importantes cargos de Presidente da COSAN S/A



Açúcar e Alcool e Vice-Presidente do Conselho de Administração, ingressou na Usina Costa Pinto, em 1982, como um simples e humilde engenheiro, recém-formado, que se tornou um dos maiores responsáveis pela transformação, crescimento e desenvolvimento da hoje gigante COSAN S/A. Disse ainda que a Companhia deve praticamente ao Dr. Pedro Isamu Mizutani toda essa evolução.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a *performance* do homenageado justifica plenamente o recebimento do Título de Cidadão Paulistano, pelo papel desenvolvido como um dos maiores executivos do Brasil. Todavia, o Ilustre Vereador Jooji Hato acrescenta outros fatos que revelam e enobrecem mais ainda a figura do homenageado, pelo fato de o Dr. Pedro Isamu Mizutani ter tido uma infância, juventude, e os primeiros passos como adulto de extrema dificuldade e superação, pois como filho de um casal de imigrantes japoneses, cujo pai, Sr. Mamoru Mizutani, que aportou no Brasil em 1931 com um ano de idade, na companhia de seus pais, protagonizou uma história de trabalho intenso, com muito sacrifício, com um único objetivo: o de que seus descendentes trilhassem o caminho da seriedade, honestidade, dedicação ao trabalho, respeito ao próximo e ao Brasil, cultivando valores e princípios baseados infinitamente na ética e na moral.

Fruto dessa educação, o menino e jovem Dr. Pedro Isamu Mizutani, nascido em Ribeirão Preto, onde viveu com muitas dificuldades e obstáculos, por fazer parte de uma família de imigrantes, portanto pobre e humilde, cresceu, mas jamais se esqueceu do calor, solidariedade e amor do povo brasileiro, transformando-se nesta personalidade de grande destaque que honra e cumpre todos os deveres inerentes a uma pessoa dessa envergadura e responsabilidade.



É por isso que, hoje aos 50 anos de idade, casado com a ilustríssima Sra. Eunice Miyuki Kurosawa Mizutani, pai de um casal de filhos — Pedro Mamoru e Érica Maiyumi —, em reconhecimento a suas raízes e em homenagem aos seus pais, imigrantes japoneses, pratica intensamente o exercício de fomentar a cultura japonesa.

Não obstante o tempo quase que integral dedicado à COSAN S/A, busca no seu pequeno tempo disponível entusiasmo e dedicação para ser o Vice-Presidente do Clube Cultural e Recreativo Nipo-Brasileiro de Piracicaba, cidade onde reside atualmente, e preside a Liga Centro-Oeste de Karaokê, e ainda faz parte da diretoria da maior entidade brasileira de canção popular japonesa na condição de Vice-Presidente da União Paulista de Karaokê.

Como *hobby*, além de exímio pescador, tem como reconhecido seu talento de cantor amador, que abrilhanta os concursos de karaokê. Aliás, no 17º Concurso de Karaokê do Estado de São Paulo, denominado “Paulistão”, realizado na cidade de Sorocaba e promovido pela União Paulista de Karaokê, o homenageado, Dr. Pedro Isamu Mizutani, sagrou-se vice-campeão da categoria de cantor amador de música popular japonesa, para alegria e delírio de seus familiares, amigos e fãs.

É como muita emoção que gostaria de deixar registradas em minhas considerações finais as palavras do Dr. Pedro Isamu Mizutani, homenageado com o Título de Cidadão Paulistano pela egrégia Câmara Municipal de São Paulo:

“Tive o privilégio e a honra de ter nascido brasileiro na querida cidade de Ribeirão Preto, de pais japoneses, que tudo fizeram por mim, portanto, além da alegria, satisfação e honra que tenho de pertencer à maior



companhia do setor sucroenergético e alimentício da América Latina, que prima pela responsabilidade social, ambiental e fiscal, continuarei cultivando as tradições japonesas em benefício da comunidade nipo-brasileira, e desejo trabalhar ainda mais no sentido de fortalecer a relação bilateral Brasil-Japão, para que este país seja o fornecedor do combustível etanol ao Japão, por ser ele a energia que, diferentemente do petróleo, é infinita, é limpa e renovável.”

Está aí, Sr. Presidente, nobres Deputados, o registro de um brasileiro que merece de todos nós respeito, admiração, reconhecimento e gratidão, merecidamente homenageado com o título de Cidadão Paulistano.

Muito obrigado.



O SR. BETO FARO (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, terminou no dia 19 de fevereiro, em Paris, a reunião dos Ministros das Finanças dos países que integram o G-20.

Os resultados da reunião foram alvo de manifestações de otimismo pelos representantes de todos os governos, pois ainda que os acordos firmados não impliquem obrigações às partes, finalmente apontaram para algumas convergências de suma importância para a governança global.

O ponto essencial da pauta dessa instância do G-30 foi a discussão e definição de indicadores de desequilíbrio econômico a serem declarados pelos países com vistas a se reduzir os riscos de desequilíbrios financeiros globais. A iniciativa pretende se tornar um antídoto contra novas crises econômicas sistêmicas, a exemplo da crise de 2008, que de certa forma pegou de surpresa grande parte dos países.

Foram definidos cinco grandes indicadores: o saldo das contas correntes, taxas de câmbio reais, reservas internacionais, déficit ou dívida pública e poupança privada.

Muitas negociações e boa vontade foram necessárias para quebrar enormes resistências à aceitação de alguns desses indicadores, por conta do significado político de cada um deles para os respectivos países.

Por exemplo, a China e a Alemanha resistiram ao máximo contra o indicador das contas correntes, pelo temor de despertarem reações contra os seus excessivos saldos na balança comercial. Vale frisar que esses dois países já superaram os Estados Unidos no comércio externo.



Da mesma forma, o Governo brasileiro não aceitou tão facilmente o indicador das reservas internacionais, por receio de as negociações evoluírem para a definição de regras para o acúmulo de reservas. O anfitrião do encontro, Presidente Sarkozy, chegou a classificar como improdutivo o acúmulo de reservas.

O Brasil findou concordando apenas com o indicador, mas sem a possibilidade de conversão em qualquer forma de limitação das reservas. Afinal, não fosse o valioso colchão das nossas reservas, talvez ainda estivéssemos amargando os efeitos da crise global de 2008.

Em compensação, a delegação brasileira, comandada pelo Ministro Mantega, comemorou a inclusão de um indicador que tem sido objeto de enormes preocupações para o país. Trata-se da taxa de câmbio.

A administração voluntária do câmbio, especialmente pela China, tem levado a um processo de severas dificuldades competitivas para a indústria brasileira.

O fato é que vivenciamos período de forte apreciação do real, o que tem escancarado o mercado nacional para importações predatórias para a nossa economia. Muitos economistas apontam esse quadro como o principal fator determinante da chamada “doença holandesa”, que já estaria afetando fortemente o Brasil.

É verdadeiro o efeito danoso da valorização do real ante o dólar e o yuan, por exemplo. Mas enquanto as taxas de juros internos continuarem em níveis elevadíssimos, que colocam o Brasil na liderança mundial desse *ranking*, não será possível nenhum movimento sustentável na direção de uma taxa real de câmbio que reflita as condições de equilíbrio desse preço no Brasil.



Como diz o Ministro Mantega, contestado sem razão pela Ministra das Finanças da França, há, sim, uma verdadeira guerra cambial patrocinada pela China e os Estados Unidos. A China, por meio das evidentes manipulações diretas do yuan. Os Estados Unidos, pela política monetária expansiva levada a cabo desde o início da crise econômica, acentuada com a recente ação do FED, que ampliou ainda mais o nível de liquidez da economia americana.

Essa situação tem afetado sobremaneira a competitividade da indústria nacional, pondo em risco o complexo industrial brasileiro.

Enfim, ainda que o câmbio apreciado no Brasil seja decorrência da política monetária, a inclusão dessa variável econômica entre os indicadores de desequilíbrios financeiros globais teve a virtude de romper com a atitude radicalizada da China contra qualquer medida que viesse questionar a sua política artificial de depreciação do yuan.

Sobre a proposta de uma reforma do sistema monetário internacional, os responsáveis pelas finanças dos países do G-20 mostraram convergência pela conversibilidade das divisas. Contudo, não houve decisão mais efetiva sobre o assunto, até pelas dificuldades de incorporação do yuan; moeda cuja taxa de câmbio apresenta-se sob o controle direto das autoridades de Pequim. O tema foi postergado.

Outro encaminhamento relevante do evento foi a criação de um grupo de trabalho liderado por Brasil e Alemanha para tratar das questões de fluxos de capitais.



Enfim, seria ainda mais promissor para a economia mundial que os acertos de Paris viessem a se refletir na retomada efetiva das negociações em torno da Rodada de Doha, empacada desde 2001.

Agora é torcer para que em novembro, novamente em Paris, os chefes de Estado e de governo confirmem os acordos dos seus Ministros de Finanças que visam, em especial, a reformulação do sistema financeiro global.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os círculos financeiros do País aguardam o resultado da reunião do Comitê de Política Monetária, na expectativa de que, existindo acréscimo na Taxa SELIC, o patamar não ultrapasse o percentual de 0,5%, ainda assimilável pelos que acompanham a evolução dessa importante área de nosso desenvolvimento.

Há, porém, os que se mostram menos otimistas, admitindo que o quadro nacional recomendaria até 0,75%, como se verificou em deliberações anteriores, quando à frente do Banco Central o Ministro Henrique Meirelles, hoje desempenhando funções no Comitê Olímpico da próxima Copa.

Em matéria divulgada na edição de ontem do jornal *Correio Braziliense*, o economista-chefe do Espírito Santo Investment Bank emite abalizada opinião, vazada nos seguintes termos:

“Não é uma questão de teimosia, mas sim de levar em conta os sinais apresentados desde a reunião de janeiro. Àquela altura, o BACEN deixou clara a sua crença na convergência da inflação para o centro da meta de 4,5%”.

Segundo Santos, o Banco Central está apostando em dois fatores para ser mais moderado. O primeiro é o corte de 50 bilhões no Orçamento da União, arrocho que, mais à frente, pode ser acrescido em 30 bilhões.

Já para o economista-chefe do Bradesco, Octavio de Barros, “a desaceleração da economia será mais forte do que se imagina e, por isso, no seu entender, o BC não precisa avançar o sinal”.



É, portanto, nesse cenário de opiniões controvertidas que se aguardará, com inusitada ansiedade, o veredicto do COPOM, com seus reflexos na estrutura econômico-financeira do País.

O empresariado, certamente, posicionar-se-á contra qualquer tipo de acréscimo —não quer 0,5%, muito menos 0,75% — mantendo o posicionamento tantas vezes adotado às vésperas de deliberação dessa magnitude.

A sempre aguardada ata dessa nova reunião pautará as razões que determinarão a nossa política de juros, agora sob a égide do Governo da Presidente Dilma Rousseff.

A sinalização de quaisquer majorações sempre gerará inquietude entre os investidores e os segmentos empresariais do País.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, com a proximidade das festas de carnaval, tomo a palavra, na qualidade de membro da Comissão de Turismo e Desporto, para falar um pouco sobre as tradicionais festas dos Municípios de meu Estado, Santa Catarina, onde o carnaval é muito forte, principalmente na região litorânea.

As cidades começam a definir suas programações e a viver o clima de folia. Cada Município trabalha de forma a aumentar o número de turistas e também o número de empregos. As Prefeituras se mobilizam e preparam desfiles para a população.

O carnaval é uma das festas mais tradicionais de nosso País, e no Sul não é diferente.

No Município de Braço do Norte está prevista uma apresentação da Escola de Samba Unidos do Vale com mais de 100 integrantes. Os ensaios estão a todo vapor. O enredo fala sobre as origens do Município, sobre o comércio, as molduras e a agricultura. O resgate cultural é uma forma de homenagear a cidade. O evento é um resgate das festas que eram feitas muitos anos atrás.

Em Grão Pará, outro Município catarinense, também há uma programação bastante extensa durante os 4 dias de festa. Desfiles, concursos de sambistas e fantasias, carnaval de rua e premiação de blocos organizados estão no cronograma feito pela Prefeitura. A terceira idade e as crianças terão programações específicas para se divertirem. A Secretaria de Cultura quer popularizar e divulgar o carnaval e, para isso, afixou no *hall* de entrada da Prefeitura Municipal de Grão Pará um painel com uma frase: *“Carnaval, cultura do povo brasileiro”*.



Estas são apenas duas manifestações, mas outras tantas existem em nosso Estado. O carnaval é uma manifestação popular e deve ser valorizada por todos nós.

Por isso, aproveito para convidar todos aqueles que quiserem usufruir e ter um bom carnaval a conhecerem Santa Catarina, pois, além de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, aquele Estado tem, culturalmente falando, um dos melhores carnavais do Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria ainda de divulgar informações dos Municípios de Santa Catarina, relacionadas a ações importantes para os estudantes universitários, em especial no Município de Grão Pará.

O Prefeito Valdir Meurer Decorégio e os Secretários Evaldo de Oliveira, de Administração, e Rodolfo Bonetti, do Planejamento, receberam no último dia 11 de fevereiro uma comissão de alunos grão-paraenses, estudantes da UNISUL que buscavam da Prefeitura a garantia de que esta continuaria a auxiliá-los no custeio do transporte escolar.

Nos anos de 2007/2008 a administração municipal havia investido o valor de R\$12.156,37 como ajuda ao transporte de universitários, enquanto que a atual administração investiu em 2 anos a quantia de R\$37.499,17.

A atual administração investiu 208% a mais no transporte dos universitários. A Prefeitura anunciou que continuará apoiando os estudantes e estendeu o auxílio para os alunos que estudam na UNISUL e no UNIBAVE (Centro Universitário Barriga Verde) aos sábados. Exemplos como estes devem ser comentados e elogiados.



Encerro parabenizando o Prefeito Valdir Decorégio e todos que estão dando sua colaboração.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Tem a palavra o nobre Deputado Weliton Prado, que dispõe de 1 minuto.

Informo a V.Exa., que está chegando agora à Casa, o seguinte: fazemos a chamada do Deputado inscrito. Se este estiver ausente do plenário não terá garantida a palavra.

O SR. WELITON PRADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com todo respeito a V.Exa., eu já estava no plenário, mas V.Exa. não me viu.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dizer que estive na cidade de Juiz Fora, no final desta semana, onde fiz uma série de denúncias sobre o desvios de recursos do DPVAT, como mostram algumas notas divulgadas:

“Esquema do DPVAT pode atingir cifras milionárias”.

“Seguro DPVAT é pago mas dinheiro não chega às vítimas”.

“Advogado paga família de vítima após o caso vir à tona”.

Foi o que aconteceu com a estudante Camila, que já havia recebido a indenização, mas não a pagaram. Em 2009, depois da nossa visita à cidade de Juiz de Fora, foi feito o pagamento. No mesmo dia em que nós estávamos lá, e fizemos a denúncia, foi feito o pagamento.

Estive também na cidade do Rio de Janeiro, onde ocorre a mesma situação. Constato que é uma podridão total. Há uma máfia em todos os Estados da Federação. Por isso é muito importante levantarmos toda a documentação.



Há também o caso de um caminhoneiro que morreu em 2009, mas até janeiro de 2010...

(O microfone é desligado.)



O SR. GERALDO RESENDE (PMDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acompanhei, na semana passada, a visita do Ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, em solenidade de inauguração de posto do INSS no Município de Costa Rica, uma cidade de belezas naturais exuberantes. O Ministro foi àquele Município em meu Estado, a aproximadamente 500 quilômetros de Campo Grande, para inaugurar a agência do INSS. Depois de Costa Rica, onde fomos recepcionados pelo Prefeito Jesus Baird e os Vereadores da cidade, acompanhamos também, ao lado do Governador André Puccinelli, a inauguração da agência em São Gabriel do Oeste, outra cidade do Norte do meu Estado. Lá fomos recebidos pelo Prefeito Sérgio Luiz Marcon. O Ministro esteve ainda na cidade de Aparecida do Taboado, onde, por razões de agenda, não pudemos estar presentes.

O INSS, como todos sabem, é o órgão que arrecada e paga os benefícios da Previdência.

Mas o que nos leva a fazer esse pronunciamento não é apenas a importância dessas repartições à receita da Previdência Social, mas o seu alcance social, o que significa para essas duas pequenas comunidades a existência de uma agência do INSS.

O pagamento dos benefícios — aposentadoria, salário-maternidade, salário-família, auxílio-doença, auxílio-acidente e pensão por morte — tem um significado que vai além do cumprimento do dever constitucional de amparar o trabalhador e sua família. Os benefícios pagos aos segurados da Previdência em Costa Rica, por exemplo, chegaram a 1,2 milhão de reais no mês de janeiro.



Nem com o Fundo de Participação dos Municípios, o FPM, a economia de cidades desse porte, com populações entre 10 mi e 20 mil habitantes, tem injeção financeira tão volumosa.

A instalação de uma agência do INSS tem, portanto, um enorme significado na vida da cidade. E podemos ir mais longe ao afirmar que uma repartição da Previdência influi decisivamente na sobrevivência das pequenas cidades, que têm como fontes principais de receita o ICMS arrecadado pelo Estado, e o FPM, que é o rateio, entre todos os municípios, da arrecadação federal com o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI.

É importante notar que, ao receberem seus benefícios, os segurados do INSS aplicam seu dinheiro na própria cidade, contribuindo com a virtuosa relação de consumo, o que faz girar o motor da economia.

Não se pode negar esse significado tão importante para Costa Rica e São Gabriel do Oeste. Daí nossa gratidão ao Ministro Garibaldi Alves Filho por ter se deslocado de Brasília até a pequena, porém próspera, Costa Rica, que tem sua economia baseada na agropecuária, mas que possui um grande potencial turístico ainda a ser explorado.

O impulso ao comércio representado pelos benefícios pagos aos segurados é fundamental para a vida da cidade. Além dessa importância econômica, há o alcance social.

Ao incluir Costa Rica e São Gabriel do Oeste no Plano de Expansão da Previdência Social, o Governo Federal não apenas resgata o dever do Estado de levar a seguridade social a todos os recantos do País, mas assegura às pequenas cidades a circulação do dinheiro dos beneficiários na própria comunidade. Costa



Rica possui 15.285 habitantes, dos quais quase 5 mil na zona rural. Em São Gabriel do Oeste, são 16.821 habitantes.

Em São Gabriel do Oeste, a Agência vai atender a uma população estimada em 22 mil pessoas. A estrutura tem 322 metros quadrados e possui duas salas de perícia médica e quatro pontos de atendimento. Já em Costa Rica, os segurados podem contar com uma sala de perícia médica, uma sala de serviço social e três guichês de atendimento. A unidade de 330 metros quadrados atende também aos Municípios de Costa Rica, Chapadão do Sul, Figueirão e Alcinoópolis, o que corresponde a uma população estimada em 46 mil pessoas. Nesse universo, são pagos mensalmente 2,1 milhões de reais ao mês, segundo dados do Ministério da Previdência Social.

A instalação de agências do INSS nessas cidades tem todo esse significado de respeito aos segurados e beneficiários, que têm local apropriado para encaminhar seus pedidos de amparo previdenciário, de garantir o pagamento mensal dos benefícios, que acabam revertendo em capital de giro ao comércio local, além de simbolizar o braço do Estado estendido à população mais frágil e vulnerável — idosos, órfãos, viúvos e viúvas. Se na região de Costa Rica os benefícios da Previdência representam uma injeção de algo em torno de 2,1 milhões de reais por mês, em São Gabriel a injeção na economia local é de 1,4 milhão de reais. Os repasses do FPM nessas cidades são inferiores a 300 mil reais, segundo a Associação dos Municípios do Estado.

Deixo aqui nossos agradecimentos ao Ministro Garibaldi Alves Filho por essas obras de tanto significado social e importância econômica, lembrando que as novas repartições resgatam a cidadania, não apenas nesses dois municípios e seus vários



distritos, mas também em outras cidades sob influência da Bacia Hidrográfica do Alto Taquari.

Agradeço também, pela receptividade, aos Prefeitos Jesus Baird e Sérgio Marcon, e aos Vereadores de Costa Rica e São Gabriel.

É motivo de alegria ainda maior o fato de que a visita do Ministro Garibaldi Alves Filho consolidou uma luta travada por nós, que fomos os responsáveis pela articulação e seguidas cobranças para que o clamor da população, especialmente dos segurados, fosse ouvido. Uma agência do INSS, além de garantir o benefício, materializa o respeito que devemos ter para com nossos idosos e trabalhadores, que não terão mais que buscar atendimento em cidades distantes. O Estado tem que se fazer presente e propiciar justiça ao cidadão.

Sr. Presidente, referindo-me agora a outro assunto, é com muita alegria que registro nesta Casa o fim de um doloroso período de incertezas e o início de uma fase de grande expectativa e esperança pela retomada da vida administrativa da nossa cidade de Dourados.

Na última quarta-feira, dia 23, houve a posse do Prefeito Murilo Zauith, que foi eleito com o respaldo de uma coalizão de 15 partidos.

Fomos representados na cerimônia e ficamos contentes em saber que lá estavam representados todos os segmentos da sociedade civil organizada e lideranças políticas. Esteve presente à solenidade o governador André Puccinelli, em inequívoca demonstração de apoio e solidariedade, compartilhando conosco desse momento histórico para a vida política, administrativa e institucional de Dourados.



Conhecedores que somos dos problemas enfrentados pela população, mandamos entregar carta ao Prefeito Murilo durante sua posse renovando a torcida e reafirmando a disposição de trabalharmos juntos para recuperar nossa cidade nos pontos de vista político-administrativo e moral.

Tenho dito que a reconstrução de Dourados vai exigir a união de todas as forças políticas e entidades civis para que não se frustre a expectativa da população. Todos sabem que os desafios são enormes, mas a vontade de trabalhar e a disposição para superar os problemas são ainda maiores.

Não temos dúvida da competência do Prefeito e acreditamos que sua administração estará voltada ao bem-estar da população e à construção de uma Dourados cada vez mais próspera e humana, explorando de forma sustentada o seu grande potencial. Dourados é a segunda economia de Mato Grosso do Sul, polo de uma grande região.

Vamos seguir lutando para que Dourados retome o curso natural do desenvolvimento econômico e do progresso social, restabelecendo no seio da população a crença de que unidos atingiremos o objetivo almejado por todos nós de assegurar melhores condições de vida à população e projetar Dourados como uma terra de trabalho e oportunidades.

Renovamos nesta Casa, onde está a trincheira parlamentar, a determinação de seguir buscando recursos e lutar obstinadamente pela liberação a bom tempo, pois Dourados está a exigir medidas céleres. Não há mais tempo a perder para o resgate da essencial normalização do atendimento à população, que sofre com as deficiências da saúde pública, os problemas de infraestrutura urbana e os gargalos



de uma administração que, após a destituição do Prefeito Ari Artuzi, passou a viver todo tipo de solução de continuidade.

Encaminhamos ao Prefeito um relatório de todos os projetos, emendas, recursos consignados no Orçamento e verbas já alocadas que dependem de encaminhamentos burocráticos e reabilitação institucional do Município para empenho ou liberação. Também estamos apontando propostas objetivas de soluções dos problemas que a cidade enfrenta.

Registramos aqui, ainda, o compromisso assumido pelo Prefeito com os signatários da coalizão que o elegeu de incorporar ao plano do novo Governo todas as propostas, destacando o choque de gestão, valorização e participação dos servidores das áreas técnicas na definição das políticas setoriais, redução de gastos com a manutenção da máquina pública e custeios desnecessários; publicidade dos atos oficiais, assegurando à população e instituições acessos às medidas de interesse público e transparência.

Sabemos que é fundamental a priorização dos serviços públicos, com a recuperação das instalações e das unidades de saúde, contratação de novos profissionais e humanização do atendimento, entre outras ações, além do desencilhe de projetos que já dispõem de recursos consignados no Orçamento Geral da União.

Sabemos que praticamente todas as ações são prioritárias, pois Dourados hoje vive uma situação caótica, não apenas nos setores essenciais da área social, mas também na área urbana. As ruas precisam ser recuperadas, os parques e as praças já existentes precisam de manutenção. É nesse viés que vamos colocar toda nossa força, já que Dourados tem outros desafios a médio e longo prazos, como a



implementação de um plano viário, a promoção de um choque de urbanização, política de fomento à economia e redução do déficit habitacional.

Não poderíamos deixar de fazer aqui uma menção elogiosa ao trabalho do Juiz Eduardo Rocha e da Vereadora Délia Razuk, que assumiram interinamente o comando da Prefeitura de Dourados e souberam contornar o período de crise institucional e evitar maiores danos e prejuízos à população.

Foram seis meses de muitas dificuldades, mas o Dr. Eduardo e a D. Délia restabeleceram a rotina administrativa, sem deixar de lado a maior preocupação desse período: a garantia dos serviços públicos, o funcionamento da máquina e o atendimento das necessidades básicas da população. Há muitos desafios pela frente, mas também muita vontade de trabalhar por Dourados.

Muito obrigado pela atenção.



O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Petrolina, situada às margens do Rio da Integração Nacional, o São Francisco, é uma das cidades onde a Companhia Pernambucana de Saneamento — COMPESA sofre mais críticas da população e da imprensa, por deixar faltar água nas casas e pela buraqueira que espalha nas vias públicas.

Nessas décadas de existência a COMPESA investiu no Município pouco mais de 30 milhões de reais, fato que impediu a sua expansão em vários novos bairros ali implantados.

Em 2003, o então Prefeito do Município, Fernando Bezerra Coelho, atual Ministro da Integração Nacional, e o Governador, à época, Jarbas Vasconcelos, iniciaram o processo de municipalização ou privatização dessa lucrativa empresa, pelo Município, cuja pendenga se arrastou até a chegada do Governo de Eduardo Campos, em 2007, depois de transitarem na Justiça vários processos que chegaram ao Supremo Tribunal Federal.

Já no Governo Eduardo Campos, a COMPESA começou o processo de investimentos nas redes de esgoto e também na construção de novas adutoras, inclusive desviando a adutora da Zona Oeste, que captava água salinizada pelo Riacho da Vitória, quando chovia.

Esses investimentos, ainda pálidos, não foram suficientes para a resolução de tão graves problemas, e, em razão desse processo degradante da COMPESA em Petrolina, que vem desde a sua implantação, o atual Governador Eduardo Campos e a direção da empresa, após sofrerem justas e duras críticas da população e da imprensa local sobre a constante falta de água nos bairros periféricos e até no



centro da cidade, e ainda da paralisação de parte das obras, para melhoria do abastecimento de água em toda a cidade, assumiram o compromisso de intervir pessoalmente na questão e promover ações concretas para resolução desses crônicos problemas.

O Governo do Estado, a COMPESA e o Município de Petrolina, Sr. Presidente, criaram um Grupo de Trabalho para elaboração de planos de metas e investimentos para o Município. Na primeira reunião desse Grupo de Trabalho já ficou acertado que a COMPESA vai investir R\$118 milhões no Município de Petrolina até 2014. Esse plano de investimentos foi divulgado na semana passada, após a primeira reunião do Grupo de Trabalho.

Com certeza, em breve Petrolina vai se livrar da falta de água nas residências da sua população, porque os investimentos agora serão efetuados e acompanhados pelo Grupo de Trabalho que representa o povo e não como era feito anteriormente, de maneira isolada. Veja que durante a sua existência a COMPESA investiu no Município 33 milhões de reais. Agora, em 4 anos, vai investir mais de 100 milhões.

Segundo o Diretor Comercial da COMPESA, Décio Padilha, esses investimentos da empresa em Petrolina serão aplicados em: esgotamento sanitário — em torno de R\$63 milhões; em abastecimento de água — R\$55 milhões. Para o Diretor, a maioria dos recursos já está garantida. Quanto ao esgoto, afirmou ter uma janela para captar o dinheiro através do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC.

A Superintendente de Negócios da COMPESA no Sertão, Simone Albuquerque, disse que a partir de agora o Grupo de Trabalho vai se reunir uma vez



por mês, para prestar contas, reciprocamente, entre Estado, Município e a população.

Outro gargalo que esse Grupo de Trabalho deve enfrentar diz respeito às intervenções que a empresa faz nas via públicas quando da realização de serviços, deixando a pavimentação sempre inacabada.

Para resolução desse gargalo, o Diretor Comercial da COMPESA, Décio Padilha, apresentou algumas alternativas para o Grupo de Trabalho, tais como: a formalização de um convênio que estabeleça que os serviços de rotina (conserto de vazamentos em redes de água e de esgotos), a responsabilidade da recuperação da pavimentação fique a cargo da Prefeitura Municipal. No entanto, a COMPESA fará o ressarcimento de todas essas despesas.

Com essas medidas adotadas pelo Governo do Estado espero que num breve espaço de tempo melhore a prestação de serviços pela COMPESA em minha querida Petrolina, para melhorar também a qualidade de vida da sua população.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo mais uma vez esta tribuna para falar sobre o desmatamento da caatinga no Nordeste. O Ministério do Meio Ambiente divulgou dados do desmatamento, bioma dominante na Região Nordeste, onde destaca que, nos 826.411 quilômetros quadrados, a caatinga perdeu 45,39% de sua cobertura vegetal original, ou seja, 375.116 quilômetros quadrados.

Os Estados que mais desmataram foram Bahia e Ceará, destruindo respectivamente 0,55% e 0,50% do bioma entre 2002 e 2008. Neste período, 2% do bioma foram queimados, uma área de 16.576 quilômetros quadrados. Nesses 6 anos, a taxa média anual de desmatamento foi de 2.763 quilômetros quadrados.



Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a principal razão é a falta de alternativa energética para a região. No Nordeste a vegetação é derrubada especialmente para fazer lenha e carvão.

Em face do exposto, e na tentativa de diminuir o avançado processo de desmatamento na caatinga, é que o Ministério do Meio Ambiente busca concretizar a agenda de criação de unidades de conservação na região e desenvolver alternativas para o uso sustentável de sua biodiversidade.

Um dos resultados concretos desse esforço é a ampliação, em 300 mil hectares, do Parque Nacional das Confusões, no Piauí, que passa a ter 823.435,7 mil hectares, conforme decreto presidencial assinado em 30 de dezembro.

Esse trabalho, Sr. Presidente, é desenvolvido por meio de parceria entre a Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBIO e a ONG The Nature Conservancy — TNC. Ele é realizado a partir da definição, em 2008, de uma agenda de criação de 20 unidades de conservação na caatinga, um dos biomas menos protegidos do País.

Em 2009 foi criado o monumento natural do Rio São Francisco, com 27 mil hectares, englobando os Estados de Alagoas, Bahia e Sergipe. No momento está em avançado processo de criação o mosaico de unidades de conservação do Boqueirão da Onça, na Bahia. Considerando também a ampliação do Parque Nacional das Confusões, essas três medidas vão aumentar de 7,76% para 9%, a área da caatinga protegida por unidades de conservação — federais, estaduais e terras indígenas.



O incremento das unidades de conservação na caatinga está diretamente vinculado à manutenção e aumento da capacidade produtiva da região. Ao mesmo tempo em que protegem recursos e serviços fundamentais para a economia e a qualidade de vida da população (água, solo, polinizadores, plantas com potencial de uso nas indústrias farmacêutica, alimentícia e química, dentre outras), as unidades de conservação podem promover diretamente as economias local e regional, por meio do ecoturismo e pesquisa e difusão de boas práticas de uso de espécies nativas com potencial socioeconômico.

Encerro, Sr. Presidente, lembrando o que disse o então Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que defendia que 50% dos recursos do criado Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (cerca de R\$500 milhões por ano) sejam destinadas a ações na caatinga. A região é mais vulnerável à desertificação e demais efeitos do aquecimento global.



O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Prezado Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes a esta sessão, quero neste momento lembrar que o educador e filósofo Paulo Freire, se estivesse vivo, completaria 90 anos em 2011. Com seu método revolucionário de alfabetização foi, de forma articulada, com método, rigor científico, compromisso social e político, o primeiro neste País a enfrentar o flagelo da ignorância e da falta de oportunidade. Com sua vontade e seu propósito, Freire não apenas ensinou a ler as letras do alfabeto, mas deu significado à leitura, uma função social.

Paulo Freire chamou homens e mulheres que não tinham nenhuma esperança de participar ativamente da dinâmica cívica, por falta total de informação, para uma situação de protagonismo social. E foi além. Ensinou a escrever formando senso crítico, estimulando a formação da opinião e a criticidade. É a partir deste movimento que o Brasil percebe a necessidade de criar uma política de combate ao analfabetismo. Ele mesmo dizia que a escolarização era um forte elemento para a formação da consciência do cidadão.

Autor de *Pedagogia do Oprimido*, um método de alfabetização dialético, diferenciou-se dos intelectuais de sua época por se voltar ao diálogo com as pessoas simples, não apenas como método de instrução, mas sobretudo como um meio de exercer a democracia em sua plenitude.

E é nesse ponto que Paulo Freire se mostra contemporâneo e atual. Foi Paulo Freire quem quebrou no Brasil o estigma de que não é preciso ter berço, ou dinheiro, ou posição social para ter acesso às escolas. Quando vemos hoje indígenas terem acesso ao ensino superior, negros ocuparem vagas por cotas, ou ainda populações do interior deste País terem acesso às universidades federais,



temos de olhar para trás e enxergar que a semente foi plantada por esse ilustre pernambucano.

Homem ímpar, profundo conhecedor de filosofia e de educação, Paulo Freire começou a dedicar-se à educação de jovens e adultos em 1962, quando realizou com sua equipe as primeiras experiências de alfabetização popular que levariam à constituição do *Método Paulo Freire*. Seu grupo foi responsável pela alfabetização de 300 cortadores de cana em apenas 45 dias. Em resposta aos eficazes resultados, o Presidente João Goulart, que se empenhava na realização das reformas de base, aprovou a multiplicação dessas primeiras experiências no Plano Nacional de Alfabetização, que previa a formação de educadores em massa e a rápida implantação de 20.000 núcleos no País.

A obra e o legado de Paulo Freire serão revistos e revisitados durante o ano de 2011. A primeira ação oficial será uma sessão solene realizada nesta Casa, no dia 8 de abril, a nosso pedido. É importante reforçar a importância desse homem para a concretização do processo democrático brasileiro.

Afinal, não seria Lula a mais legítima expressão do processo pedagógico dos oprimidos? Paulo Freire tem sua “culpa” nisso. Ensinou pessoas simples a levantar o olhar, encarar a vida, buscar o conhecimento e fortalecer a autoestima. Contribuiu para formar uma intelectualidade orgânica no mais fundo sentido gramsciano.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. EMILIANO JOSÉ (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a medida anunciada pela Sra. Presidenta Dilma Rousseff ontem na Bahia, em Irecê, Município governado pelo companheiro do PT, nosso Zé das Virgens, de reajustar o Programa Bolsa Família em 19,4%, em média, corresponde a uma política consistente, de longo prazo, que visa garantir condições de vida minimamente dignas a milhões de brasileiros de renda mais baixa.

Essa política começou com o Governo do Presidente Lula e segue agora no Governo da Presidenta Dilma Rousseff. É uma mudança de olhar, uma mudança de concepção. Os recursos públicos se voltam com prioridade para atender aos que mais necessitam.

Garantir cidadania, garantir alimentação, garantir condições mínimas de existência. É o mínimo que um Governo pode fazer por aqueles que vivem em situações de pobreza extrema, que auferem, por exemplo, renda *per capita* de até 70 reais. É curioso como vozes da Oposição reagem a esse reajuste, como reagem, na verdade, a benefícios que favoreçam o nosso povo mais pobre, como revelam, talvez inconscientemente, o seu profundo preconceito com as classes pobres do Brasil.

Falta à Oposição uma ideia para erradicar a miséria no País. Melhor, sua preocupação concentra-se em assegurar os privilégios de uma minoria. Não sabe o que fazer diante de um projeto político que tem uma clara prioridade, que são os mais pobres. Só teremos um País justo quando, no mínimo, não tivermos mais pessoas vivendo sob condições desumanas — sem alimentação, sem abrigo, sem saúde, sem escola, sem lazer, sem cultura, sem os direitos básicos de todo ser



humano. A Oposição não gosta dos pobres. O DEM e o PSDB odeiam os pobres, e por isso atacam o reajuste do Bolsa Família.

O Bolsa Família, o Luz para Todos, o PROUNI, a recuperação do poder de compra do salário mínimo são parte de uma política que persegue o objetivo de erradicar a miséria e de distribuir renda no Brasil. Dessa política, o Governo da Presidenta Dilma não abrirá mão, tem insistido em dizer isso. Mesmo obrigada a fazer uma reprogramação orçamentária neste ano, a Presidenta insistiu que não cortará investimentos e, sobretudo, não permitirá que os programas sociais sejam afetados. E o caso do Bolsa Família é um exemplo muito claro. Os pobres precisam da ajuda do Governo. Este não pode lhes faltar.

É assim que pensa a Presidenta Dilma. Uma das características centrais da revolução democrática que estamos realizando no Brasil é esta: nunca afastar os olhos da situação dos mais pobres. Torná-los cada vez mais cidadãos, em condições de vida dignas, em condições de viver bem a vida, desfrutar da vida, participar da política, da cultura, de tudo que o País pode lhe oferecer; ganhar condições crescentes — os pobres do Brasil — de interferir, de contribuir para o desenvolvimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Agradeço ao nobre Deputado Emiliano José.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Antes de conceder a palavra ao nobre Deputado Zeca Dirceu, concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apresentamos um requerimento solicitando uma sessão de homenagem à Caixa Econômica Federal pelos 150 anos de sua fundação.

A pergunta que faço é se esse requerimento já foi apreciado. Se não foi, quais são os procedimentos que devemos adotar para que tenhamos esse momento tão rico sobre uma instituição que tanto colabora com o nosso País?

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Sabendo que V.Exa. gosta de fazer uso da tribuna, Deputado Sibá Machado, informo que a solicitação de V.Exa. para a realização da referida sessão solene foi encaminhada à Secretaria da Mesa, e o Presidente dará despacho pelo deferimento ou não do requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Concedo a palavra ao Deputado Eudes Xavier.

O SR. EUDES XAVIER (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas, registro nesta Casa, no dia de hoje, o encontro da CONTAG com Parlamentares para tratar principalmente da questão do Código Florestal.

Entendemos que é muito importante, Sr. Presidente, que esta pauta dos trabalhadores da agricultura familiar sobre o Código Florestal seja debatida e, por isso, peço aos colegas e às bancadas que deem esse espaço aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Sr. Presidente, também quero aqui deixar registrado relatório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Cruz, do Estado do Ceará. Infelizmente, há uma concorrência na disputa pela base. Nós pedimos aqui à Juíza Dra. Eliane Pedroso, da 2ª Vara do TRT aqui de Brasília, que avalie cuidadosamente esse caso para que a organização sindical não venha a ser prejudicada.

Eis o relatório:

“O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cruz, fundado em 28 de julho de 1985, tem em seu quadro de associados ativos mais de 3 mil filiados, destes 100% são agricultores familiares, e sua área de atuação é extensiva a todo o Município de Cruz.

Desde o ano de 2007, um destes nossos filiados, juntamente com outros dos Municípios de Acaraú, Bela Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Morrinhos, criaram, como se cria um time de futebol, um novo



sindicato, denominado: Sindicato Regional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Baixo Acaraú. Este grupo de pessoas que, à época da criação do sindicato, não passava de 20, fez uma reunião na Zona Rural de um destes Municípios e decidiu, em nome de toda a classe trabalhadora rural, que a partir daquele momento todos os agricultores familiares que moram nesses sete Municípios citados na ação judicial seriam representados por este novo sindicato. Na terceira tentativa de criação deste sindicato, pelo mesmo grupo, conseguiu-se a carta sindical emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, numa decisão impressionante no que tange à emissão de carta sindical, pois em muito pouco tempo foi expedida esta carta — a fundação ocorreu em julho de 2009 e a expedição da carta, em Março de 2010 —, diferentemente do que ocorre com os sindicatos do nosso sistema CONTAG. Chega a demorar mais de 5 anos, na CONTAG, o processo de emissão da carta sindical para entidades sindicais existentes a mais de 10 anos. Também vale salientar que o responsável pela concessão da carta sindical foi o Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho, à época, André Figueiredo, um dos representantes da Força Sindical, central sindical à qual o SINTRAF é filiado, e candidato a



Deputado Federal pelo Ceará em 2010, apoiado na região pelo presidente do SINTRAF.

Voltando um pouco no tempo, na primeira e segunda tentativas deste grupo nós recorremos à Justiça do Trabalho de Sobral e ganhamos judicialmente a causa, (Processo 1.767/2008 Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região). Nessa ultima tentativa, fomos pegos de surpresa já com a decisão do Ministério do Trabalho e Emprego. Uma vez concedida a carta sindical se torna mais difícil à decisão judicial a nosso favor, já que estamos recorrendo não contra o SINTRAF, mas contra a União Federal (argumentação contra a decisão da Juíza do Trabalho do DF).

Ementa I - Segundo o STF é possível o desmembramento respeitando a unicidade sindical. Para tanto a base de representação daquele sindicato precisa ser consultada e, por deliberação da mesma, é que se pode desmembrar. No entanto, para o caso em questão não foi observado este requisito, sendo que só no Município de Cruz necessário era a presença da metade mais um de nossos associados, que seria em torno de 1.800 pessoas, e se acrescermos aí os associados dos demais seis STTRs este número aumentaria substancialmente.



Outro fato a se observar nesta Ementa I: a base territorial do SINTRAF é regional. A base territorial dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais é municipal. Ou seja, como uma entidade regional pode representar melhor uma mesma categoria de trabalhadores do que uma entidade municipal? Saliendo ainda que todos os sete Municípios possuem sede própria, com delegacias sindicais nas maiores comunidades da zona rural para melhor prestação de serviços e maior representação da base. No caso do SINTRAF a sua sede fica no Município de Bela Cruz a 60 quilômetros do Município de Jijoca de Jericoacoara e do Município de Itarema.

Por fim, verifica-se o quão obscuro é todo este processo a começar pelas atas de fundação. Nunca se informa o numero de pessoas presentes às assembleias de criação, embora muito benfeitas, certamente com assessoria, já que é até impossível a feitura de uma ata nesses moldes por um agricultor familiar. Na pratica, estes acontecimentos ainda não têm nos afetado, pois em alguns desses Municípios não existe nem mesmo uma pessoa atualmente à frente dessa organização, e nos demais os agricultores familiares estão conosco. No entanto, somos provocados diariamente com recados, pronunciamentos em rádios e ofícios desrespeitosos,



*além do desgaste de tempo de vivermos à procura de
solucionar este impasse."*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro aqui meu apoio a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Sindicato do Município de Cruz.

Por último, quero pedir que seja inserida nos Anais desta Casa matéria do jornal *O Povo*, de Fortaleza, Ceará, sob o seguinte título: "*Unilab terá Centro de Educação de Jovens e Adultos*".

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - V.Exa. será atendido.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 029.1.54.O
Data: 02/03/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 5187

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 64 A 64-A)



O SR. NAZARENO FONTELES (PT-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, comunico a esta Casa que, ontem, a Coordenação da Frente Parlamentar de Combate à Fome na América Latina e no Caribe reuniu-se através do Skype, quando combinou a realização do próximo fórum, em Bogotá, na Colômbia. O primeiro encontro ocorreu no ano passado, em São Paulo.

Com certeza, estaremos nos esforçando cada vez mais para erradicar a fome de nosso continente. O Parlamento brasileiro está de parabéns por dar essa contribuição. E vários países vizinhos estão tendo a iniciativa de criar também Frentes Parlamentares de Segurança Alimentar, como a nossa, que já atua desde 2007.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.



O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero daqui dizer da minha alegria diante da decisão da Sra. Presidente da República e da Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, de conceder aumento significativo aos benefícios do Programa Bolsa Família, que vem atender aos pobres, àqueles que mais precisam. O aumento de até 45% nos benefícios do Bolsa Família também ajuda o comércio local dos bairros, das vilas e das favelas das cidades brasileiras.

Estão de parabéns a Sra. Presidente da República e a nossa Ministra do Desenvolvimento Social. Deixem que gritem aqueles que defendem os ricos!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a transcrição nos Anais da Casa de trechos de reportagem sobre o assunto, veiculada no *site* G1.

REPORTAGEM A QUE SE REFERE O ORADOR

“Dilma anuncia reajuste de até 45% dos benefícios do Bolsa Família

Reajuste ampliará em R\$2,1 bi gasto com programa, afirmou presidente.

Menor benefício passa de R\$22 para R\$32; maior, de R\$200 para R\$242.

A presidente Dilma Rousseff assinou nesta terça-feira (1º), no município de Irecê (BA), um decreto que reajustou em até 45% os benefícios pagos a famílias pobres pelo programa Bolsa Família. O reajuste entra em vigor em abril e ampliará em R\$2,1 bilhões a despesa com o programa.

Com a correção anunciada por Dilma, o menor valor pago pelo programa passa de R\$22 para R\$32 (reajuste de 45%) e o maior, de R\$200 para R\$242 (21%).

O reajuste médio dos benefícios pagos pelo programa é de 19%. Com isso, o valor médio recebido pelas famílias inscritas passa de R\$96 para R\$115.

O benefício básico, destinado a famílias com renda mensal por pessoa de até R\$140, passa de R\$68 para R\$70. Esse é o benefício com o menor índice de reajuste (2,9%).



O benefício pago a famílias com adolescentes de 16 e 17 anos será reajustado em 15,2%, passando de R\$33 para R\$38. O maior reajuste, 45%, é do benefício destinado a famílias com crianças e adolescentes de até 15 anos, que passa de R\$22 para R\$32.

As famílias com mais filhos são as que têm maior dificuldade (...). 'As crianças e os jovens no Brasil são a parte da população que mais sofre com a pobreza extrema', justificou Dilma.

A presidente afirmou que o reajuste do Bolsa Família é o 'primeiro passo' do Programa de Erradicação da Miséria anunciado por ela no início do ano.

'Estou hoje aqui para cumprir esse papel fundamental que é priorizar os mais pobres desse país. Vocês ouviram sempre, desde a campanha eleitoral, eu assumi um compromisso. País rico é país sem miséria. Daí por que esse compromisso de acabar com a miséria absoluta, com a pobreza extrema, é algo que assumo com muita fé e emoção', afirmou Dilma.

A correção dos valores pagos pelo programa de distribuição de renda é a primeira desde 2009. Segundo a presidente, não foi feito antes porque 2010 foi ano eleitoral. 'A gente não fez política com o Bolsa Família em época de eleição', declarou.

O anúncio do reajuste do Bolsa Família acontece um dia depois do detalhamento do corte de R\$50 bilhões no Orçamento de 2011. Ao contrário do que diziam Dilma e integrantes do governo, o contingenciamento afetou o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e terá um bloqueio de R\$5,1 bilhões.

O aumento dos valores mensais pagos pelo Bolsa Família a famílias de baixa renda era uma promessa de campanha de Dilma, reiterada na primeira entrevista dela após o segundo turno da eleição presidencial.

A escolha da Bahia para palco do anúncio do reajuste se deveu, segundo o governador Jaques Wagner (PT), ao fato de o estado ter o maior número de famílias (1,6 milhão) beneficiárias do programa de distribuição de renda".



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Informamos que, em função da posse de dois colegas Parlamentares e também da questão de ordem do Deputado Sibá Machado sobre a sessão solene — além da Deputada Jandira Feghali, que fez essa cobrança —, nós, da Mesa, defendemos que os que chegaram para o Pequeno Expediente mais cedo podem falar na primeira meia hora, antes dos discursos dados como lidos.

Mas, em extensão a isso e em respeito àqueles que se inscreveram, nós vamos dar mais 10 minutos, antes de iniciarmos a chamada dos inscritos do Pequeno Expediente, e assim completaremos a lista dos Deputados que se inscreveram.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Concedo a palavra ao Deputado Felipe Bornier.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PHS-RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na condição de carioca e Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, não posso deixar de parabenizar minha cidade, o Rio de Janeiro, pela passagem dos seus 446 anos de fundação, ontem dia 1º de março. Conhecida internacionalmente como Cidade Maravilhosa, o Rio de Janeiro simboliza a felicidade, a alegria de viver.

Aproveito o ensejo para convidar todos os brasileiros e todos os Parlamentares a conhecerem o que a Cidade Maravilhosa tem a demonstrar, que é um carnaval de muito sucesso, de muita alegria, de muita escola de samba, de muita paisagem maravilhosa e coisas positivas.

Os cariocas vivem intensamente, com a leveza e o bom humor próprios de quem desfruta o que o dia a dia tem de melhor. A ideia que se tem é que a alma dos cariocas está sempre a cantar, como no belo *Samba do Avião*, a música de Tom Jobim que se tornou uma espécie de trilha sonora do Rio de Janeiro, por traduzir a essência da cidade e o espírito do seu grande povo.

O Rio de Janeiro não é só lazer e festa. É também trabalho, e muito trabalho, que nos transformou na segunda maior metrópole do País, a cidade brasileira mais conhecida no exterior, o maior destino turístico no Brasil, na América Latina e em todo o Hemisfério Sul.

Aproveito para também dizer da minha satisfação de ter sido eleito hoje Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio desta Casa. Com muito orgulho, vamos trabalhar muito daqui para frente, meu



amigo Júlio Delgado. Teremos oportunidade de debater temas pertinente ao desenvolvimento do País, ressaltando que temos o segundo maior PIB do Brasil e o trigésimo do mundo, estimado em cerca de 140 bilhões de reais. Somos o segundo maior polo de pesquisa científica e tecnológica do País; sediamos as duas maiores empresas nacionais e o maior grupo de comunicações de toda a América Latina.

Sede da próxima Olimpíada, em 2014, e uma das cidades em que se realizarão partidas da Copa do Mundo, em 2016, o Rio de Janeiro tem nesses dois preciosos eventos oportunidade para um grande salto no domínio do crescimento econômico e da prosperidade social.

Mesmo os eventos associados ao lazer, como o carnaval e o futebol, detêm uma significativa importância econômica, pelo dinheiro que movimentam e pelos empregos que geram. O desfile das escolas de samba é mesmo o maior espetáculo da Terra, e os clubes cariocas levam multidões ao Estádio do Maracanã, palco de disputas que extasiam os brasileiros e impressionam os turistas, pelo talento com que os jogadores elevam à condição de arte o melhor futebol do planeta.

As condições nós as temos: força política, competência administrativa e a assombrosa capacidade do nosso povo, que, com a energia dos músculos e a chama da inteligência, mais uma vez provará que a riqueza maior do Rio está, ontem como hoje, nas mulheres e nos homens que nele vivem e trabalham.

Capital do Império do Brasil de 1834 a 1889, e a partir de então capital da República até 1960, quando se inaugurou Brasília, a cidade passou por transformações históricas e políticas que não lhe comprometeram a importância nem o papel a cumprir na cena brasileira: foi sempre um polo de cultura e de arte, com



uma representação política atuante no debate do que verdadeiramente importa ao Brasil e ao povo brasileiro.

Este Rio é o Rio Janeiro que todos amamos como expressão maior da riqueza humana carioca e da afetividade do povo brasileiro.

Parabéns, meu Rio de Janeiro! Parabéns, cidade maravilhosa!

Muito obrigado.



O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aumentou a nossa responsabilidade na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da qual fui eleito 2º Vice-Presidente.

Com certeza, iremos honrar muito esse cargo, juntamente com outros colegas que fazem parte da Comissão, especialmente de Santa Catarina, que tem apenas 1,13% do território nacional e é o quinto maior produtor de alimentos de todos os Estados do Brasil. Representamos 6% do PIB e ocupamos apenas 16,4% do território catarinense para produzir alimentos.

Por isso, é importante a agilizar a votação da proposta de reformulação do Código Florestal Brasileiro. Esperamos que a comissão de negociação aja rápido, para que possamos, na última semana de março, votar essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, quero comunicar ao Plenário a honra de ter tomado assento, por indicação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e na Comissão Especial da Reforma Política.

Chamo todos desta Casa à responsabilidade, porque ontem pareceu que travaríamos uma batalha campal.

Em respeito a esta Casa, e até mesmo aos mais antigos, entendo que os debates devem ser de nível elevado, porque íamos cometer o erro gravíssimo de restringir as atribuições e poderes de fiscalização do Estado. O poder de fiscalizar o auditor fiscal é do Estado. Ia-se mudando uma carreira de Estado, no calor das emoções.

Portanto, chamo a atenção dos colegas Parlamentares para termos responsabilidade de Congressistas e atenção especial ao tratarmos de legislação de Estado.



A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) -
Agradeço ao Deputado Delegado Protógenes, porque a emenda era minha, por garantir esse direito dos auditores-fiscais.

Sr. Presidente, a Presidenta Dilma Rousseff e a Ministra Iriy Lopes estiveram ontem no Município de Irecê, na Bahia, para anunciar o reajuste dos benefícios do Programa Bolsa Família e de uma série de outros programas sociais. Ao entardecer, em Salvador, a Presidenta garantiu a assinatura de convênio de grande porte com a PETROBRAS, para redimensionar o abastecimento de gás natural em nosso País. Foi um dia muito importante, em que a Lei Maria da Penha também foi tema central. Esse instrumento é de grande valia para as mulheres brasileiras, e nós edificaremos cada vez mais a luta para manter intacta essa lei. Na ambiência política com a primeira mulher a ocupar a Presidência do Brasil, vamos conseguir equalizar direitos.

Não é a guerra dos sexos, mas a garantia de direitos iguais.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Parabéns, Deputada Alice Portugal!



O SR. WASHINGTON REIS (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muito prazer, hoje assumimos a 1ª Vice-Presidência da Comissão de Viação e Transportes desta Casa.

Se Deus quiser, neste ano de 2011 vamos fazer um grande trabalho, em parceria com os membros e com o nosso querido Presidente da Comissão, do Estado do Rio de Janeiro, Deputado Edson Ezequiel.

Quero lembrar que hoje completa 9 anos uma lei de minha autoria, cujo projeto apresentei quando ainda era Deputado Estadual do Rio de Janeiro. Trata-se da lei que obriga o uso de um dispositivo de segurança nos veículos, chamado cadeirinha para crianças ou bebê conforto, o que tem salvado milhares de vidas. As estatísticas revelam que, em 73% dos acidentes com crianças dentro dos veículos, as crianças são salvas por esse dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Muito obrigado, nobre Deputado Washington Reis.



O SR. JOSIAS GOMES (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Porto Sul Bahia será o mais novo e moderno sistema portuário do País, distinguindo-se por atender aos mais avançados padrões de logística, tecnologia, engenharia, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Integração ainda o sistema intermodal a ser implantado na Bahia o novo Aeroporto Internacional de Ilhéus, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, uma área industrial nas imediações da BR-101, a Zona de Processamento de Exportações — ZPE e o Gasoduto Sudeste-Nordeste — GASENE. Esse amplo complexo assumirá então importante papel como polo gerador de riquezas e desenvolvimento não só para a Bahia, mas para todo o País.

Visando à implantação das áreas de apoio ao porto e ao novo aeroporto, o Governo já desapropriou uma área de 1.771 hectares na Ponta da Tulha, localizada cerca de 18 quilômetros ao norte de Ilhéus. O local foi escolhido como o mais propício para a instalação de um novo porto na região, em conformidade com estudos técnicos minuciosos, que levam em conta características topográficas — de modo a favorecer o acesso por terra à futura integração rodoferroviária —, além de necessidades logísticas e condições ambientais.

O novo porto, de grande calado, que permitirá a atracação de navios de alta capacidade de carga, vai operar no sistema *offshore*, ou seja, as operações de carga e descarga serão efetuadas a 3 quilômetros da costa, de forma segura e com mínimo impacto visual e ambiental.

Vale notar também que nenhuma atividade industrial será realizada próximo ao litoral. Inclusive estão previstos investimentos para a criação de uma extensa



área de preservação ao redor de todo o complexo, compreendendo corredores ecológicos, APAs e parques estaduais integrados e abertos à visitação pública. Também serão requalificadas e valorizadas as unidades de conservação já existentes, como as APAs da Lagoa Encantada e do Rio Almada e o Parque Estadual do Conduru.

O Governo já está tomando providências para adequar os novos empreendimentos e garantir o crescimento sustentável da região, evitando impactos negativos sobre os centros urbanos situados na área de influência do projeto, que, além do bipolo urbano de Ilhéus-Itabuna, compreende cidades como Uruçuca, Buerarema e Itajuípe, localizadas num raio de 30 quilômetros do complexo.

Assim, sob tais condições, a partir de um cuidadoso planejamento, o projeto para implantação do Porto Sul irá livrar a região dos riscos decorrentes de um processo de degradação por conta de pressões urbanas desordenadas e ocupações irregulares.

Além de contribuir para a geração de ativos ambientais, o empreendimento vai estimular o turismo. Juntamente com o novo Aeroporto Internacional de Ilhéus, o Porto Sul Bahia irá impulsionar o turismo em todo o litoral sul da Bahia, gerando mais receita e novos postos de trabalho para o setor. Há a possibilidade até da inclusão de Ilhéus nas rotas dos cruzeiros com transatlânticos.

A exemplo do que se verifica no Porto de Suape, em Pernambuco, localizado a apenas 3 quilômetros do Eco Resort Cabo de Santo Agostinho e a poucos quilômetros de Porto de Galinhas, e no Porto de Itajaí, em Santa Catarina, a 6 quilômetros do Balneário Camboriú, o Porto Sul Bahia terá uma convivência harmoniosa e sinérgica com o setor do turismo.



Para evitar congestionamentos na área urbana, Ilhéus ganhará um anel rodoviário. Outra obra que trará enormes benefícios para a região será a duplicação da Rodovia Jorge Amado, que liga Itabuna a Ilhéus. Essa duplicação vai melhorar as condições de segurança para veículos e passageiros e facilitar o escoamento da produção do norte e do noroeste de Minas Gerais através do sul da Bahia. Também deve aumentar significativamente o fluxo de turistas em busca das praias locais.

Correspondendo a investimentos na ordem de 3 bilhões de reais, o projeto, que tem gestão pública e privada compartilhada entre o Estado da Bahia, a União e a Bahia Mineração — BAMIN, deve gerar mais de 10 mil empregos diretos e indiretos.

Estudos indicam também que o Porto Sul deve movimentar inicialmente 40 milhões de toneladas por ano, volume compatível com as exigências das grandes rotas internacionais.

Com a implantação do Terminal Portuário da Ponta da Tulha, a arrecadação de ICMS passará a 50 milhões de reais, cinco vezes mais do que os 10 milhões de reais arrecadados anualmente, hoje, em Ilhéus.

Para o pleno êxito do empreendimento, importa reforçar o empenho das partes responsáveis pelo projeto do Porto Sul Bahia, inclusive com especial atenção à série de medidas necessárias em decorrência da institucionalização de uma possível região metropolitana com eixo no bipolo Ilhéus-Itabuna. Exige-se, no caso, ampla discussão entre as municipalidades envolvidas, o Governo Estadual, a sociedade civil e o setor empresarial, buscando, em suma, assegurar unidade e efetividade às políticas de gestão territorial urbana em sua nova dimensão, bem como o aperfeiçoamento e fortalecimento institucional das administrações



municipais e seus serviços, a integração dos órgãos estaduais e federais com atuação sobre a região, e um sistema de planejamento e gestão estratégica regional em conformidade com o macroplanejamento do Estado e do Governo Federal.

Essas as nossas justificadas expectativas em favor do desenvolvimento do Estado da Bahia e do País.

Reitero, em conclusão, a importância do referido projeto, para que o sul da Bahia possa proceder a esse salto crucial e aguardado de desenvolvimento, de modo planejado, racional, integrado e ambientalmente sustentável, prestando, assim, decisiva contribuição para o progresso econômico e social harmônico da região, concorrendo, sobretudo, para a melhora das condições de trabalho e da qualidade de vida de seu povo.

Muito obrigado.



O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a eleição, na noite de segunda-feira, dia 28, do Sr. Marcos Guerra para a Presidência da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo — FINDES. Marcos Guerra já foi Senador, como suplente do Senador Gerson Camata, e é originário do setor de confecções. Ele tomará posse, oficialmente, no dia 30 de março, durante reunião do conselho de representantes da entidade e o mandato vai até 2014.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao mesmo tempo, processou-se ontem numa disputa muito aguerrida e com resultado muito positivo, a eleição na UNIMED, com a vitória do Dr. Márcio Almeida, representando a Chapa Evoluir, dando continuidade aos trabalhos que lá se processam.

É importante esse registro porque as duas instituições, por motivos distintos, têm uma grande representatividade no nosso Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.



O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não estive nesta Casa ontem, dia importante para a minha categoria dos auditores fiscais, porque acompanhei a Presidente Dilma Rousseff na visita que fez à Bahia para anunciar o reajuste dos benefícios do Programa Bolsa Família e a construção de um terminal de regaseificação de gás natural naquele Estado, uma importante obra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem (1º de março), estivemos na cidade de Irecê, na Bahia, onde a Presidente Dilma Rousseff anunciou o reajuste dos valores do Programa Bolsa Família. Depois, em Salvador, S.Exa. assinou protocolo para instalação de mais uma obra do PAC: a criação do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (TRBA) na Bahia.

Estiveram também em Irecê, acompanhando a Presidenta e o Governador Jaques Wagner, as Ministras Iriny Lopes, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como os Ministros Afonso Florence, do Desenvolvimento Agrário, e Edison Lobão, de Minas e Energia. Também acompanharam as atividades a Senadora Lídice da Mata, além de outros colegas Deputados.

Registro, Sr. Presidente, que o reajuste médio anunciado no programa de inclusão socioeconômica Bolsa Família foi de 19,4%. Porém, cabe destacar que, para a faixa etária de zero a 15 anos de idade, o reajuste foi de 45%. No total, o aumento concedido ao programa foi de 2,1 bilhões de reais.

Ainda em Irecê, a Presidente Dilma Rousseff reforçou o fortalecimento de dois programas de cidadania e geração de renda, voltados às trabalhadoras rurais da Bahia e empreendidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário: o Programa



Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR).

Para se ter uma ideia da dimensão dos programas, Sr. Presidente, só em Irecê, pelo PNDTR, durante 2 dias, vai ser realizado um mutirão para a emissão de documentos como CPF, Carteira de Identidade e Certidão de Nascimento. A expectativa é a de atender mil trabalhadoras. Dilma participou, antes da solenidade principal, da entrega das documentações iniciais a algumas mulheres, estimulando a participação das mesmas.

Em seguida, ainda tivemos a oportunidade de visitar uma exposição de noventa cooperativas, formadas por trabalhadoras rurais. Nela, vinte mulheres produzem artigos como bonecas, roupas e tapetes a partir de tecidos não utilizados por fábricas da região, que doam o material.

Segundo a agenda presidencial, fomos para a Capital baiana, onde foi assinado protocolo de intenções para a Instalação de Regaseificação da Bahia. Com isso, a Bahia passará a ser o terceiro Estado brasileiro a ter um Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (TRBA).

Essa obra, nobres pares, é um dos projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e deve gerar 850 empregos diretos e 2.400 indiretos, além de produzir reflexos positivos para o Recôncavo Baiano, logo no início da implantação do terminal. Segundo o Presidente da PETROBRAS, Sergio Gabrielli, a previsão é de que os trabalhos sejam iniciados em março do ano que vem e de que a conclusão se dê em setembro do ano seguinte, com investimentos da ordem de 1,5 bilhão de reais.



Esses anúncios, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, só vêm demonstrar que, quando o Governo sinalizou o contingenciamento de 50 bilhões de reais, direcionou os cortes apenas para os gastos públicos, preservando e até ampliando os investimentos necessários ao crescimento do País. Além disso, bem disse a própria Presidente Dilma, na ocasião: *“Carrego comigo o compromisso de desenvolver o Nordeste, em especial a Bahia”*. E a bancada baiana aqui nesta Casa está disposta a não medir esforços para que isso se concretize.

Ao reajustar o Bolsa Família e anunciar a construção de um terminal de gás na Bahia, a Presidente Dilma mostra-se disposta a manter o nível de investimentos para dar continuidade ao desenvolvimento do Nordeste e do Brasil.

Muito obrigado.



O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para destacar a importante reunião de que participaram nesta semana os Parlamentares que integram a Frente Parlamentar em Defesa do Carvão Mineral. No dia 28 de fevereiro, o Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, nos recebeu, no Salão Alberto Pasqualini, do Palácio Piratini, em Porto Alegre. A audiência que agendei como vice-presidente da Frente Parlamentar resultou em notícias promissoras.

As lideranças políticas, representantes empresariais e trabalhadores ligados à produção de carvão mineral no Rio Grande do Sul e Santa Catarina receberam o respaldo do Governador, que irá intermediar junto ao Governo Federal para a inclusão, de forma isonômica, dos projetos termelétricos a carvão dos Estados do Sul nos próximos leilões, denominados A-5, do Ministério de Minas e Energia. Solicitamos ao Governador que lidere o processo para retomada dos leilões e que seja o articulador junto ao Governo Federal com o propósito de estabelecer uma política nacional para o carvão.

Recebemos o respaldo de Tarso Genro, que solicitou aos participantes a elaboração de uma nota técnica com o conteúdo da reunião para ser encaminhada à Presidenta Dilma Rousseff. Agora, na Vice-Presidência da Frente Parlamentar, estamos liderando esse processo e, através da Frente Parlamentar, teremos uma audiência com a Presidenta Dilma, a fim de garantirmos energia para o Sul do País com a aprovação desse projeto.

Ainda se prontificou o Governador Tarso Genro a articular a efetivação de uma política de defesa da produção de forma que atenda aos interesses dos Estados do Sul — Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Trata-se do apoio a



uma política de sustentabilidade de uso da matriz energética. O apoio que o setor terá do Governador também foi destacado pelo Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral, Fernando Zancan. Com o respaldo também do Governo Federal vamos garantir o suprimento de energia elétrica também capaz de suportar o atendimento à expansão industrial,

O setor já apresenta avanços. Além dos 1.700 MW em operação, que inclui Candiota III, existem novos projetos termelétricos a carvão no Sul do Brasil, sendo que atualmente estão aptos a entrar em leilão 2.800 MW, que exigirão investimentos de aproximadamente 7,5 bilhões de dólares. Alguns deles, inclusive, já estão com licença ambiental, de destaque para a Metade Sul, que irá ampliar de forma significativa o fornecimento de energia no Rio Grande do Sul, possibilitando ao Estado partir para a exportação.

Os projetos em andamento são: Seival (2x300 MW), em Candiota-RS, com licença de instalação; MPX Sul (2x363 MW), em Candiota, com licença prévia; CTSul (2x350 MW), em Cachoeira do Sul, com licença de instalação em análise; USITESC (440 MW), em Treviso-SC, com licença prévia; Jacuí (350 MW), Rio Grande do Sul (obra paralisada); e Termopampa (300 MW), em Candiota, com projeto em licenciamento.

Essas propostas quando forem vencedoras dos leilões, quando implantados, atenderão às condicionantes estabelecidas nos licenciamentos ambientais e serão aplicadas as melhores tecnologias disponíveis.

O Estado gaúcho detém 90% das reservas de carvão do Brasil. O carvão mineral nacional vem sendo utilizado principalmente na geração de energia elétrica,



o que representa 81% do seu mercado e, complementarmente, na geração de vapor para processos industriais.

Não podemos admitir que o Rio Grande do Sul dependa mais de 65% da energia gerada. Somos deficitários, mas temos riquezas estratégicas e projetos aprovados com licença ambiental. Com a implantação dessas usinas térmicas haverá um incremento na geração de mais de 10 mil empregos e efetivando ainda a garantia da segurança energética dos Estados produtores de carvão, atraindo novos investimentos e alavancando o desenvolvimento.

Garantir o sistema interligado nacional à geração e sustentação para evitar os apagões que já estão ocorrendo no País é a nossa principal reivindicação. Trata-se de uma questão estratégica que visa garantir a segurança energética do Rio Grande do Sul, atraindo novos investimentos e alavancando o desenvolvimento de regiões deprimidas.

O encontro com o Governador contou com a presença de diversas lideranças ligadas ao setor de energia e das indústrias. Um dos posicionamentos que quero ressaltar é o do diretor da FIERGS, Carlos Weinschenck de Faria, que coordena o grupo temático de energia. Ele destacou o total apoio da FIERGS a esse projeto, no que se refere ao desenvolvimento de geração térmica, em especial a carvão mineral, porque gera riquezas e renda. Ainda movimentada a indústria como um todo. Além disso, enfatizou a importância da obtenção de uma energia firme dentro do Estado com capacidade de melhorias e fixação da oferta de energia com qualidade. A geração local nos polos consumidores reduzirá os problemas elétricos. As indústrias hoje têm equipamentos refinados que não aceitam quedas de energia para não afetar a produção. Com esse reforço na geração local, certamente irá melhorar a



qualidade da energia e assim permitir que as novas indústrias que desejarem se instalar no mercado ou até mesmo as já estabelecidas ampliem sua produção, tenham mais garantia e tranquilidade na execução das atividades.

Ressalto que na reunião também estavam presentes Deputados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; o ex-Senador Sérgio Zambiasi; representantes da MPX Energia, Paulo César Correa Soares, Eduardo Vasconcellos, Bruno Chevalier e Ricardo Lessa; da Carbonífera Criciúma, Alfredo Gazola; representando a COPELMI, César de Faria, que preside o Sindicato Nacional da Indústria do Carvão; o Presidente da CGTEE, Sereno Chaise; o Presidente da Companhia Regional de Mineração, Elifas Simas; o Presidente da CEEE, Sérgio Dias. A reunião ainda contou com a presença dos representantes das seguintes entidades: Tractbel, CTSul, COPERES, Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina, Sindicato dos Mineiros de Butiá, Associação dos Municípios da região carbonífera, além dos Prefeitos de Butiá, Paulo Machado, e Candiota, Luiz Carlos Folador.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa legislativa.

Era o que tinha a dizer.



O SR. SILAS CÂMARA (PSC-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente, tal como vários companheiros, registrar um excepcional fato: o reajuste do Programa Bolsa Família, que demonstra, de forma muito clara e concreta, o compromisso da Presidenta Dilma de eliminar por completo a miséria neste País.

Sr. Presidente, o dia de hoje foi muito concorrido nesta Casa. Várias Comissões e Frentes foram instaladas.

Faço parte da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática, inclusive como Vice-Presidente, e da Frente Parlamentar Evangélica, onde foi reconduzido, por unanimidade, como Líder o Pastor João Campos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no Estado do Amazonas, tudo é grandioso: a partir da extensão territorial, a maior das 27 unidades federativas brasileiras. Tão importantes, porém, quanto a área de 1.571.000 km² são os 3.522.000 habitantes que nela vivem e trabalham, na luta pela construção de uma realidade melhor, economicamente mais próspera e socialmente mais digna para todos. Esse é o enorme desafio que enfrenta o Governador Eduardo Braga, que, com inteligência, lucidez e vontade política, desencadeou uma revolução socioeconômica apontada como exemplo para o Brasil e para o mundo.

Não surpreende, pois, que, aos 47 anos, tenha o jovem governante amazonense recebido em 2007, da revista *ISTOÉ*, o título de *Brasileiro do Ano*, na categoria meio ambiente. Justo reconhecimento de um trabalho que desenvolve desde 2002, quando pela primeira vez assumiu o Governo do Estado.



“Meu envolvimento com a questão ecológica — diz o Governador Eduardo Braga — é muito mais em função da ênfase social do que propriamente com o meio ambiente”. Assim, lançou, em setembro do ano passado, o Programa Bolsa Floresta, sabedor de que uma das causas da devastação ambiental é a pobreza a que são condenados os que vivem na mata. Firmado um termo de compromisso para a preservação da floresta, o Governo pagará 50 reais por mês a cada família.

Trata-se do primeiro programa brasileiro de remuneração por serviços ambientais, feita diretamente às comunidades que residam nas Unidades de Conservação do Estado. O objetivo é que, até o final deste ano, cerca de 8.500 famílias recebam o benefício. O programa é parte da importante Lei de Mudanças Climáticas do Amazonas, sancionada em junho de 2007, e que tem como principal esteio para a implantação dessa nova política a Fundação Amazonas Sustentável, que objetiva combater o desmatamento e aperfeiçoar a relação homem-floresta.

Outra relevante iniciativa é o Programa Amazonas Florestal, que reúne dados técnicos e gerenciais sobre a flora e a fauna da região e os oferece às comunidades do interior do Estado, bem como a produtores e a empreendedores. Junte-se a esse trabalho o do Programa Amazonas Indígena, que promove, incentiva e dissemina o etnodesenvolvimento dos povos indígenas do Estado. Como fruto do Projeto Corredores Ecológicos, de preservação da diversidade biológica das florestas tropicais, definiu-se o Corredor Central da Amazônia, em que se acham 56 Unidades de Conservação públicas e privadas.

Tamanho esforço já surte efeito: dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE apontam que, de 2003 para 2007, o desmatamento no Estado do Amazonas diminuiu 63,3%, redução que chegou a 57,5% entre 2006 e 2007. Para



tanto, contribuíram de maneira substancial as 1.106 ações de fiscalização, em que se lavraram 53 autos de advertência e 50 autos de infração com multa.

Preservada a floresta, os créditos de carbono gerados por desmatamento evitado podem constituir uma caudalosa fonte de recursos. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA, cada hectare de floresta estoca 0,6 tonelada de carbono por ano. Dadas as dimensões do Estado do Amazonas, com 98% da sua cobertura florestal preservada, e o preço atual de 3,80 dólares por tonelada de carbono evitado, os créditos podem chegar à impressionante cifra de 100 milhões de dólares anuais.

Esta é a firme crença do Governador Eduardo Braga: *“Estamos na antevéspera da valorização de um dos maiores ativos do Brasil e o maior do meu Estado”*, afirmou recentemente. De nossa parte, não faltarão o estímulo e o apoio para que, juntos e solidários, façamo-nos construtores do desenvolvimento econômico e da justiça social a que têm direito o Estado e o povo do Amazonas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Obrigado, Deputado Silas Câmara.



O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estive ontem acompanhando o Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves, em visita à bela e querida cidade de Belo Oriente, no Vale do Rio Doce, Minas Gerais.

Entre as várias inaugurações promovidas pelo Prefeito Beto Lopes na cidade, nós participamos da inauguração da agência do INSS, que vai contribuir muito para melhorar a qualidade de vida daquela população, sobretudo dos aposentados.

Quero também cumprimentar o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Alex de Melo, e o Vereador Rivaldo Costa, que participaram da solenidade.

Portanto, foi um momento muito importante para a nossa cidade de Belo Oriente, tendo em vista que estamos comemorando também os seus 48 anos de emancipação político-administrativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 3 será realizada uma festa em comemoração pela eleição da Diretoria do Sindicato APEOC, que representa professores e funcionários da área de educação. Tenho o prazer de fazer parte da diretoria, como representante do CENP.

Nós vamos continuar lutando por melhores condições de trabalho e pela formação dos nossos colegas professores, mas antes de tudo pelo piso, cuja proposta tramita no tribunal, tendo em vista a demora para a solução do problema referente à carga horária dos senhores professores.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Encontra-se presente a Sra. Solange Pereira de Almeida, representante do Estado do Rio de Janeiro, eleita pela Coligação PP/PMDB/PSC, que tomará posse em virtude do afastamento do titular.

Convido S.Exa. a prestar o compromisso regimental, com o Plenário e as galerias de pé.

(Comparece à Mesa a Sra. Solange Pereira de Almeida e presta o seguinte compromisso):

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO BRASILEIRO E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Declaro empossada a Sra. Solange Pereira de Almeida. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Celia Rocha.

A SRA. CELIA ROCHA (Bloco/PTB-AL. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, alagoana que sou, eleita que fui, depois de dois dias de tantas comemorações tão bonitas nesta Casa e no Senado, é com pesar que subo a esta tribuna, no dia de hoje, quando os principais jornais do País noticiaram que Alagoas é o primeiro Estado no *ranking* da violência no Brasil.

A pesquisa Mapa da Violência, divulgada pelo Ministério da Justiça, expressou em números o que até então era sentimento ou pressentimento de medo: Alagoas lidera o *ranking* dos Estados brasileiros mais violentos, com uma taxa de 60,3 homicídios para cada 100 mil habitantes. Maceió desponta como a capital mais violenta do País, com 107,1%, e impressionante taxa de crescimento de 222%. Pior, os jovens são a maioria das vítimas.

Para que tenhamos uma ideia, Sr. Presidente, somente entre os dias 11 e 13 de fevereiro, por exemplo, o Instituto Médico Legal e a Polícia Militar registraram 30 crimes de homicídio em Alagoas.

Dinâmicos, os conceitos mudam com o tempo. Paz já foi antônimo de guerra. Hoje a guerra se dá em tempo de paz. Para estudiosos do tema, a violência só decresce ou diminui com a conjunção de quatro “Ds”: desenvolvimento, direitos humanos, democracia e desarmamento.

E mesmo que tivéssemos níveis plenos de desenvolvimento, direitos humanos, democracia e desarmamento, ainda teríamos a violência, que é o narcotráfico. Refúgio para traficantes em fuga, rota de distribuição de drogas para a Europa, provedor dos materiais químicos para a produção, base para a lavagem de



dinheiro e mercado para o consumo. Em todos os aspectos do negócio do narcotráfico, o Brasil aumenta sua participação mais rapidamente do que as tentativas de combate ou fiscalização.

O último relatório do Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes para o Brasil e o Cone Sul diz que o consumo de drogas no País aumentou entre 150% e 700% na última década. E para desespero geral da Nação, o número de usuários de *crack*, a mais mortífera das drogas conhecidas, cresce de maneira assustadora.

Trezentos milhões de reais por dia é o custo estimado da violência no Brasil. E esses valores não contabilizam o sofrimento físico e psicológico das vítimas da violência brasileira, uma das mais dramáticas do mundo.

O fim desta violência poderia gerar um adicional superior a 101 bilhões de dólares anuais à economia do País.

A solução para a violência no Brasil envolve os mais diversos setores da sociedade, não só a segurança pública e um Judiciário eficiente, mas, também, demanda, com urgência, profundidade e extensão, a melhoria do sistema educacional, do sistema de saúde, da política habitacional e do fortalecimento do núcleo familiar. Requer, principalmente, uma grande mudança nas políticas públicas e uma participação maior da sociedade nas discussões e soluções do problema. O combate à violência não pode ser um penduricalho governamental.

A segurança pública é prioridade. Prioridade é tudo aquilo que não pode ficar para depois, logo, é fundamental que tenhamos uma política de Estado, estratégica e perene, para combater os vetores da violência.



Representante do povo de Alagoas nesta Casa, proponho que a bancada federal do meu Estado trabalhe, de forma coesa e suprapartidária, no estudo e na apresentação de projetos que, somados, possam combater, estancar, arrefecer o *tsunami* da violência que se levanta contra o respeito, a dignidade, a paz e a vida.

Os alagoanos — e os brasileiros, ao fim e ao cabo — precisam que as instituições responsáveis pela proteção da pessoa humana e de seus direitos estejam atentas — diligente e inteligentemente atentas — a fim de que a geografia da violência não tome conta da nossa história.

Sr. Presidente, finalizo lembrando uma frase do mestre Graciliano Ramos, que deixo como uma reflexão para os brasileiros: *“É fácil se livrar das responsabilidades. Difícil é escapar das consequências por ter se livrado delas”*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.



O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente, faço uso da palavra nesta oportunidade para dizer de dois momentos de muita alegria que tive na segunda-feira passada, dia 28 de fevereiro.

Na minha cidade, Juína, que fica 740 quilômetros a noroeste de Cuiabá, Mato Grosso, tivemos a oportunidade de inaugurar uma agência da Caixa Econômica Federal, sonho de mais 15 anos da nossa população.

Quando assumi pela primeira vez a Prefeitura daquela cidade, que tem hoje 40 mil habitantes, iniciamos o processo de instalação dessa agência, juntamente com a Câmara de Vereadores, com organizações sociais do nosso Município e com os clubes de serviços. Isso ainda em 1997.

Passados já 15 anos, agora, na comemoração dos 150 anos da Caixa Econômica Federal, fundada em 1861, tivemos o prazer de inaugurar essa agência em nosso Município.

Agradeço à Presidenta da Caixa, Maria Fernanda, ao Superintendente da Caixa em Mato Grosso, Ivo Zequim, e ao ex-Deputado Carlos Abicalil, que foi nosso parceiro nessa luta — eu ainda era Deputado Estadual, e ele, Deputado Federal.

Além de a Caixa ser o principal agente dos programas sociais do Governo, ela atenderá à população com créditos para a pessoa física e pessoa jurídica e com o pagamento de seguro-desemprego, FGTS, PIS e demais ações próprias da Caixa Econômica, que, ademais, é o banco da poupança do nosso País.

Vamos fomentar a indústria da construção civil, que será multiplicada muitas vezes com a chegada da Caixa Econômica a Juína, que, a propósito, atenderá também a população de Brasnorte, Castanheira, Juruena, Cotriguaçu, Colniza,



Aripuanã, Rondolândia, enfim, a população de todo o Vale do Arinos e de Juar — cidade para a qual vamos pleitear a instalação de uma agência própria, uma vez que se trata de uma cidade de 35 mil habitantes — e também de Novo Horizonte do Norte, de Porto dos Gaúchos, de Tabaporã. Duzentas mil pessoas serão atendidas pela unidade da Caixa Econômica no Município de Juína.

Enfim, temos motivo para muita alegria. Agradeço a todos que contribuíram para essa conquista: a sociedade de Juína, a Câmara de Vereadores, o atual Prefeito, Altir Peruzzo, a Vice-Prefeita, Josi Moraes, que é minha esposa, todos que batalharam para que pudéssemos inaugurar essa agência da Caixa no Município.

Sr. Presidente, a outra alegria que eu tive foi receber o título de Cidadão Juinense. Moro na cidade há 19 anos, fui seu Prefeito duas vezes, e fui Deputado Estadual com base na região. Esse título já me havia sido outorgado desde 2004, no entanto, mesmo eu morando lá, nunca havia tido uma possibilidade de recebê-lo. Foi sugerido em projeto de lei do Vereador Ailton Barbosa de Oliveira, o popular “Neguinho da 4”, e recebido por mim esta semana, na Câmara de Vereadores do Município, que tem como Presidente o Vereador Antônio Munhoz Sanches, o popular Tuna.

A homenagem me encheu de alegria, dada a nossa história de luta naquela cidade da região noroeste de Mato Grosso, da qual fui Prefeito antes de ser Deputado Estadual, Secretário Estadual de Educação e agora Deputado Federal, já não mais representando apenas a minha cidade de Juína, mas todo o Estado do Mato Grosso.



Estamos muito felizes por tudo isso, Sr. Presidente, e mais uma vez agradecemos o apoio a cada um dos Parlamentares desta Casa na luta em prol de um País melhor, mais solidário.

Muito obrigado.



O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (PP-SP. Sem revisão do orador.) -

Exmo. Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, caros profissionais da imprensa e público presente, em meu primeiro discurso nesta Casa, eu gostaria de agradecer primeiramente a Deus pelos mais de 160 mil votos que recebi em São Paulo. Dos 645 Municípios do Estado, obtive votos em 631. Agradeço também aos eleitores que votaram em mim e em meu filho, Rodrigo Moraes, o mais jovem Deputado Estadual eleito no Estado de São Paulo, com quase 130 mil votos. Toda a nossa gratidão a Deus e ao povo que nos escolheu para representá-lo.

Sou de Itu, cidade muito conhecida, da qual fui Vereador por três mandatos e Presidente da Câmara de Vereadores de 1989 a 1990. Há mais de 60 anos aquela região não tinha um Deputado Federal, mas hoje pode contar com o nosso trabalho e a nossa garra. É por isso que estamos nesta Casa de leis.

Sr. Presidente, agradeço também ao povo da Capital de São Paulo, onde obtive mais de 62 mil votos. Lá eu exercia o meu terceiro mandato de Vereador. Fui eleito três vezes Vereador de São Paulo. E é sabido que ser Vereador de São Paulo é mais difícil do que ser Deputado. Agradeço sinceramente à população de São Paulo. Tenham a certeza de que vamos realizar um grande trabalho em prol do nosso Estado e deste País.

Deixo os meus agradecimentos também a esta Casa, em especial a seu Presidente. Semana passada, estive aqui em visita o nosso apóstolo Valdemiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus, que foi muito bem recebido por dezenas de Deputados. O apóstolo Valdemiro realiza um belo trabalho de evangelização no Brasil, ou melhor, em todo o mundo, lutando para tirar as pessoas das drogas, restaurando casamentos, abençoando pessoas. Ficamos felizes com a



recepção que esta Casa deu ao apóstolo Valdemiro, que, posso dizer com toda a franqueza, não veio aqui para falar de religião. Ele não prega a religião e, sim, a unidade entre as pessoas. Na primeira vez em que entrou nesta Casa, ficou muito feliz pela receptividade que encontrou. Manifesto, em nome dele, da Igreja Mundial e de todos os que compõem esse ministério, a nossa gratidão.

Sr. Presidente, eu queria também registrar que apresentamos ontem a esta Casa um projeto muito importante, que vai cuidar do atendimento justo e sincero, por hospitais das redes municipal, estadual e federal, às pessoas dependentes de drogas e de álcool.

Nós sabemos que hoje muitas pessoas estão perdidas no mundo das drogas, principalmente no alcoolismo. Vamos atestar isso agora, num momento de festa. Vamos ver quantas pessoas estão nessa situação, perdendo inclusive a vida. Por quê? Porque as drogas e a bebida acabam com as pessoas. Temos de trazer aqui o bem, temos de trazer essa união. Tenho certeza de que este projeto obterá êxito.

Quero deixar este agradecimento à Casa e pedir a V.Exa., Sr. Presidente, que autorize a divulgação do nosso discurso desta tarde em todos os órgãos de imprensa da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Exmo. Sr. Presidente, nobres Deputadas, colegas Deputados, caros profissionais de imprensa e público presente, primeiramente, gostaria de dar início ao meu discurso agradecendo a Deus, pois sei das dificuldades por que já passei na vida, incluindo minhas candidaturas e sei que sem Ele eu não seria nada. E gostaria



também de agradecer aos mais de 160 mil eleitores que me deram a oportunidade de estar presente nesta Casa de leis pelos próximos 4 anos.

Esse número de votos é resultado da ação de homens e mulheres que acreditaram em um trabalho que, graças a Deus, eu exerço há mais de 30 anos, tendo em vista que nessa minha carreira política não há nenhum indício de má conduta ou qualquer coisa que se possa dizer que denigra a minha pessoa.

Hoje, diante desta tribuna, eleito Deputado Federal para servir ao meu País, vejo o quanto valeu a pena cada esforço, cada dia e cada noite de luta que vivi ao lado do meu povo; cada passo que dei rumo à Câmara de Vereadores da minha querida Itu, onde muito jovem fui Vereador por três mandatos, inclusive presidindo aquela Casa; cada passo que dei rumo à Câmara da Capital de São Paulo, onde fui Vereador por três mandatos, até vir para esta Casa, agora.

Estou muito feliz por estar aqui à custa de uma história limpa e de muito trabalho. Porém, estou muito mais feliz por ter conseguido ser exemplo para alguém, que, ao que tudo indica, dará continuidade a essa minha missão árdua que é a de ser político honesto em nosso País. Refiro-me ao meu querido filho Rodrigo Moraes, um advogado, o mais jovem Deputado Estadual eleito por São Paulo, com quase 125 mil votos.

Senhoras e senhores, finalizo a minha fala destacando algumas pessoas que são muito especiais para mim: a minha esposa Elizabete, que me acompanha há quase 30 anos, tendo sido sempre uma grande auxiliadora; e também os meus filhos Rodrigo e José Olimpio Júnior, que também estiveram presentes nos momentos bons e ruins.



Posso dizer que a família é como uma árvore, que, estando plantada nos fundamentos de Deus, é a maior ajuda para se trilhar um caminho abençoado.

E, já que estou falando de família, quero finalizar externando a minha gratidão e a minha consideração a toda a nação da Igreja Mundial do Poder de Deus, em nome do meu amigo e irmão apóstolo Valdemiro Santiago e de sua amada família, que tenho como fosse a minha.

Por fim, quero agradecer a cada um dos meus novos companheiros pela cordial recepção, em especial ao nobre Presidente Marco Maia. Estejam certos, Excelências, de que aqui está um homem pequeno de estatura, mas um parceiro gigante daqueles que lutam pelo povo com coragem e respeito.

Muito obrigado a todos.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Hoje, para nossa honra, dos quatro Deputados que assumem mandato, três são mulheres.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Encontra-se presente a Sra. Marina Pignataro Santanna, representante do Estado de Goiás, eleita pela Coligação PT/PMDB/PCdoB, que tomará posse em virtude do afastamento do titular.

Convido S.Exa. a prestar o compromisso regimental, com o Plenário e as galerias de pé.

(Comparece à Mesa a Sra. Marina Pignataro Santanna e presta o seguinte compromisso):

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO BRASILEIRO E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Declaro empossada a Sra. Marina Pignataro Santanna. *(Palmas.)*

Muito sucesso no exercício do mandato!



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Concedo a palavra ao Deputado Audifax, companheiro do Espírito Santo.

O SR. AUDIFAX (Bloco/PSB-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Júlio Delgado, saudamos V.Exa., nossos Deputados e Deputadas.

Antes de tudo, gostaríamos de cumprimentar o Vereador Jamir Malini, da cidade da Serra, que nos faz uma visita. Trata-se de um Vereador muito ético, muito sério, que tem feito um grande trabalho na cidade, dando a sua contribuição. Muito nos alegra a sua presença aqui, Vereador.

Estamos completando pouco mais de 1 mês como Deputado Federal da nova bancada do Espírito Santo, uma bancada pequena, de dez Deputados Federais e três Senadores, e queremos registrar alguns avanços que essa bancada fez no mês de fevereiro.

Tivemos uma reunião com o Ministro dos Portos para tratar de algumas questões relativas aos portos do Espírito Santo, especificamente no que diz respeito à dragagem do Porto de Vitória, ao aprofundamento do canal. E houve o compromisso do Ministro de iniciar a obra no segundo semestre deste ano. Também conversamos sobre a ampliação do cais de Vitória, muito importante, do ponto de vista econômico, para os empresários e a população do Estado. A construção do cais no Porto de Atalaia, em Vila Velha, é outra obra que a bancada reivindicou. Tivemos o compromisso do Ministro de que essa obra e a do porto de águas profundas serão iniciadas em 2012.

Todas essas iniciativas são fruto do trabalho da nossa bancada, que está fortemente unida em prol do Estado do Espírito Santo.



Nós tivemos também, no dia de ontem, uma reunião com o Ministro dos Transportes para tratar de alguns gargalos no que diz respeito à duplicação das BRs 101, 262, 484 e 342. Recebemos a garantia do Ministro de que serão iniciadas as obras da BR-261 e da BR-101 ainda neste ano e, no ano que vem, da BR-484 e da BR-342.

Tivemos ontem mais uma reunião importante, desta vez com o nosso Vice-Presidente Michel Temer, a quem quero agradecer. Tratamos da questão do nosso aeroporto, obra prioritária para o Estado do Espírito Santo, beneficiando o turismo, a população e a economia do Estado. O nosso Vice-Presidente prometeu, juntamente com a INFRAERO e o Exército, agilizar, ainda este ano, as licitações para essa obra de fundamental importância para o Estado.

Por último, informo que vamos apresentar, ainda esta semana, o projeto de lei que estamos apelidando de Lei Maria da Penha da Educação. A cada dia observamos agressões aos profissionais na sala de aula. Hoje mesmo um noticiário do Distrito Federal mostrava professores sendo agredidos. Esse é o retrato do nosso País. Estamos protocolando esse projeto para que possamos dar aos profissionais da educação mais segurança. Os resultados serão importantes para a qualidade do ensino das nossas crianças.

Queremos parabenizar a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa pelo apoio à iniciativa de criação do SIMPLES Rural e ampliação do teto para enquadramento das empresas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Agradeço e cumprimento V.Exa., nobre Deputado Audifax, colega de bancada.



O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus companheiros, quero crer que eu não seja o único certo ou o único errado. Quero criticar o reajuste no Bolsa Família.

Uma Deputada agora há pouco perguntou se eu já passei fome na vida. Acho que a resposta não é em cima da demagogia. Enquanto alguns se preocupam aqui com a reforma política, para termos melhores representantes nesta Casa, a fim de que o Brasil possa alcançar dias melhores, o Governo que está aí, do PT, faz sua reforma política, ou melhor, amplia e fortalece a sua base eleitoral com o Bolsa Família.

Até o local que Dilma escolheu para anunciar o reajuste foi uma cidade em que ela obteve 80% dos votos e a maioria é de pobres e miseráveis, que são obrigados, presos, escravizados por esse programa, porque não podem conseguir emprego. Caso obtenham emprego, eles deixam o Bolsa Família. E o detalhe: o Bolsa Família atende até o limite de cinco filhos por casal. Ou seja, aqueles que deveriam ter o apoio do Governo para uma política de planejamento familiar, de paternidade responsável ou até de — o nome é muito certo — controle de natalidade não o têm. Ou seja, quanto mais pobre, miserável e sem cultura, mais gente com título de eleitor na mão para manter no Governo, que o escraviza. Onde nós vamos parar? É a ditadura do proletariado.

Uma matéria do jornal *O Globo* — o título é *Um mundo irreconhecível em 2050* — tem a ver com o crescimento populacional. No Brasil, nós crescemos 3 milhões de habitantes por ano. Aonde nós vamos chegar? Em 1970, nós éramos 90 milhões; 40 anos depois, nós somos 190 milhões. São mais 3 milhões de bocas por



ano que necessitam de alimento, de energia, de matéria-prima para satisfazer outras necessidades.

E aí fica até aquela pergunta: a Vale do Rio Doce ter tido um lucro de 50 bilhões de reais no ano passado é para nós motivo de orgulho ou de preocupação? Nada contra o lucro da Vale — eu acho que todo mundo deve ter lucro —, mas, basicamente, em cima de quê? Exportação de *commodities*. O Brasil, de forma geral, exporta *commodities*; a Vale, minerais *in natura*. A projeção para daqui a 40 anos, agora, é essas reservas estarem exauridas. Como será o nosso País?

Se bem que não será daqui a 40 anos. Ao longo desse período todo, nós enfrentaremos problemas. Eu já devo ter partido, estarei com 95 anos de idade. Muitos aqui estarão vivos. O que é preocupante: como estarão nossos filhos e nossos netos? É uma coisa com que nós temos de nos preocupar. Os países do Primeiro Mundo não exploram as suas jazidas da forma como nós exploramos aqui no Brasil.

Assim sendo, Sr. Presidente, essa preocupação tem de ser de todos. Acredito que este Congresso tem que ter uma bandeira, uma pauta. É importante votarmos as propostas do Executivo? Sim, mas devemos ter uma bandeira, uma pauta, voltada para um Brasil melhor no futuro. Ou o nosso País vai se acabar daqui a 30, 40 anos? Parece que sim. Essa massa, que cresce, que é incentivada a ter mais filhos, a viver na ociosidade, fruto do trabalho de quem produz para jogar para o Bolsa Família, leva-nos, cada vez mais, a um país de miseráveis.

Lembro-me do que disse o Presidente Figueiredo — alguns contestam isso: “*Um dia a Rocinha vai descer*”. Foi bem-intencionado, para mostrar a favelização do Rio de Janeiro.



Agora eu me reporto à favelização do Brasil em cima do Bolsa Família. Que orgulho tem um Governo como este em falar que atende 13 milhões de famílias, 50 milhões de pessoas, sem um norte, sem um limite para realmente tirar esse pessoal da miséria?

Não existe outro caminho para tirar o povo da miséria sem uma política de paternidade responsável. É preciso dar meios para controlar a sua prole a quem, lamentavelmente, é ignorante. Nós controlamos a nossa, mas o pessoal pobre não controla a dele.

E há o interesse atrás do voto fácil dessa gente para outros se perpetuarem no poder.

É esta a advertência que faço, Sr. Presidente.

Existe uma proposta de emenda à Constituição que trata da liberação para se realizar vasectomia e laqueadura, que acho deve ser discutida nesta Casa.

Muito obrigado, Deputado Júlio Delgado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Muito obrigado, Deputado Jair Bolsonaro.



O SR. JOSÉ AIRTON (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, quero fazer um agradecimento pela visita ao Ceará, no último sábado, ao nosso Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, companheiro que tem um compromisso muito grande com as causas do nosso povo.

S.Exa. esteve no Ceará durante peregrinação por 16 Estados da Federação, para apoiar pessoalmente a mobilização contra o risco de epidemia de dengue em algumas regiões brasileiras. O Ceará, particularmente, é um Estado que tem reconhecimento, pelas políticas públicas implantadas, sobretudo porque foi pioneiro na implantação do Programa Saúde da Família e na atuação dos agentes comunitários de saúde, experiência que tive o privilégio de iniciar quando fui Prefeito da cidade de Icapuí. Participamos desse processo de fortalecimento das ações preventivas contra a dengue e da defesa da saúde pública do nosso povo.

O Ministro esteve na Escola de Saúde Pública, acompanhado pelo nosso Vice-Governador em exercício, Domingos Filho, junto com os Senadores Eunício Oliveira e Inácio Arruda, com a bancada federal do Ceará, vários Deputados Estaduais, Prefeitos, Secretários Municipais e representantes da sociedade. Houve inclusive uma grande apresentação do movimento social de mobilização contra a dengue para alertar a sociedade para o risco da doença.

Quero felicitar o Ministro e agradecer-lhe a presença. Precisamos urgentemente mobilizar a população, porque, nessa luta, não basta os Governos estarem engajados. É fundamental e decisiva a participação da sociedade. Por isso essa campanha tem um apelo muito importante para combatermos a dengue, os malefícios ocasionados pelo mosquito *Aedes aegypti*.



Mais uma vez quero ressaltar o importante papel dos Prefeitos, dos Secretários, enfim, da comunidade como um todo.

Trago a esta tribuna outro assunto, Sr. Presidente e caros colegas. É preciso destacar a medida que a nossa Presidente acaba de tomar. Vejam bem: por um lado, o Governo faz cortes de 50 bilhões de reais no Orçamento, que, como sabemos, é fictício — o Orçamento da União, assim como o de Estados e Municípios, precisa estar ajustado à realidade, entre receitas e despesas; por outro lado, a nossa Presidente nos surpreende positivamente e mostra mais uma vez um compromisso inadiável com as áreas sociais. É com alegria e satisfação que soubemos do reajuste dos benefícios do Programa Bolsa Família, medida que causará impacto decisivo na vida de milhões de brasileiros que dele dependem.

Muitos não gostam dela porque acham que é assistencialista, que não traz muitos benefícios, que faz as pessoas se acomodarem, mas nós entendemos a realidade. Os dados comprovam que é preciso apoiar essas famílias e contar com uma política de inclusão social. Por isso a formação, a capacitação é muito importante.

Parabéns ao Governo Federal por essa iniciativa!



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Amauri Teixeira.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar o meu pesar pelo falecimento do meu conterrâneo José Ferreira, pai do Vereador Robertão, do PDT de Jacobina.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Nobre Deputado, esta Presidência se associa a V.Exa. na manifestação das condolências.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores visitantes que ocupam as galerias, membros da imprensa, servidores desta Casa, estou colhendo assinaturas para a constituição de uma frente parlamentar em defesa dos atingidos pela produção de energia elétrica no País, principalmente os atingidos por barragens.

Verificamos que o filé do capitalismo brasileiro é a construção de barragens para a produção de energia elétrica. Por que é um filé? Porque essas empresas — boa parte delas estrangeiras — recebem financiamento do BNDES com prazo de 30 anos para pagar; recebem uma série de incentivos tributários; usam um rio, que é patrimônio da Nação brasileira, um bem de uso comum; produzem energia para vender a todos nós a preços absurdos e ainda maltratam e exploram milhares de brasileiros que vivem às margens dos rios, à custa da água dos rios.

Segunda-feira sobrevoei a Hidrelétrica de Estreito, nos Estados do Maranhão e Tocantins. São dois Municípios no Maranhão (Carolina, que é um polo turístico, e Estreito) e dez Municípios no Tocantins. Deputado Garotinho, estão enchendo o lago. Oitenta por cento da biomassa está em pé. Não derrubaram um pé de palmeira de babaçu, de pequi, de bacuri. A vegetação nativa está em pé, vai apodrecer. A água já está imprópria para o consumo. O peixe desapareceu porque, quando fizeram a barragem não tomaram providências para garantir a piracema — os peixes não subiram para fazer a desova, após milhões de anos.



As populações acima da barragem estão passando fome. Lá, os pescadores nos disseram que não há comida nem para o boto. O Governo está socorrendo essas pessoas com cestas básicas.

Não é justo que o povo brasileiro tenha que subsidiar essas empresas com juros baixos e com um prazo enorme para o pagamento. Depois, o Governo ainda tem que arranjar terra para o ribeirinho, comida para pescador, porque essas empresas não cumprem as condicionantes assinadas com o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente.

Estou colhendo assinatura para essa frente parlamentar. São quase 1 milhão de brasileiros que passaram da condição de pobres para a condição de miseráveis, por conta da produção de energia no País. Isso é uma injustiça.

A Sra. Presidenta da República, Dilma Rousseff, assumiu o compromisso de acabar com a pobreza no País e o Presidente Lula assinou o Programa Nacional de Direitos Humanos. Não é justo que alguns brasileiros vivam no conforto de ter energia elétrica à custa do sofrimento, da dor e da fome de milhares de brasileiros que vivem da pesca, que vivem das vazantes, do extrativismo.

Quero anunciar que estou preparando ações, e vou assumi-las em meu nome. Vou pedir a abertura de inquérito policial contra o Consórcio Estreito Energia — CESTE. Eles estão praticando um genocídio contra a população pobre do Maranhão e do Piauí. Vou encaminhar essas ações ao IBAMA; estou pedindo audiência com a Sra. Ministra do Meio Ambiente, porque o órgão tem responsabilidade no que se refere às irregularidades praticadas.



Não é possível que o Governo não veja que lá está toda a vegetação nativa em pé. Eles têm um programa pelo qual estão obrigados a retirar toda a biomassa, justamente para que a água não fique podre.

Na Barragem de Tucuruí, como não tiraram o mato, a vegetação, vive uma epidemia de mosquitos até hoje.

Não é possível que as autoridades públicas não verifiquem que o CESTE está zombando do Governo, está descumprindo as condicionantes.

Eu tive que pagar aluguel de um helicóptero, tive que pagar cinegrafista e um fotógrafo para documentar uma realidade vista a olhos nu. Só não vê quem é cego!

Portanto, quero aqui denunciar o CESTE, mais uma vez, pelo descompromisso com as condicionantes assumidas pelo IBAMA, pois ele está violando a legislação ambiental, está transformando em miseráveis a população que era pobre, mas que tinha o que Deus deu. Não há esse direito de tirar do ser humano aquilo que Deus lhe deu, que são o rio e a natureza.

Se o Estado nunca garantiu saúde, educação e emprego, ele não tem direito de tirar aquilo que a natureza ofereceu, que é a água, o rio e os recursos naturais que lhes sustentam com o extrativismo.

Portanto, vou encaminhar abertura de inquérito policial na Polícia Federal contra o CESTE. Espero que os Deputados assinem o pedido de constituição dessa frente parlamentar, já que temos tantas, para darmos assistência a todos os atingidos por barragem, por toda produção de energia no País.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Agradeço ao Deputado Domingos Dutra.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Deputado Dr. Paulo César. S.Exa. tem a palavra por 5 minutos.

Passo a Presidência ao nobre Deputado Inocêncio Oliveira, a quem já transfiro a isonomia do tempo que temos cumprido em relação aos discursos dados como lidos no Pequeno Expediente.

O Deputado Anthony Garotinho falará no lugar do Deputado Dr. Paulo César. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Agradeço a gentileza ao meu colega Deputado Paulo César.

Hoje eu venho a esta Casa para fazer uma pergunta, meus nobres colegas Deputados: pode alguém ganhar acima do Ministro do Supremo Tribunal Federal? É claro que não! A resposta é óbvia!

Alguém perguntaria: há alguém que ganhe acima do Ministro do Supremo Tribunal Federal? Há, o Sr. José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Logo após o carnaval, eu estarei aqui com o seu contracheque, com um vencimento de 34 mil reais, acumulando o salário de Delegado Federal e de Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Nos últimos dias, o Sr. José Mariano Beltrame abafou uma crise na segurança pública para apoiar corruptos da Polícia do Rio de Janeiro.

Todos sabem que ele conseguiu tirar o Superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro — que saiu de licença e daqui a três meses voltará como adido policial em Roma — e transferir para o Estado do Maranhão o Delegado da Operação Guilhotina.



Tudo isso por quê? Porque um dos corruptos, o Delegado Allan Turnowski, descobriu e colocou contra a parede o Sr. José Mariano Beltrame, através do seu padrinho, que o mantém à frente da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, o ex-Secretário Nacional de Segurança, Sr. Luiz Fernando Corrêa, ex-Diretor-Geral da Polícia Federal.

O Sr. Luiz Fernando Corrêa, para quem não sabe, Srs. Deputados, é um torturador. Ele responde a inquérito na Polícia Federal por ter espancado uma empregada doméstica acusada de furtar alguma coisa na casa da avó dele; e espancou tanto essa pobre coitada que ela ficou cega — isso nas dependências da Polícia Federal no Rio Grande do Sul.

O Sr. Luiz Fernando Corrêa responde por compra superfaturada de mais de 60 milhões de reais da Dígito, em equipamentos comprados para o Pan-Americano.

Quero dizer que, na próxima semana, como membro da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, na qual tomamos posse na manhã de hoje, pedirei que seja solicitada à Polícia Federal e à Secretaria Nacional de Segurança a relação de todas as compras realizadas pelo Sr. Luiz Fernando Corrêa durante o período em que esteve à frente da Polícia Federal ou da Secretaria Nacional de Segurança.

Deixo a pergunta no ar: pode alguém receber mais do que o Ministro do Supremo Tribunal Federal? Não pode, mas o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Sr. José Mariano Beltrano, recebe 34 mil reais. Uma vergonha que se soma aos escândalos que vêm ocorrendo na Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O Sr. Júlio Delgado, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 3º Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Sr. Deputado Edinho Araújo.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, a bela cidade de Olímpia, de 50 mil habitantes, distante 430 quilômetros de São Paulo, completa hoje 108 anos de fundação. E deveria estar em festa, não fosse o forte temporal que atingiu o Município, causando mais de 2 milhões de reais em prejuízos.

Mas a força de seu povo e das autoridades, tenho certeza, será maior do que esta adversidade de momento.

Olímpia é um dos destinos turísticos mais procurados do interior de São Paulo. Sua economia é impulsionada pelo comércio, indústria, agronegócios, mas principalmente pelo turismo. Olímpia é referência nacional em cultura popular. É considerada a Capital do Folclore, por realizar anualmente o maior festival do gênero no País, o Festival Nacional do Folclore, que este ano completa sua 47ª edição.

Olímpia construiu um recinto exclusivamente para o festival, a Praça de Atividades Folclóricas Professor José Sant'anna, que recebe anualmente mais de 150 mil pessoas para acompanhar as apresentações de grupos folclóricos de todas as regiões brasileiras.

Este ano o Festival Nacional do Folclore — FEFOL, como é conhecido, será em julho, para atrair mais turistas.

Pela sua importância e abrangência, este festival merece ser olhado com muito mais atenção pelos Governos Estadual e Federal. O Festival Nacional do Folclore merece receber investimentos para tornar-se ainda maior.



Olímpia explora também as águas termais. O clube Thermas recebe mais de 700 mil visitantes por ano, que se divertem em suas piscinas de água quente natural.

A cidade está investindo na infraestrutura hoteleira para receber mais turistas. Entre hotéis, pousadas e casas particulares alugadas para temporada, Olímpia oferece mais de 3 mil leitos aos turistas. Conhecida como Cidade Menina Moça, ela experimenta um período de muito progresso.

A Prefeitura está investindo em um pacote de obras, que vão desde unidades de saúde, reformas de praças, abertura de avenidas, quadras esportivas, a um plano de drenagem urbana para os próximos 20 anos, além de investimentos pesados no abastecimento de água.

Em nome do jovem Prefeito Geninho Zuliani, cumprimento a todos os moradores de Olímpia. Desejo que a cidade se recupere rapidamente e retome o ritmo de desenvolvimento para o bem de todos os seus cidadãos e visitantes.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, o Brasil experimentou nos últimos anos um extraordinário período de crescimento econômico, de geração e distribuição de renda e de inclusão social, que chama a atenção do mundo.

Mas o progresso traz consigo novas exigências, principalmente no que toca à infraestrutura e logística de transportes, sem a qual as riquezas produzidas não escoam.

O jornal *Diário da Região*, de São José do Rio Preto, São Paulo, reproduz um estudo da Confederação Nacional do Transporte — CNT prevendo um apagão logístico no País já em 2014.



Para que isto não ocorra, são necessárias obras urgentes para melhorar a infraestrutura, ampliar e baratear o transporte da produção, com investimentos pesados e urgentes em hidrovias e ferrovias.

Somente na região Noroeste de São Paulo, segundo o estudo da CNT, seriam necessários 11 bilhões de reais para infraestrutura rodoviária, ferroviária e hidroviária.

A região aguarda a extensão dos trilhos da Ferrovia Norte-Sul até a cidade de Estrela D'Oeste, conectando-se à antiga ferrovia araraquarense, para ligar o coração do Brasil ao Porto de Santos.

O estudo da CNT recomenda a construção de uma eclusa na usina de Ilha Solteira, estimada em 776 milhões de reais, e a modernização da eclusa de Nova Avanhandava, em Buritama, orçada em outros 776 milhões de reais.

As necessidades não param por aí. Será preciso investir 138 milhões de reais no terminal hidroviário de Pereira Barreto e mais 86 milhões de reais em Santa Fé do Sul para ampliar o terminal intermodal da hidrovia Tietê-Paraná.

Para melhorar as condições da Rodovia Feliciano Sales Cunha, uma ligação estratégica entre Mirassol e Pereira Barreto, na divisa com Mato Grosso do Sul, seriam necessários investimentos de 400 milhões de reais.

Compreendo o momento de austeridade e de dificuldades, em que os governos cortam na própria carne, a contragosto, investimentos previstos para 2011.

Mas registro aqui meu temor pelo gargalo que se acentua a cada dia. Sem investimentos em infraestrutura, o Brasil corre o risco de travar, e ter seu ritmo de desenvolvimento comprometido.



Ainda no jornal *Diário da Região*, o presidente da Associação Brasileira de Empresas e Profissionais de Logística, Anderson Moreira, diz temer um colapso iminente no escoamento da produção brasileira.

O especialista exemplifica: no Brasil temos apenas 29 mil quilômetros de ferrovias, contra 34 mil quilômetros da Argentina e 230 mil quilômetros dos Estados Unidos.

Peço aos colegas desta casa que nos debrucemos sobre esse grave problema, para que o atual nível de progresso, conquistado com muito trabalho e suor, seja mantido e ampliado.

O Brasil não pode e não vai parar se trabalhar firme e coeso na luta por investimentos inadiáveis em infraestrutura.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Sr. Deputado Silas Câmara.

O SR. SILAS CÂMARA (PSC-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero requerer ao Governo Federal, à nossa Presidenta Dilma, que tome atitude urgente sobre o critério e a abertura para recebimento dos projetos das emendas individuais dos Deputados Federais e Senadores do Brasil.

Todos sabemos que, se existe um recurso democrático e aplicado corretamente nesta Nação é o das emendas individuais, que, de forma pulverizada e de pequena monta, são distribuídas em todos os Municípios brasileiros, o que traz, principalmente aos pequenos, o alento e a certeza da possibilidade de investimentos nas áreas de saneamento, abastecimento, saúde, educação e ação social.

Portanto, Sr. Presidente, fica registrado o apelo para que o Governo Federal reabra imediatamente o diálogo no que diz respeito ao recebimento de emendas individuais dos Parlamentares.



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra à ilustre Deputada Jandira Feghali.

Em seguida, ouviremos o Deputado José de Filippi Júnior, último orador deste período, e passaremos ao Grande Expediente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Inocência Oliveira, agradeço a V.Exa. e confesso que, às vezes, fico um pouco angustiada, porque quem chega bem cedo para se inscrever fala geralmente por último na Casa. Isso já acontece há muitos anos, o que é muito ruim. A cada hora se concede a palavra para discursos de 1 minuto, discursos por escrito, etc., e vamos ficando no final da fila.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, preocupo-me em fazer este registro porque já se iniciou o mês de março e, ontem, a cidade do Rio de Janeiro completou 446 anos. A minha preocupação hoje é agregar a esta comemoração uma outra, que também quero deixar registrada: a abertura nesta Casa da exposição *5 anos da Lei Maria da Penha*, que marca o mês de março, assim como o Dia Internacional da Mulher, que cairá numa terça-feira de carnaval, portanto não teremos sessão desta Casa antes desse dia.

Eu gostaria de recuperar, a partir da discussão da Lei Maria da Penha, duas questões que considero muito importantes. A primeira é que a Lei Maria da Penha — para quem não sabe, digo que fui Relatora da lei, portanto tenho a minha assinatura em seu texto — é um dos orgulhos da minha vida parlamentar, porque não foi feita a partir de uma discussão em um gabinete, mas a partir de um circuito nacional que realizamos. Coletamos da população deste País inteiro as especificidades culturais, as desigualdades de resposta institucional e informações



sobre as dificuldades das mulheres e dos seus filhos, filhos de lares violentos, na realidade brasileira.

Além disso, inovamos numa série de direitos e benefícios, e posso garantir aos senhores que a Lei Maria da Penha, depois de tanto estudo e trabalho, é absolutamente constitucional. Assim é vista pela grande maioria do Poder Judiciário e pelo Congresso Nacional, tendo sido aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado da República. Lamento o fato de alguns juízes, por visão ideológica cultural diferenciada, tentarem desqualificar a Lei Maria da Penha.

Proponho a esta Casa que fique atenta, pois a violência contra a mulher não é apenas agressão física. Estamos discutindo vários tipos de violência, que muitas vezes não são percebidas conceitualmente: sequestro de bens, perseguição, assédio moral. A própria violência sexual é hoje um dos fatores de crescimento dos casos de AIDS entre mulheres e meninas, não apenas no Brasil, mas também no contexto internacional.

Acabo de chegar de uma missão oficial, por esta Casa. Participei de reunião da UNAIDS, que tratou da temática da feminização da AIDS, pois crescem os casos da incidência da doença em mulheres e meninas. É impressionante o estigma que se cria em torno dessas mulheres, não apenas pela falta de informação, pela falta de acesso, pela falta de tratamento. Em muitos países, elas são obrigadas a abortar e a submeterem-se à esterilização, sob a alegação de serem, em tese, potencialmente transmissoras do vírus HIV. Não menos que 56 países no mundo tentam elaborar leis que criminalizam mulheres com HIV/AIDS, pelo potencial de transmissão vertical, para os filhos, em caso de gestação.



Essa é, enfim, a realidade que a ONU tenta enfrentar. A Presidenta Dilma confirmou presença na Assembleia Geral da ONU que tratará do tema, em junho, porque o Brasil é referência no enfrentamento da questão da AIDS em mulheres.

Espero que todos possamos contribuir para uma agenda estratégica, uma agenda que enfrente essa epidemia, que enfrente esse grau de discriminação e marginalização. Espero que possamos, de fato, ser a Nação que dará ao mundo o exemplo de como tratar todas as mulheres sem preconceito e sem estigmas, não apenas em casos amplos de violência, mas também nos casos em que elas são contaminadas de AIDS por seus próprios companheiros ou por outra via, devido à desinformação.

É importante que esta Casa tenha a iniciativa de tratar deste tema. É importante também comemorarmos. No mês de março, haverá várias comemorações pelo transcurso de cinco anos de implantação da Lei Maria da Penha, uma lei que pegou, apesar de necessitar de cumprimento mais efetivo no Brasil. E é importante que, ao mesmo tempo, enfrentemos todos os problemas que envolvem as mulheres e as meninas brasileiras.

Passo agora a tratar de outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A beleza internacionalmente conhecida da Zona Sul do Rio se expressa nas reservas naturais e na arquitetura das Zonas Norte e Oeste, como também no forte cheiro da história política e civilizatória que sentimos no centro da cidade, onde revivemos parte importante da história do Brasil. Nenhuma dessas características e prazeres podem esconder o que não é belo em razão do abandono provocado pelos seguidos dirigentes.



Podemos hoje, no entanto, comemorar, porque o carioca resgatou seu sentimento de autoestima. Projetos são desenvolvidos na perspectiva da cultura de paz e na permanente lembrança de que a cidade é corpo único e o seu povo é detentor dos mesmos direitos.

Sediar os jogos olímpicos, a Copa do Mundo e outros eventos importantes vêm reforçar o sentimento de que o amor pela cidade e a expectativa sobre seu potencial são universais. E nós, que vivemos nela, sabemos que o seu potencial será medido pela qualidade de vida do seu povo, pelo acesso dele aos bens fundamentais, ao conhecimento e à convivência no espaço público: a verdadeira vocação carioca.

O aniversário de 446 anos da cidade nos remete à colônia, ao Império, à Proclamação da República, ao avanço democrático conquistado com coragem e união, às mudanças urbanas, às discriminações, às iniquidades e suas superações com lutas árduas e permanentes, à música, à diversidade cultural, religiosa, ao desenvolvimento.

E todos somos responsáveis pelo Rio, por suas relações com o restante do Brasil, pela alegria que, apesar de tudo, marca o estado de espírito do povo carioca.

Parabéns, Rio de Janeiro!

Muito obrigada, Sr. Presidente. Um grande abraço.



O SR. PADRE JOAO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, embora tenha se passado um mês de minha posse, esta é a primeira vez que uso a tribuna. E por ser a primeira vez, não abordarei determinados temas urgentes que são aqui discutidos e aprofundados. Quero, no primeiro instante, agradecer a votação que tive em Minas Gerais, em 853 Municípios.

Esse é um desafio para qualquer Parlamentar que tem a consciência de ser Deputado em âmbito estadual. Dos 853 Municípios, tive voto em 760 deles. Por isso, quero reafirmar o meu compromisso com aqueles que abraçaram a minha campanha por convicção, por conhecer meu trabalho: o momento social, o movimento popular, o movimento sindical. Portanto, agradeço ao MST, ao Movimento dos Atingidos por Barragens e aos que fizeram a diferença nessa minha eleição: os trabalhadores e trabalhadoras em educação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais — Sind-UTE.

Cumprimento a coordenação do Sind-UTE, que realizou uma belíssima assembleia na semana passada, na VI Conferência, que durou 3 dias, com mais de 2.500 trabalhadores e trabalhadoras em educação. Reafirmo o meu compromisso com a educação.

Quero aqui também afirmar que estarei ao lado do companheiro Domingos Dutra em favor dos atingidos por barragens.

Acrescento que nós queremos o desenvolvimento. Temos convicção de que o desenvolvimento tem que ser para todos os brasileiros, para todas as brasileiras, da criança ao idoso. É com esse compromisso que estamos nesta Casa.



Agradeço aos companheiros e companheiras do Partido dos Trabalhadores, da nossa bancada, que me confiaram a responsabilidade de ser 1º Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família.

Mas o grande desafio da política é a saúde. Na saúde deve haver interlocução entre os Prefeitos, os Governadores e as entidades, pois nestas o cidadão chega primeiro, antes do Estado. Quando o Estado chega para defender a criança, a entidade já está lá. Isso ocorre também com o idoso e com o desabrigado. Por isso, temos o compromisso de valorização de entidades sérias, que prestam serviços há mais de 100 anos, a exemplo de algumas Santas Casas.

Com esses compromissos é que estamos nesta Casa. E, por meio do diálogo, buscaremos sempre o entendimento, porque na democracia o diálogo é essencial.

Muito obrigado.



O SR. JOSÉ DE FILIPPI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos e cidadãos que nos acompanham nesta tarde.

Eu gostaria de fazer uma saudação à Universidade Federal de São Paulo, especificamente ao *campus* de Diadema — cidade da Grande São Paulo da qual tive a honra de ser Prefeito por 3 meses —, pela formatura da sua primeira turma, no sábado passado.

Cumprimento o Reitor da UNIFESP, Prof. Walter Manna Albertoni, além de toda a sua equipe, e a Diretora Acadêmica do *campus* de Diadema, Profa. Dra. Virginia Berlanga Campos Junqueira.

Saúdo os alunos dos cursos de Química e de Ciências Biológicas, porque está sendo um grande marco para nossa cidade a formatura desses primeiros jovens.

Tive a oportunidade de ser parceiro do então Ministro Tarso Genro, um dos Ministros da Educação do Presidente Lula. Em seguida, o Ministro Tarso Genro foi substituído pelo atual Ministro. Também parablenizo o Ministro Fernando Haddad.

Na condição de Prefeito, fizemos uma parceria com o MEC, realizando o que parecia ser um sonho distante. Diadema é uma cidade nova, de 50 anos. Todos nós, moradores da cidade, principalmente os jovens, tínhamos a meta de construção de uma universidade no local, um grande marco, com certeza, para seu desenvolvimento.

A UNIFESP, conhecida entre os paulistas como Escola Paulista de Medicina, foi fundada em 1933 e, até o início do Governo do Presidente Lula, foi uma escola de Ciências Médicas, principalmente de Medicina. Aliás, meu pai foi professor da



Escola Paulista de Medicina. Hoje, ela se transformou, de fato, em uma universidade. Tinha 1.100 alunos, hoje tem 8.000 alunos.

Registramos, portanto, nossa alegria e satisfação e cumprimentamos toda a comunidade da UNIFESP, principalmente a do *campus* de Diadema.

Obrigado.



O SR. MÁRCIO MARINHO (Bloco/PRB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sinto-me honrado em fazer uso desta tribuna para externar meu apoio à valorosa campanha do Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF, em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR, cujo *slogan*, Por uma infância sem racismo: valorizar as diferenças na infância é cultivar igualdades, resume muito bem a alma desta ação.

A campanha Contra o racismo na infância já alcança alguns Estados. Sinto-me feliz em dizer que já está no meu Estado, a Bahia, onde foi lançada oficialmente no último dia 16 de fevereiro, e lá conta com a participação de diversos movimentos que vêm ao longo dos anos lutando contra a discriminação racial e as desigualdades.

O IBGE revela que das 57 milhões de crianças e adolescentes que vivem no Brasil, 31 milhões são negras e cerca de 100 mil são indígenas. Das 530 mil crianças de 7 a 14 anos fora da escola, cerca de 330 mil, ou seja 62%, são negras e 190 mil são brancas.

Na Bahia, os números da mortalidade materna são preocupantes.

De acordo com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade, da Secretaria Estadual de Saúde, em 2006 foram 119,8 óbitos por 100 mil nascidos vivos. Em Salvador, segundo a Secretaria Municipal de Saúde, em 2008 a mortalidade materna atingiu a marca de 96,2 por 100 mil nascidos vivos.

Em 2009 foram 79,5 por grupo de 100 mil, quando o máximo admitido pela Organização Mundial da Saúde são 20 casos de morte materna por grupo de 100 mil nascidos vivos.



A esmagadora maioria desses casos refere-se a mulheres negras.

A Bahia, Estado de maior contingente negro do País, tem a honra de participar dessa honrosa e histórica campanha nacional que deve promover um novo olhar sobre as nossas crianças, violentamente discriminadas e cruelmente preteridas em razão da cor da pele.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acreditem, só quem sabe a dor lancinante que atravessa o coração ao ver uma criança discriminada é quem passou por isso.

Falar da discriminação racial, sendo personagem participante dessa história é algo doloroso, mas vivenciar a continuidade disso é ainda muito mais deprimente.

É por isso que me sinto feliz em estar aqui apresentando a presente moção de apoio, protocolada nesta Casa como símbolo do meu engajamento e compromisso em colaborar com a efetiva realização das ações que contempla.

A Cartilha, que compõe as peças da campanha Por uma infância sem racismo, revela dados alarmantes sobre as tristes condições em que vive a maioria das nossas crianças negras. Isso nos aflige. Dentre eles está o levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, <http://www.cnj.jus.br>, entre os mais de 30 mil casais que aguardam uma criança na fila da adoção, 37% só aceitam crianças brancas. E 5,81%, que representa 1 mil 764 candidatos, acolheriam um menor de pele parda; 1,91% (579 candidatos) aceita uma criança de cor negra; 1% (304 candidatos) considera a possibilidade de adotar uma criança amarela; e 0,97% (296 candidatos) aceita uma criança com traços indígenas.

Todos nós devemos abraçar esta causa e ocupar-nos de conhecer e praticar formas de combate às iniquidades existentes em nossa sociedade.



É parte importante da campanha Dez maneiras de combate ao racismo.

Entre elas, todas importantes e imprescindíveis, destaco esta: Eduque as crianças para o respeito à diferença. Só dessa forma promoveremos igualdade.

Muito obrigado.



O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna parabenizar os Bispos Dom João Petrini e Dom Josafá Menezes por suas nomeações para a Arquidiocese de Camaçari e Barreiras, respectivamente.

No último dia 19 de fevereiro 2011, foi realizada a instalação canônica da mais nova diocese do Brasil na Regional Nordeste 3. Trata-se da Diocese de São Thomaz de Cantuária, em Camaçari, Estado da Bahia. Às 15h30min houve a solenidade de instalação da nova diocese e posse do seu primeiro bispo diocesano, Dom João Carlos Petrini, na Catedral de Camaçari.

Após a solenidade na Catedral, todos se dirigiram ao Estádio de Futebol de Camaçari, onde houve a Celebração da Missa presidida por Dom Petrini e concelebrada por diversos bispos, entre eles Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju, e com a presença de vários sacerdotes, seminaristas, religiosos e religiosas e centenas de pessoas.

Dom João Carlos Petrini, nascido em 18 de novembro de 1945, era Bispo Auxiliar de Salvador. É um dos maiores divulgadores do movimento Comunhão e Libertação, em Salvador, embora atue em outros movimentos da Igreja. Em 2007, participou da Conferência de Aparecida, onde foi perito no âmbito da bioética.

Formado em Ciências Políticas na Universidade de Perúgia, Itália, em 1970, participou do Movimento Estudantil de 1968 na Itália. Como sacerdote, na década de 70, em São Paulo, trabalhou com as Comunidades Eclesiais de Base na periferia e com a Pastoral Universitária. É Diretor do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família, Coordenador do Mestrado e Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea, pela Universidade Católica de Salvador e



Membro da Comissão Episcopal da CNBB para a Vida e a Família, entre outras atividades.

Já em Barreiras, perante a presença maciça da comunidade católica barreirense e regional, aconteceu, no dia 26 último, a posse canônica de Dom Josafá Menezes da Silva, preenchendo dessa forma a vacância em que se encontrava a Diocese de Barreiras desde o falecimento de Dom Ricardo Weberberger, ocorrido na Áustria, sua terra natal, em outubro passado. A posse contou com a presença do Cardeal Arcebispo de Salvador, Dom Geraldo Majella Agnelo, acompanhado de vários prelados de todo o Estado da Bahia.

Criada em 1976, por ato do Papa João Paulo II, a Diocese de Barreiras, desmembrada então da Diocese de Barra, engloba hoje com um vasto território, onde estão os Municípios de Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia, Wanderley, Cotegipe, São Desidério, Baianópolis, Critópolis, Angical, Tabocas do Brejo Velho, Catolândia e Brejolândia.

Dom Josafá é baiano de Salinas de Margarida, nascido em 2 de janeiro de 1959. É bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Salvador e em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, em 1987. É doutor em Antropologia Teológica pela Pontifícia Universidade Lateranense. Dom Josafá assume como inspiração para o seu novo ministério o lema: *Praedica verbum* (Prega a Palavra), frase da 2ª Carta a Timóteo 4,2. De 2005 a 2010, foi Bispo Auxiliar, Vigário Geral e Responsável pela Pastoral da Arquidiocese de Salvador, Bahia. No Regional Nordeste 3, Bispo Referencial para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-Religioso e para as Comunicações Sociais.

Solicito à Mesa Diretora desta Casa que a presente moção de congratulação



seja encaminhada às respectivas Arquidioceses, bem como seja registrada nos órgãos de comunicação da Casa e divulgada no programa *A voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. ASSIS MELO (Bloco/PCdoB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos próximos de uma data importante para as mulheres de todo o Brasil e do mundo, o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Para me somar à luta iniciada no chão da fábrica em que as operárias da indústria têxtil de Nova Iorque foram brutalmente reprimidas em 1875, e protagonizaram uma das mais importantes greves da história mundial, usarei a palavra nesta tribuna.

Presto homenagem às mulheres brasileiras em nome da minha mãe, Maria Cândida, exemplo de mulher batalhadora, que criou seus filhos, no interior do Rio Grande do Sul, com muita luta e dedicação.

Entre tantas combatentes da liberdade que relembramos nesta data, quero registrar a extraordinária figura de Ana Maria de Jesus Ribeiro, que entrou para a história com o nome de Anita Garibaldi.

Nascida em 30 de agosto de 1821, Anita destaca-se entre tantas heroínas que pontuam a participação das mulheres brasileiras na construção desta grande Nação. Ela desafiou todos os padrões impostos às mulheres no século XIX, e passou a viver e lutar ao lado do grande amor de sua vida, o italiano Giuseppe Garibaldi, líder republicano da unificação italiana, convidado pelos gaúchos a participar da epopeia brasileira conhecida como Guerra dos Farrapos.

Registro também o nome de Ester Troian Benvenuti, que, em 1959, tornou-se a primeira Vereadora eleita para a Câmara Municipal de Caxias do Sul. Em homenagem a sua data natalícia, a população caxiense comemora a cada dia 11 de maio, desde 1984, o Dia Municipal das Mulheres, ocasião em que, em solenidade pública, é concedida a Medalha Monumento Nacional ao Imigrante às mulheres que



se destacam e contribuem para a construção da identidade municipal.

Quero destacar a presença feminina no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, onde 5 combativas e qualificadas companheiras compõem o Secretariado do Governador Tarso Genro. São elas Abgail Pereira, Jussara Cony, Márcia Santana, Stela Farias e Vera Spolidoro, sendo que as duas primeiras são militantes e dirigentes do PCdoB.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é notório que a realidade da mulher mudou bastante no último século. Essa mudança foi protagonizada pela luta cotidiana e incansável de milhares de mulheres. Entretanto, mesmo com os avanços obtidos recentemente, muitas daquelas lutas são ainda atuais e inspiram o movimento feminista e aqueles que lutam, assim como eu, pela emancipação feminina.

Não tenho dúvida de que uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas mulheres deve-se a extenuantes jornadas de trabalho a que são submetidas. As mulheres são sobrecarregadas com o acúmulo de jornadas que, em alguns casos, chegam a ser tripla. Fora a jornada no mercado de trabalho, elas acumulam as atividades da casa e o cuidado com os filhos, o que dificulta sua ascensão funcional e sua maior participação na vida política do País.

Quanto à remuneração salarial, a mulher também enfrenta uma situação discriminatória no mercado de trabalho. De acordo com pesquisa realizada pela Medida de Participação Segundo Gênero (MPG), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, o rendimento feminino no Brasil é em média 56% menor do que o masculino. Para exemplificar podemos dizer que, enquanto os homens recebem R\$1 mil reais, na mesma função as mulheres recebem apenas 560



reais.

Tenho certeza de que, com a valorização do trabalho feminino, as desigualdades sociais diminuem. Fica claro que uma melhor remuneração para a mulher influencia positivamente no desenvolvimento econômico do nosso País.

A participação feminina na política brasileira ganhou fôlego com a eleição da primeira mulher para a Presidência da República. A vitória de Dilma Rousseff significou, para o movimento feminista brasileiro, a ampliação efetiva da presença das mulheres no poder.

Porém, mesmo alcançando o posto mais alto da política do País, a proporcionalidade das mulheres no Parlamento ainda está muito aquém. Estamos entre os países com a menor participação da mulher na política. Para se ter ideia, nesta Casa, apenas 45 das 513 cadeiras é ocupada por mulheres.

O reflexo dessa pouca representatividade feminina no Congresso Nacional se dá no *ranking* mundial, que mede a presença das mulheres em cargos eletivos, em que ocupamos a 111ª posição. Dados do Prof. José Eustáquio Diniz, Mestre em Estudo Populacional da Escola Nacional de Ciências Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, demonstram que países como a Argentina, África do Sul e Ruanda possuem mais mulheres no parlamento que o Brasil.

Lembro aqui, Sr. Presidente, que a bancada do PCdoB possui a maior representação feminina nos partidos que compõem o atual Parlamento brasileiro. Elas representam 40% da nossa bancada na Câmara dos Deputados e 50% no Senado Federal. Entre elas está a minha companheira de bancada, a Deputada Manuela d'Ávila, que orgulha a todos comunistas por sua atuação precisa na defesa



do País e da juventude.

Na estrutura partidária do PCdoB há, no mínimo, 30% de mulheres em todos os níveis de direção. As mulheres comunistas demonstram na prática que uma nova sociedade deve compreender a necessária e importante presença das mulheres em sua construção, seja nas ruas, seja no Parlamento.

Em nossas fileiras encontra-se ainda a camarada Liége Rocha, uma das agraciadas hoje pelo Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, do Senado Federal. Liége integra o Comitê Central do PCdoB, onde é responsável pela Secretaria da Mulher e pela Federação Democrática Internacional de Mulheres. Militante feminista, ela ainda compõe a Executiva Nacional da União Brasileira de Mulheres — UBM e a diretoria da revista *Presença da Mulher*.

Para finalizar, gostaria de fazer um chamamento a todos e a todas para que este Parlamento aprove, ainda este ano, a proposta de emenda à Constituição que amplia o período da licença-maternidade para 180 dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

Os benefícios nutricionais e imunológicos do aleitamento materno são cientificamente comprovados por estudos iniciados na década de 80. Alimento ideal durante os primeiros meses de vida, o leite materno ajuda no crescimento e desenvolvimento do bebê, diminuindo a incidência de diversas doenças.

Nesse sentido, informo que já apresentei requerimento para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 515, de 2010, seja colocada na Ordem do Dia e para isso conto com o apoio dos meus pares.

Era o que queria registrar.

Muito obrigado.



O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu me inscrevi para registrar neste momento o meu parecer contrário à Medida Provisória nº 507, de 2010, que entendo ser inconstitucional por afrontar diretamente o princípio constitucional do livre exercício das profissões, afetando diretamente os ofícios de advogados, contadores e os próprios funcionários públicos, especificamente os auditores da Receita Federal do Brasil.

Ao consultarmos o art. 3º da medida provisória, verificamos a não definição do que seja acesso imotivado. Assim, ao investigar um possível caso de sonegação de impostos, o auditor fiscal fica exposto a suscetíveis punições, podendo até ser demitido. A informação obtida através do sigilo não pode sair do âmbito da Receita Federal. Se sair, não se trata de acesso imotivado e sim de vazamento, e para o caso está prevista punição com demissão.

Essa matéria, Sr. Presidente, deveria ser tratada por meio de projeto de lei, a fim de propiciar um debate mais técnico, e não através de uma medida provisória, pois vale lembrar, Sras. e Srs. Deputados, que MP é para matéria de relevância e urgência, conforme exige a Constituição. E o objeto da MP 507/10 não exige tal sangria desatada.

Continuo a análise da matéria. O art. 5º dificultou e encareceu o trabalho dos contabilistas, pois a cada atividade — contratação, demissão ou alteração societária — o cliente é obrigado a fornecer uma nova procuração. Cerca de 95% das empresas de médio e pequeno porte têm um contador apenas para representá-las na Receita Federal e nos processos que tramitam no órgão.

Outro exemplo são os advogados que representam seus clientes por meio de



instrumento particular de procuração. Após a edição da referida MP, somente poderão representar os seus clientes se estiverem munidos de instrumento público, com os referidos poderes para cada caso. Assim, impõem-se barreiras ao direito de defesa do cidadão, impedindo protocolo de defesa administrativa e recursos, vistas de processos e obtenção de certidões fiscais. E a MP ainda bloqueia o substabelecimento a advogados do próprio escritório e de outras localidades, o que é uma grande inconstitucionalidade.

Em uma análise direta, apenas os cartórios saíram ganhando com o encarecimento dos serviços desses profissionais em razão das procurações solicitadas, coisa que não interessa à população brasileira.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente. A Medida Provisória nº 506, de 2010, visa a garantir o pagamento do benefício garantia-safra a mais de 600 mil agricultores do semiárido que perderam a safra 2009-2010 em razão da estiagem.

O Nordeste brasileiro todos os anos padece com a longa estiagem, que faz com que não se saiba se as plantações do povo trabalhador que labuta de sol a sol terão perspectiva de êxito, acarretando falta de renda para o agricultor poder manter o mínimo, a alimentação. Por isso é necessária a intervenção direta do Estado para garantir ao agricultor uma renda mínima.

O Brasil tem sofrido com diversos percalços climáticos, perenes e sazonais. Quanto aos perenes, já exemplifiquei com a seca; quanto aos sazonais, os mais comuns são as enchentes ou secas em locais atípicos, como a enchente que ocorreu em Alagoas ou a seca no Rio Grande do Sul. Conclusão: onde menos se espera acontecem imprevistos climáticos.

Estou ressaltando tais demandas por entender que a população rural é quem



mais sofre com essas instabilidades no clima. Por isso defendo que os recursos do superávit financeiro do Balanço Patrimonial da União no exercício 2009, que são provenientes de juros de mora da receita de impostos e contribuições, sejam usados para os fins da MP 506. Faço essa indicação após pesquisa em que constatei que não existe entrave de adequação orçamentária e financeira, estando a medida em harmonia com a legislação concernente à liberação do recurso.



O SR. LIRA MAIA (DEM-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande pesar que ocupo a tribuna na tarde de hoje para registrar o passamento do ilustre paraense Benedito José Viana da Costa Nunes.

Trata-se de uma das maiores personalidades paraenses e brasileiras. Com reconhecimento internacional como um dos pensadores mais importantes da atualidade, o professor, filósofo, crítico literário, ensaísta e escritor Benedito Nunes morreu na manhã deste domingo, aos 81 anos, no Hospital Beneficência Portuguesa, em Belém.

Benedito Nunes foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia do Pará, depois incorporada à Universidade Federal do Pará — UFPA. Ensinou Literatura e Filosofia em outras universidades do Brasil, da França e dos Estados Unidos. Escreveu artigos e ensaios para jornais e publicações locais, nacionais e internacionais. Aposentou-se como professor titular de Filosofia pela UFPA, tendo recebido o título de Professor Emérito em 1998. No mesmo ano, foi um dos ganhadores do Prêmio Multicultural Estadão. Em 1989, foi membro fundador da Academia Brasileira de Filosofia.

Sras. e Srs. Parlamentares, Benedito Nunes foi autor de obras, como: *O drama da Linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*; *O tempo na narrativa*; *Introdução à Filosofia da Arte*; *O dorso do tigre* (ensaios literários e filosóficos); *João Cabral de Melo Neto* (Coleção Poetas Modernos do Brasil); *Oswald Canibal* (Coleção Elos); *Passagem para o poético*; *A filosofia contemporânea*; *No tempo do niilismo e outros ensaios*; e *Crivo de Papel* (ensaios literários e filosóficos), edições consideradas como obras-primas para a Filosofia. Benedito Nunes recebeu dois



Prêmios Jabuti de Literatura, em 1987, pelo estudo da obra de Martin Heidegger, que culminou em *Passagem para o Poético*, e, em 2010, pela crítica literária *A Chave do Poético*. Em 2010 foi agraciado pela Academia Brasileira de Letras com o Prêmio Machado de Assis pelo conjunto da obra.

Como uma última homenagem, seu corpo foi velado na Igreja de Santo Alexandre, no Complexo Feliz Lusitânia, um dos pontos de Belém que ele mais amava.

O Governador do Pará, Simão Jatene, divulgou nota oficial sobre a morte de Benedito Nunes, a qual transcrevo:

“Em nome de todos os paraenses, agradeço a inestimável contribuição do mestre Benedito José Nunes à cultura do país. A sua dedicação como escritor, crítico de arte, filósofo e professor é irretocável. Mais ainda, sua grandeza como paraense se revelou quando recebeu convites irrecusáveis para trabalhar em outros centros, no Brasil e no exterior, mas escolheu o Pará como destino e lugar para viver e construir a sua vasta e admirável trajetória intelectual. O Pará, reconhecido, saberá honrar a sua memória.”

O Governador Jatene decretou ainda luto oficial de 3 dias no Estado do Pará.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar, em meu nome e em nome de toda a população do Pará, em especial da população do oeste paraense, votos de pesar, bem como minha solidariedade à família desse ilustre paraense, que foi um exemplo para toda a nossa população.



Solicito a publicação do presente nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado.



O SR. EDUARDO DA FONTE (PP-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos num momento especial. Pela primeira vez, temos uma mulher na Mesa Diretora da Câmara. Pela primeira vez, o Brasil tem no comando uma mulher, na Presidência da República. Que elas sirvam de exemplo para todas as outras de que é possível vencer como profissional, talvez o maior desafio hoje para as mulheres. Mas há outros: a dupla jornada, no emprego e em casa, a submissão e a violência, que ainda atinge muitas delas. Mas há avanços. No Brasil temos a Lei Maria da Penha, que ainda precisa se consolidar, a fim de proteger todas as mulheres. A independência feminina não pode ser uma concessão dos homens, mas uma conquista das próprias mulheres. O dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é um marco, uma lembrança de que todos dependem da sensibilidade e da força feminina. A sociedade melhorou e muito a partir do instante em que a mulher passou a ter uma posição ativa em sua comunidade.

A sociedade avança quando a mulher assume seu lugar de direito e se torna autora de sua própria história. Essa mudança pode ser ainda mais importante em localidades do Nordeste, onde a participação das mulheres na política, no mercado de trabalho, tem um vasto campo para crescer. Minha homenagem a todas as mães e em especial a minha mãe, D. Celina, que consegue reunir a intensidade dos que não fraquejam com a ternura feminina. Um exemplo a ser seguido por outras mulheres. Destaco ainda a força da mulher pernambucana, guerreira, lutadora, que não abaixa a cabeça diante das dificuldades do cotidiano e luta para garantir uma vida melhor para sua família, para seus filhos.

Uma frase da escritora Clarice Lispector pode servir de inspiração às mulheres: "(...) o futuro mais brilhante é baseado num passado intensamente vivido".



Parabéns a todas as mulheres.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Delgado, 4º Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto de Lucena.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo hoje a esta tribuna para homenagear as mulheres, celebrando com elas o Dia Internacional da Mulher.

Minhas homenagens se fazem acompanhadas do reconhecimento do papel fundamental da mulher no equilíbrio social, na edificação da família e na construção de um mundo mais humano e sensível a cada dia.

O Dia Internacional da Mulher se tornou oficial em 1910, durante uma conferência na Dinamarca, e tem como proposta o debate e a reflexão sobre o papel da mulher na sociedade, seus avanços e as formas de desvalorização que ainda insistem em persistir. É longo o caminho das mulheres em busca de respeito à sua dignidade pessoal, social e profissional. Embora hoje elas já alcancem importantes avanços em todos os ramos das atividades, sejam políticas, econômicas, culturais, sejam sociais. É o que se vê no mundo e agora, de forma mais evidente no Brasil, com uma mulher no mais alto cargo do Poder Executivo, a Presidência da República, além de diversos exemplos de mulheres em cargos de destaque nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também, nos principais postos empresariais e nos movimentos sociais e culturais. Entretanto, diversas culturas ainda subjagam a liberdade e delimitam o espaço da mulher na sociedade. No Brasil, as mulheres são um contingente importante no mercado de trabalho, muitas com a responsabilidade de prover a família. Elas estão fazendo a diferença no processo de desenvolvimento do mundo.

O dia 8 de março é uma data significativa na defesa dos direitos das mulheres



em todo o mundo. É um dia de afirmação das lutas históricas das mulheres, como também é um dia de comemoração, pois brindamos às conquistas e, especialmente, aos avanços que possibilitam antever dias de mais igualdade e mais respeito à condição feminina.

Inegavelmente há, em nossos tempos, um esforço para tentar diminuir e, quem sabe um dia terminar, com o preconceito e a desvalorização da mulher. Mas é bom que fiquemos atentos, pois, com todos os avanços, as mulheres ainda sofrem em muitos locais, com baixos salários, violência doméstica, jornada excessiva de trabalho, desvantagens na carreira profissional, além de preconceitos de toda a ordem. Se muito já foi conquistado, é também certo que ainda há muito a ser modificado nesta história.

O processo de mudança começou com duas grandes lutas de mulheres no mundo todo e, inclusive, no Brasil: o direito à educação e ao voto. O direito da mulher poder frequentar a escola foi conquistado em nosso País, por incrível que possa parecer, mas ainda não foi conquistado em muitos lugares do mundo. Isso em pleno século XXI.

A educação das mulheres, nas escolas brasileiras do século XIX, resumia-se a aprender a ler e fazer contas. O resto do programa era complementado com aulas de canto, corte e costura, culinária e boas maneiras. Ou seja, preparava-se a mulher apenas para ser uma boa "dona de casa".

Mesmo no século XX, o Código Civil, aprovado em 1916, dizia claramente que a mulher casada era considerada incapaz do ponto de vista civil. E isso só foi modificado em 1962, com a Lei nº 4.121, com a aprovação do Estatuto Civil da Mulher, que equiparou os direitos dos cônjuges.



Os Estados Unidos lideraram, no final do século XVII e início do século XVIII, as primeiras manifestações organizadas em prol dos direitos da mulher, concomitantemente com as manifestações contra a escravidão.

No Brasil, as primeiras organizações de mulheres surgiram após 1850. E sua principal bandeira era pelo direito à instrução e ao voto.

A primeira experiência com o voto feminino no Brasil aconteceu no Rio Grande do Norte, em 1928. Juvenal Lamartine, candidato ao Governo do Estado, incluiu em sua plataforma a luta pelo voto feminino. Quando foi elaborada a Lei Eleitoral do Estado, em 25 de outubro de 1927, Juvenal conseguiu incluir a emenda que continha a seguinte redação: *"Art. 77. No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei"*.

Várias mulheres então requereram suas inscrições, e as eleitoras compareceram às urnas em 5 de abril de 1928. Contudo, o candidato derrotado não se conformou e conseguiu a anulação de todos os votos femininos pela Comissão de Poderes do Senado.

Só quatro anos mais tarde, em 1932, no Governo de Getúlio Vargas, foi promulgado o novo Código Eleitoral, pelo Decreto nº 21.076, que finalmente garantiu o direito de voto às mulheres brasileiras. Esse direito foi posteriormente incorporado à Constituição de 1934, mas, mesmo assim, apenas às mulheres que fossem funcionárias públicas.

Passados três quartos de século em que a mulher conquistou o direito ao voto, temos de reconhecer que sua participação na vida política ainda é muito pequena.



As mulheres, em nosso País, somam 51,86% do eleitorado, mais de 5 milhões de mulheres eleitoras a mais do que nós, homens, mas mesmo assim elas só possuem 8,57% de representação aqui na Câmara dos Deputados. Nós, homens, que somamos 48% da população, detemos 91,43% de representação!

O mundo mudou. As noções de cidadania, de representação política, de justiça e de democracia não mais prescindem da igualdade entre os sexos. Por isso, cada mulher, cidadã, eleitora, possui um importante papel, que não significa apenas a luta pelos seus direitos como mulher, mas, sim, a luta por uma sociedade mais justa.

Desejamos, sinceramente, que a mulher tenha plena consciência de seu potencial, dos seus direitos, demonstrando seu grande valor como cidadã, como mãe, como trabalhadora, pois nessa luta das mulheres nunca houve vencidos; homens e mulheres sempre saem vencedores.

A mulher hoje representa 53% da população mundial, mas temos que considerar que é a mãe dos outros 47%. As mulheres cumprem o importante papel de eixo da família e da sociedade. A Bíblia fala que a mulher sábia edifica sua casa e por trás da tarefa de edificação do seu lar está a edificação de toda a sociedade.

Nossa homenagem às mulheres que estão na meia idade, às mulheres que ainda são crianças, às mulheres que estão nos grandes centros, e àquelas que se encontram na zona rural e nos mais longínquos rincões, às mulheres que estão por trás dos feitos mais simples e àquelas que tem as responsabilidades mais complexas. Nosso reconhecimento às mulheres que governam o lar, mas também àquelas que no Parlamento contribuem para a construção do País e nosso mais profundo respeito à mulher Dilma Rousseff, que hoje governa o Brasil.

Parabéns às mulheres que fazem grande e rica a história do nosso Brasil!

Muito obrigado.



O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna não apenas como representante de meus eleitores pernambucanos, mas também como médico e pai de família, permanentemente preocupado com a saúde da população do meu País, para trazer a meus pares uma notícia que considero auspiciosa: o Governo Federal iniciou a implementação dos chamados CRR, os Centros Regionais de Referência em Crack e Outras Drogas.

Quarenta e nove centros vão funcionar em 46 universidades federais de 19 Estados brasileiros. A iniciativa faz parte do Plano Integrado de Enfrentamento do Crack e Outras Drogas, deve entrar em ação já no mês de março e será responsável pela capacitação (nos próximos 12 meses) de 14.700 profissionais — médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais e agentes comunitários.

Inicialmente, Sr. Presidente, serão oferecidos quatro cursos. O primeiro é o de Aperfeiçoamento em Crack e Outras Drogas para Médicos que atuam no Programa Saúde da Família e no Núcleo de Assistência à Saúde da Família; o segundo é o de Atualização em Atenção Integral aos Usuários de Crack e Outras Drogas, destinado a profissionais que atuam nos Hospitais Gerais; o terceiro curso é o de Atualização sobre Intervenção Breve e Aconselhamento Motivacional em Crack e Outras Drogas, curso destinado basicamente a agentes comunitários de saúde e redutores de danos, que são os agentes sociais profissionais que atuam nos Consultórios de Rua; o quarto curso é o de Atualização em Gerenciamento de Casos e Reinserção Social de Usuários de Crack e Outras Drogas, destinado aos profissionais das redes SUS e SUAS.

O repasse federal pode chegar a 300 mil reais por projeto, recursos esses



que integram o Orçamento do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD). O plano prevê também, Sr. Presidente, a ampliação do número de leitos de internação de usuários; a ampliação do número de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS); a realização de novos estudos e pesquisas; a ampliação do horário de atendimento do Vivavoz, um serviço telefônico de orientação; a criação de centros de pesquisa e novas metodologias de tratamento e reinserção social, bem como medidas de enfrentamento ao tráfico.

Tudo isso, Sr. Presidente, reflete a disposição da Presidenta Dilma Rousseff em bater de frente com essa verdadeira desgraça que ronda a vida de cada um dos nossos jovens. E, ao se decidir por esse curso de ação, S.Exa. não hesita em usar todo o peso do Governo brasileiro para esmagar essa ameaça hedionda que pode destruir não apenas a vida daquele que decide experimentar o *crack* — uma droga que vicia já na primeira inalação —, mas também de todos aqueles que o cercam, ou seja, sua família, seus amigos e seus companheiros de trabalho, provocando consequências desastrosas para a sociedade e criando um custo enorme para o Governo, que se vê obrigado a arcar com as despesas da recuperação de indivíduos que deveriam estar criando, produzindo, estimulando outros indivíduos na mesma direção e não reduzidos à condição de escória, completamente devastados física e psicologicamente.

Estou convencido, Sr. Presidente, de que o Parlamento brasileiro deve emprestar todo o seu apoio a esta iniciativa da Presidenta Dilma Rousseff e — quem sabe? — trabalhar com afinco ainda maior para fazer com que o Brasil consiga se livrar desse flagelo que atinge não apenas os grandes centros urbanos, mas que



também devasta igualmente a zona rural. Hoje é raro um Município, por menor que seja, não registrar o consumo do *crack* pelos jovens.

Na Legislatura passada, o Deputado Alceney Guerra e eu fizemos o lançamento da Frente Parlamentar contra o Crack e outras drogas. Esperamos a integração de mais alguns colegas para voltar a trabalhar.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, confirmou ontem no Plenário que será instalada, hoje, às 15 horas, a câmara de negociação do novo Código Florestal. O objetivo é reunir o Governo, representantes das bancadas ruralista e ambientalista e o Relator do Projeto de Lei 1.876, de 1999, Deputado Aldo Rebelo, para negociarem um texto de consenso. O Presidente foi enfático ao afirmar que: *“Vamos realizar primeiro esse processo de negociação para depois colocar a proposta em votação no plenário”*.

O Presidente da Câmara dos Deputados já havia-se comprometido a incluir o parecer do nobre colega Aldo Rebelo na pauta de votação da forma como estava. Ao instituir a câmara de negociação, cria a oportunidade para alterar o substitutivo adotado pela Comissão Especial naquilo em que não atende à conciliação entre a produção rural com a conservação ambiental.

Se há um assunto que precisa ser muito bem analisado é o Código Florestal Brasileiro, Sras. e Srs. Deputados. Ele tem profundas implicações com o meio ambiente, mas, sobretudo, tem efeitos diretos na agricultura e, em decorrência, com a produção de alimentos, com a sobrevivência de milhões de agricultores e com a fome.

A abordagem desse assunto requer equilíbrio e bom senso. É necessário levar em conta o conhecimento científico e as advertências da ecologia sobre a preservação do meio ambiente, mas é preciso igualmente levar em conta os grandes avanços tecnológicos da agricultura, que colocaram em outros termos a preservação ambiental.

O PL 1.876, de 1999, é de autoria do ex-Deputado Sérgio Carvalho,



paranaense ao qual presto minhas homenagens e que lutou bravamente contra um câncer e foi por ele vencido. Sérgio dedicou seu mandato na Câmara dos Deputados, entre outros importantes projetos, à relatoria da CPI da Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica e à proposição do Código Florestal Brasileiro, ora em debate.

O desprendimento pessoal do médico e Deputado Federal pelo PSDB de Rondônia Sérgio Carvalho, cuja dedicação à causa pública pode ter-lhe custado a vida, leva-nos à reflexão de que o Código Florestal não pode abrigar-se debaixo de uma só bandeira, seja a bandeira dos ecologistas, seja a bandeira dos que defendem o agronegócio, seja a bandeira dos agricultores familiares.

A proposta do novo Código Florestal, hoje, na forma de um substitutivo, Sr. Presidente, precisa atender ao mesmo tempo as demandas legítimas dos ecologistas e dos produtores rurais e, principalmente, levar em conta a diversidade de biomas existentes no Brasil.

O avanço tecnológico na agricultura, já amplamente assimilado e que veio revolucionar o cultivo de grãos no Brasil, precisa ser estimulado e não limitado, como pretendem alguns ambientalistas e acadêmicos que fazem barulho na mídia contra a aprovação das mudanças que estão sendo propostas pelo Deputado Aldo Rebelo no Código Florestal.

A maioria desses militantes verdes, Sras. e Srs. Deputados, sequer conhece o teor das propostas por eles criticadas e muito menos qual o impacto delas sobre a vida de milhões de brasileiros que hoje sofrem as consequências de uma lei inadequada, que pune quem não merece e deixa impune quem realmente comete crimes ambientais.



Quem quiser opinar sobre o Código Florestal precisaria primeiro passar pelo teste de distinguir entre fonte, vertente, sanga, córrego, riacho, rio, serrado, estepe, floresta, caatinga, etc.

Questões como a exigência atual para que as Áreas de Preservação Permanente — APPs tenham largura mínima de 30 metros nas margens dos rios, ao passo que o novo Código prevê 15 metros, podem e devem ser revistas.

Para concluir, Sr. Presidente, o maior problema, hoje, em relação ao novo Código Florestal Brasileiro, é o tempo necessário para a sua aprovação e sanção antes de 16 de junho deste ano. A proposta do novo Código precisa ser votada e aprovada este mês pela Câmara dos Deputados. Caso contrário, não será possível superar todos os trâmites de discussão e votação da matéria no Congresso Nacional antes de 12 de junho, quando entrará em vigor o Decreto 7.029, de 2009. A partir dessa data, todos os imóveis rurais deverão estar com suas áreas de reserva legal averbadas, o que jogará na ilegalidade 90% das propriedades rurais brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Luiz Nishimori, o Sr. Júlio Delgado, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 3º Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Giacobbo.

O SR. GIACOBO (Bloco/PR-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez ocupo esta tribuna para parabenizar o Município de Sengés, no Estado do Paraná.

A denominação foi dada inicialmente à Estação Ferroviária, sendo posteriormente o nome dado ao Município. O nome é uma homenagem ao engenheiro civil Gastão Sengés, responsável pela construção da Estrada de Ferro que serve à localidade.

É antiga a movimentação no atual Município de Sengés, que está encravado no eixo central do antigo Caminho de Sorocaba, por onde se conduzia o gado rio-grandense, proveniente de Viamão até Feira de Sorocaba.

Um dos fatores mais importantes para a formação do povoado foi a instalação das primeiras casas de comércio, que permitiram a Joaquim Lobo, Nicolau Barbosa e Olímpio Ferreira venderem mercadorias aos tropeiros que debandavam do Rio Grande a Sorocaba.

O vilarejo crescia graças a sua posição estratégica. Em 1908, com a inauguração da estação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, que recebeu a denominação de Sengés, novas levas de moradores afluíram ao lugar, com o fim de explorarem as imensas reservas de araucária que cobriam a região.

Em dezembro de 1915, foi criado o Distrito Policial de Sengés, sendo elevado à categoria de Distrito Judiciário no ano de 1917, com território pertencente ao Município de Jaguariaíva. Através da Lei Estadual nº 2.429, Sengés teve sua denominação alterada para Jararicatu, nome do rio que corta a sede do atual



Município.

O Decreto Estadual nº 269 deu a denominação ao Município de Sengés, desmembrando-o do Município de Jaguariaíva, sendo devidamente instalado em 1º de março de 1934, com a posse do Prefeito e de todos os Vereadores.

Sua área é de 1.367 quilômetros quadrados, representando 0,6857% do Estado e 0,0161% de todo o território brasileiro. Sua população é atualmente de 19.522 habitantes.

Sengés tem forte potencial turístico, porém pouco explorado, como belas quedas d'água e florestas pouco exploradas pelo homem, o que faz do turismo natural e de esportes radicais um setor promissor na região.

Parabéns, Sengés, pelo seu aniversário!

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, bem como no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande honra que uso esta tribuna para comentar matérias de jornais do grupo *Folha de S.Paulo*, de 28 de fevereiro e 1º de março, e *Agora São Paulo*, de 1º de março, que trata do ensino religioso nas escolas. São matérias que me dizem respeito, pois apresentei o Projeto de Lei nº 309/2011, que trata do mesmo assunto.

Minha atenção foi despertada pelo fato da matéria ter sido colocada em editorial, revelando a posição da *Folha* como instituição jornalística de tamanha importância, formadora de opinião. Discordo de alguns tópicos do editorial, onde o jornal aponta o proselitismo praticado em alguns estabelecimentos, cita mais de um, mas não cita nomes. E no parágrafo onde aponta Estados, em que vinte e dois oferecem sistemas de educação religiosa interconfessional, diz: “*em prejuízo das denominações minoritárias...*”, e acrescenta um “*presume-se*”, onde claramente faz juízo de valor.

Ao mesmo tempo o editorial aponta o acerto, em sua opinião, do Governo do Estado de São Paulo, que opta pelo ensino da história das religiões, mas, mesmo assim, salienta a possibilidade de uma ou mais escolas desrespeitar essa diretriz. Pergunto a esse prestimoso jornal onde reside o perigo de ministrar-se o ensino religioso nas escolas.

A intenção do meu projeto não é substituir a família na formação do caráter da criança, mas apenas colaborar, pois sabemos da falta de tempo dos pais modernos para transmitir aos filhos seus princípios, sejam eles religiosos ou morais. A proibição da leitura da Bíblia nas escolas, como ocorreu nos Estados Unidos da América, passando a tarefa a grupos de pessoas, mesmo que imbuídas das



melhores intenções, em médio prazo, se mostrou inócua e de efeito contrário. Hoje, vemos notícias de jovens que não leem a Bíblia na sala de aula, mas investem contra pessoas, de arma em punho, matando inocentes, com requinte de frieza e perversidade. Nas nossas escolas, vemos jovens se drogando na presença de professores, que se sentem impotentes para coibir tal desatino.

O editorial do jornal *Agora São Paulo*, do dia 1º de março de 2010, afirma que se o *“Aluno for budista, seria incorreto obrigá-lo a dizer que Jesus Cristo é filho de Deus”*. É uma afirmação de quem desconhece as intenções de todos os legisladores que abordam o tema, que querem que o ensino seja ecumênico e sem cunho sectário, afirmando o princípio de que temos Deus é o criador e protetor maior de toda a humanidade — e isso, temos certeza, não faz mal a ninguém.

Muito obrigado.



A SRA. TERESA SURITA (PMDB-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a questão da violência continua sempre em pauta e tem sido uma das principais preocupações não só no Brasil, mas também nas Américas e no mundo todo, como retratam diversas pesquisas de opinião pública.

No último dia 17 de fevereiro, subi a esta tribuna para expor, detalhadamente, uma política pública implantada na cidade de Boa Vista, Capital de Roraima, em minha gestão como Prefeita. Esse trabalho trouxe resultados bem animadores no combate à violência entre os jovens. À época, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública de Roraima, conseguimos reduzir a violência entre os jovens em 72% no período de dois anos, 2003 e 2004.

Hoje, faço questão de me pronunciar novamente sobre o assunto, ao trazer informações recém-divulgadas pelo Instituto Sangari, no *Mapa da Violência 2011: os Jovens do Brasil*, que ratificam ter sido o Projeto Crescer o grande responsável pela redução da violência em Boa Vista, no período entre 2002 e 2006.

O jornal *Folha de Boa Vista*, de Roraima, divulgou matéria na última 6ª feira, dia 25, sob o título *RANKING NACIONAL — Roraima é o 16º estado mais violento*, abordando alguns resultados do Mapa, os quais faço questão de ressaltar aqui.

Se considerarmos o ordenamento por Estado em taxas de homicídio total, o Estado de Roraima ocupa atualmente o 16º lugar no *ranking* do *Mapa da Violência*. Mas, se considerarmos as taxas de homicídio entre jovens de 15 e 24 anos, Roraima passou da 4ª para a última, ou 27ª posição, ou seja, tornou-se o Estado com o menor índice de homicídios entre os jovens do País, na última década. O estudo do Instituto Sangari é baseado em dados do Ministério da Justiça entre 1998



e 2008. Enquanto no ano de 1998 foram registrados 132 homicídios, em 2008 ocorreram 105. Entre jovens de 15 a 24 anos, esse número caiu de 45 para 15, uma variação de menos 66%.

Segundo o estudo, as políticas desenvolvidas a partir de 2003 conseguiram estancar o crescimento da violência homicida que vinha se alastrando desde 1980. Resultado disso é que, nos anos de 2004 e 2005, foram registrados os menores índices do período, com 83 e 94 casos, respectivamente.

O estudo analisou dados específicos acerca da violência envolvendo jovens de 15 a 24 anos e verificou que eles são os atores principais nos índices de violência, pois é nessa faixa etária que duas em cada três mortes ocorrem de forma violenta.

Enquanto o Estado de Roraima ocupa o 16º lugar no *ranking* da violência geral, a Capital Boa Vista ocupa o 25º entre as capitais, o que demonstra que a maior parte dos homicídios ocorreu no interior do Estado.

Os anos de 2003 e 2004 tiveram os menores índices de violência. E foi justamente nesse período, mais precisamente em 2002, que implantei em Boa Vista o Projeto Crescer. Foi um grande resultado, que hoje se ratifica com os dados coletados no *Mapa da Violência*.

Se temos a receita que deu certo para atacar esse grave problema que aflige as sociedades do mundo inteiro, por que não nos debruçamos sobre elas? Por que não investir nessas políticas públicas que trouxeram resultados concretos e tanto bem proporcionaram à nossa sociedade?

Por que razão, então, projetos tão importantes e que estão transformando o dia a dia de alguns cantos de nosso País não merecem o mesmo destaque na



imprensa? Por que não são aprofundados em estudos e lançados como sugestões de políticas públicas federais, por exemplo?

Tenho certeza de que outras cidades experimentaram resultados semelhantes ao que alcançamos em Boa Vista. E é justamente por isso, por ter me envolvido, pessoalmente, no combate à violência em meu Estado; por ter investido recursos públicos para promover a reinserção de jovens na sociedade; por ter conseguido formar um capital humano capaz de lidar com tais desigualdades; por ter envolvido uma importante rede de parceiros no Brasil inteiro e agora constatar, por exemplo, a descontinuidade do projeto em Boa Vista e o conseqüente aumento da violência, que me dirijo a esta Casa, para chamar a atenção dos senhores e senhoras sobre o assunto.

No último dia 23 de fevereiro foi relançada a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que hoje tem como coordenadoras as Deputadas Éryka Kokay, Liliam Sá e, eu, Teresa Surita.

Vamos contar com a participação e a valiosa contribuição de todas as Sras. e Srs. Deputados no andamento dos trabalhos dessa Frente.

Precisamos debater mais sobre as políticas públicas que combatam a violência, principalmente envolvendo crianças e adolescentes. Precisamos incentivar investimentos, sensibilizar governantes e ajudá-los a promover uma verdadeira justiça social em nosso País.

Muito obrigada.



O SR. CLÁUDIO PUTY (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebi, em meu gabinete, documento em que o Movimento Juruti Em Ação relata os problemas enfrentados pelas comunidades tradicionais do Município de Juruti, no Estado do Pará, ante as ações desenvolvidas pela Companhia de Mineração ALCOA Inc., cujo conteúdo gostaria de dar conhecimento ao Plenário desta Casa:

“Juruti é um Município localizado no oeste do Estado do Pará, na margem direita do Rio Amazonas, pertencendo à Mesorregião do Baixo Amazonas e à Microrregião de Óbidos. Limita-se ao norte com Oriximiná e Óbidos; a leste com Óbidos e Santarém; ao sul com Aveiro e a oeste com o Estado do Amazonas e Faro. Possui uma área territorial de 8.304 km² com as seguintes características geográficas e indicadores: População: 47.123 habitantes (IBGE/2010); Densidade Demográfica: 5,67 hab/km²; Índice de Desenvolvimento Humano-Médio - IDH-M: 0,63 (PNUD/2000); Produto Interno Bruto - PIB: R\$211.120,853 mil (IBGE/2008); PIB per capita: R\$6.005,43 (IBGE/2008).

A população de Juruti passou de 33.775 habitante, em 2007, para 47.123 habitantes em 2010, significando um aumento populacional de 40% em três anos. Ou, de outra forma, nos três últimos anos, a população aumentou 13% ao ano. Notadamente, esse aumento considerável



deve-se às migrações motivadas pelo empreendimento minerário da ALCOA.

Aproximadamente 26 mil habitantes vivem na zona rural do Município de Juruti, distribuídos nas glebas Juruti Velho (arrecadada pela União/INCRA), Curumucuri (arrecadada pelo Estado do Pará/ITERPA), Mamuru (arrecadada pelo Estado do Pará/ITERPA) e Nova Olinda III (não arrecadada e em disputa judicial), sendo que deste total em torno de 10 mil habitantes são descendentes do povo munduruku, os quais vivem ao redor do Lago Grande de Juruti Velho, distribuídos em mais de 40 comunidades.

A mobilidade da população da Bacia Hidrográfica do Lago Grande de Juruti está associada ao uso dos rios, igarapés, furos e do próprio Lago, através de embarcações motorizadas (viagens intermunicipais) de linha, embarcações motorizadas com baixa autonomia e capacidade, incluindo as "rabetas", (viagens locais) e embarcações movidas a remo para as atividades domésticas, pesca artesanal e recreacionais. Tradicionalmente, as atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades estão baseadas no cultivo da mandioca, macaxeira, milho, feijão, palha, ervas medicinais, frutos, pesca, criação de pequenos animais,



caça, pecuária e demais tipos de extrativismo (borracha, madeira para construção de canoas, extração de cipós, óleos de andiroba e copaíba e castanha-do-brasil).

Por outro lado, as principais atividades desenvolvidas pelos grupos econômicos, que chegaram na região a partir da década de 90, são: exploração florestal, pecuária e agricultura, principalmente na Gleba de Mamuru. Além disso, há relato de que esses grupos estão acessando os recursos ambientais das comunidades tradicionais com base em contratos precários.

Esse é um contexto social local que precisa ser reexaminado e ponderado em nível regional, entendido, também, aqui como a área de influência da BR-163, que se caracteriza por processos altamente dinâmicos, em razão da rápida formação de mercados de terra e de trabalho: a violência como mecanismo de apropriação de terras; a ausência do Estado como vetor de ordenamento do processo; a rápida disseminação de conflitos relativos ao uso e controle de recursos naturais; e a intensificação de fluxos migratórios. Por isso, paralelamente à acelerada ocupação das áreas rurais, observa-se também a rápida urbanização da região, com o crescimento das cidades-polo, como Juruti, inclusive, para onde fluem frentes



migratórias atraídas por novos negócios econômicos altamente lucrativos, notadamente o projeto de mineração da ALCOA Inc.

É assim que, a partir de 2001, a multinacional ALCOA Inc, uma das maiores companhias de alumínio no mundo, iniciou a instalação de um projeto de mineração de bauxita nas margens do Lago Grande de Juruti Velho. Nesse ano, a prestadora de serviços Senior Engenharia iniciou o trabalho de prospecção, principalmente nos platôs Mauari e Capiranga. Entrando nas comunidades do entorno sem pedir licença, faziam abertura de picos, cavando buracos em busca de amostras de minérios, ou seja, atuavam desconhecendo completamente e deliberadamente as famílias tradicionais que há décadas vivem na área.

No período que vai de 2001 a início de 2005, os inúmeros profissionais vinculados à ALCOA buscaram contatos com moradores tradicionais das comunidades mais próximas da base de exploração da empresa (base Capiranga), notadamente com suas lideranças. Acontece que esses contatos tinham o objetivo explícito de cooptá-los e convencê-los a serem favoráveis ao projeto de mineração deixando de lado qualquer fundamentação ou método sociológico-antropológico relativista. Portanto,



propositadamente, a ALCOA alimentou, fomentou e estimulou a discórdia entre os moradores tradicionais de Juruti Velho, agindo com absolutismo, não considerando o modo de vida de mais de 9 mil pessoas daquela região. Ou seja, a diretriz de ação foi: o projeto de mineração vai ser bom pra região e para as famílias tradicionais que terão oportunidades reais de emprego, logo, acreditem no projeto e fiquem do nosso lado.

Nesse período, ocorre a fundação da Associação das Comunidades da Região do Juruti Velho (ACORJUVE), no ano de 2004, como meio de unificação da luta das comunidades tradicionais, objetivando a regularização fundiária e o reconhecimento do território de parte da Gleba Juruti Velho às famílias que, há décadas, sempre utilizaram, moraram e produziram na área respeitando e convivendo em harmonia com o meio ambiente. A assembléia de fundação, eleição e posse da primeira diretoria da ACORJUVE contou com mais de 1.500 pessoas, que se mostraram preocupadas e indignadas com a perda significativa de território para o projeto minerário da ALCOA, ficando impedidos de extrair e coletar produtos da floresta.

A partir de 2005, são iniciadas as audiências públicas sobre o projeto de mineração da ALCOA,



visando ao licenciamento ambiental (Licença Prévia - LP; Licença de Instalação - LI; Licença de Operação - LO) numa articulação para cumprir as formalidades da legislação ambiental brasileira.

Em todas as audiências realizadas (Juruti, Santarém e Belém), um grupo de moradores tradicionais de Juruti Velho esteve presente com todas as dificuldades que lhes foram impostas, tais como: distâncias, custos financeiros para deslocamento, discriminação, tempo reduzido para intervenções, entre outras.

Em todas as oportunidades reclamaram das insuficiências do EIA-RIMA, da falta de regularização fundiária de seu território; do modo de abordagem social às famílias de Juruti Velho por meio da ALCOA; do silêncio proposital do estudo quanto a existência de mais de 9 mil pessoas no território onde está inserido o projeto; da preocupação quanto à retirada de famílias das comunidades Capiroanga, Pau D'arco, Pom Pom, Jauari e Prudente; da perda de território; do impedimento para o extrativismo e caça; da contaminação da água do Lago Juruti Grande e das nascentes nos platôs; da forte migração para as comunidades da região em busca de emprego; da prostituição etc.

Na tentativa de melhor esclarecimento sobre os



impactos do projeto, diversas comunidades juntamente com representantes dos Ministérios Públicos Estadual e Federal solicitaram uma audiência pública para a Vila Muirapinima, em Juruti Velho. Tal audiência foi negada.

Enquanto se aguardava que os técnicos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará emitissem seus pareceres sobre o EIA-RIMA e, em decorrência, sobre o licenciamento do projeto, a ALCOA, reconhecendo a insuficiência do EIA-RIMA, aceitou compor uma mesa de negociação integrada pelo grupo de moradores tradicionais de Juruti Velho, representantes dos Ministérios Públicos (Federal e Estadual), professores do NAEA e representantes de ONGs, com o objetivo de inserir nas matrizes de impacto o que era reclamado pelas comunidades e pelos Ministérios Públicos. Ocorre que a ALCOA perdurou nesta mesa até o momento em que obteve a LP, retirando-se logo em seguida.

A ALCOA reconhece a insuficiência do EIA-RIMA, mas preferiu se instalar assim mesmo, numa região que apresenta inúmeras fragilidades, visivelmente nos aspectos socioambientais, pondo em risco permanente o ecossistema amazônico ainda desconhecido pelos estudiosos e que sempre abrigou harmonicamente seus moradores tradicionais.



É verdade que em uma das condicionantes da LP, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMA), após forte pressão dos moradores tradicionais de Juruti Velho, estabeleceu que a ALCOA deve articular negociações com os moradores da região. Tal medida vem impelindo também a empresa a buscar meios negociais com a ACORJUVE.

Em novembro de 2005, o INCRA, por meio de sua Superintendência Regional do Oeste do Pará, resolveu criar o Projeto de Assentamento Agroextrativista — PAE Juruti Velho, após constantes pressões da ACORJUVE. E, com a interveniência dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, reconheceu que o território do PAE Juruti Velho sempre foi habitado, há séculos, por moradores tradicionais de descendência do povo munduruku.

Essa nova situação fundiária possibilitou aos moradores tradicionais do PAE Juruti Velho exigir da ALCOA, do INCRA e do Estado do Pará o cumprimento da legislação minerária, agrária e ambiental em consonância com os fundamentos da Constituição brasileira e de acordo com os princípios e diretrizes do Decreto 6.040/2009 (Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais) e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



Observe-se que neste momento a ALCOA já detinha a LP e a LI e começava concretamente, e numa velocidade desenfreada, as construções das estruturas necessárias à exploração da bauxita na mina de Juruti Velho: porto, rodovia, ferrovia, adutora e base de lavra no Platô Capiranga, entre outros.

Em 2007, vários moradores tradicionais das comunidades Capiranga e Pau D'Arco informaram a ACORJUVE que trabalhadores da ALCOA estavam invadindo parte das áreas destas comunidades, fazendo acessos e outras obras. A ACORJUVE então denunciou ao INCRA, que determinou uma equipe de técnicos e peritos para o local, solicitando a ALCOA informações sobre a denúncia formulada. A ALCOA negou estar fazendo qualquer obra, serviço ou atividade na área das comunidades inseridas no PAE Juruti Velho. Por sua vez, os técnicos e peritos do INCRA produziram um relatório técnico de campo onde constataram efetivamente que todas as supressões de vegetação para construção das instalações da base Capiranga estavam inseridas no território do PAE Juruti Velho, apresentando, inclusive, um estudo de perdas e danos relativo à vegetação suprimida.

Note-se que a ALCOA vinha aprofundando suas obras de instalação negando, entretanto, estar as



investidas em território das comunidades tradicionais do PAE Juruti Velho. Essa atitude de estranho desconhecimento da existência permanente, há séculos, de moradores tradicionais onde a ALCOA está minerando, além da insuficiente caracterização dos impactos negativos que estão ocorrendo na região, provocou a indignação e reações legítimas dos moradores tradicionais do PAE Juruti Velho contrários ao modo como se está implantando o projeto minerário.

É nesse contexto indefinido e complexo, mas sobre intensa pressão dos moradores tradicionais, que, no final de 2007, foi instalada uma mesa de negociação tendo por objetivo o pagamento aos beneficiários do PAE Juruti Velho dos direitos decorrentes do projeto de mineração, quais sejam: a participação nos resultados da lavra, a renda pela ocupação do território e a indenização das perdas e danos causados e a causar pelas operações da empresa.

Em princípio de 2009, decorridos quase dois anos de intensas reuniões de entendimento, a ALCOA utilizava-se de atitudes protelatórias na mesa de negociação, o que levou a ocupação da Base Capiroanga, por mais de 2 mil pessoas, reunidas no Movimento Juruti em Ação (moradores das glebas Juruti Velho,



Curumucuri, Mamuru Rio e Nova Olinda III), ocupação que durou 10 dias, em que se exigia do Estado: a regularização imediata do PAE Juruti Velho; a criação dos PEAEX Curumucuri, Mamuru Rio e Nova Olinda III, entre outras reivindicações. E da ALCOA: o reconhecimento concreto e sem qualquer protelação dos direitos à participação nos resultados da lavra; pagamento de danos e prejuízos causados e a causar; renda pela ocupação do território e garantia de que não haverá deslocamento de qualquer comunidade em decorrência do projeto de mineração.

Esse movimento de resistência das Associações Comunitárias da região contra o projeto de mineração, em favor da preservação do meio ambiente, garantia e cumprimento de direitos, incluído o reconhecimento do direito a terra às comunidades tradicionais, unifica a luta dos moradores tradicionais de Juruti e faz surgir o Movimento Juruti em Ação, como movimento de consciência política e luta concreta em defesa dos direitos elementares das famílias tradicionais da região, como o direito a terra e aos recursos naturais, por exemplo, constituindo-se, também, numa prática genuína de resistência aos grandes projetos do poder econômico.

Assim, no segundo semestre de 2009, a União, por



meio INCRA, titulou o PAE Juruti Velho, criado em 2005, firmando com a ACORJUVE um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de caráter perpétuo que na sua Cláusula Vigésima Quarta estabelece:

'A presente concessão de direito real de uso é instrumento jurídico de titulação que garante às unidades familiares tradicionais e aos beneficiários do PAE Juruti Velho a regularização fundiária e o ordenamento territorial das comunidades tradicionais da região de Juruti Velho, conferindo-lhes direitos estáveis, como os decorrentes da implantação de projetos de mineração no território destinado ao PAE, tais como: indenização por danos e prejuízos causados e a causar, renda pela ocupação do território e participação nos resultados da lavra'.

Portanto, observa-se que é em decorrência da titulação do PAE que a ALCOA iniciou os pagamentos devidos a participação nos resultados da lavra, reconhecendo o legítimo direito de propriedade agrária das comunidades tradicionais da região representadas pela ACORJUVE.

Entretanto, passados mais de três anos de negociações, o processo de estudo de valoração das perdas e danos vem se alongando por demais. Alguns negociadores da empresa resistem em considerar no



processo de valoração alguns elementos de perdas apontadas pelos comunitários e pelos estudos em andamento, atuando como quem pretende protelar ao máximo o desfecho das negociações e como se as comunidades estivessem querendo mais do que devem querer.

Atualmente, a ACORJUVE já está recebendo o equivalente a 1,5% do lucro líquido da bauxita explorada pela ALCOA, a título de participação nos resultados da lavra, conforme estabelece a própria legislação mineraria, pois aos moradores tradicionais da região de Juruti Velho foi conferida, pelo INCRA, a "propriedade agrária" do território que há décadas por eles é habitado, por meio do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), de caráter perpétuo. Essa situação é avaliada como positiva e reflete o fruto da luta daquelas comunidades, posto ser a primeira vez que no Brasil (e talvez no mundo) uma mineradora é obrigada a pagar direitos a comunidades tradicionais, reunidas por uma associação de interesses coletivos, como é a ACORJUVE. Do mesmo modo, tal contexto tem possibilitado o fortalecimento do Movimento Juruti em Ação e favorecido ações concretas em prol dos moradores, das famílias e das comunidades tradicionais da região de Juruti e do Oeste do Pará.



É por essa razão que o Movimento Juruti em Ação, integrado pelas associações das comunidades tradicionais das glebas Juruti Velho (ACORJUVE), Curumucuri (ACOGLEC), Rio Mamuru (APRIM) e Nova Olinda III - Planalto Mamuru (ACRPM), com apoio das pastorais sociais da Igreja Católica de Juruti, Óbidos e Oriximiná, STTR-Juruti e outras entidades da sociedade civil, vem cada vez mais buscando fortalecer sua unidade por meio de ações que garantam direitos e resistam a modelos excludentes, como é o caso de mineradoras, grandes detentores de terra, madeireiros ilegais etc., bem como apoiando todas as lutas da cidade que busquem a melhoria na qualidade de vida da população (educação, saúde, infraestrutura etc.), focando também nos direitos da juventude.

Nesse sentido, há enfrentamentos a articulações de pessoas e grupos que ilegalmente estão retirando recursos naturais (madeira, areia, seixo, pedras etc.) dos territórios já destinados às comunidades tradicionais de Juruti, assim como a "grileiros" de terra que insistem em contratar pistoleiros e "laranjas" - que se intitulam "trabalhadores" -, na tentativa de garantir grandes porções de terra em territórios já decretados para assentamentos coletivos, como são os casos do PEAEX Curumucuri e Proa Mamuru Rio, ambos sob os cuidados do ITERPA."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em matéria inserida, hoje, na apreciada coluna do jornalista Egídio Serra, no *Diário do Nordeste*, que se edita na capital Cearense, o Governador Cid Ferreira Gomes dispõe-se a construir um moderno Hospital do Coração, dotado de equipamentos adequados, em condições de atender à comunidade de nossa unidade federada.

Segundo a notícia, ora referenciada, o novo nosocômio seria ultimado antes da Copa de 2014, numa realização que consagraria sua gestão, também na esfera do âmbito da saúde, já efetivada a exemplo dos hospitais regionais, como exigência do nosso crescimento demográfico, reclamando estrutura que acolha, com presteza, aqueles que demandarem a cogitada unidade.

Ressalte-se, por oportuno, que, logo mais, o Chefe do Executivo anunciará amplo hospital regional, tema que já abordei desta tribuna, apontando Quixeramobim, no Sertão Central, como adequada localização dentro dos objetivos colimados pelo atual gestor, indo ao encontro dos anseios dos nossos coestaduanos.

Recorde-se que, na campanha eleitoral, em um dos mais concorridos comícios de sua vitoriosa caminhada para a reeleição, Cid ouviu apelos sequenciados por parte dos diversos oradores para que beneficiasse a terra de Antonio Conselheiro, tornando-a centro nevrálgico de atendimento das comunas circunvizinhas como Quixadá, Ibaretama, Choro Limão, Senador Pompeu, Pedra



Branca, Madalena, Boa Viagem, dentre outras — todas na expectativa da decisão a ser anunciada nas próximas horas.

Além disso, a infraestrutura viária é outro item saliente da atuação do nosso governante, entrecortando regiões, como é o caso da Estrada Padre Cícero, encurtando em 100 quilômetros o roteiro pavimentado entre Juazeiro do Norte e Fortaleza.

A bancada federal, sintonizada com os projetos delineados por Cid Gomes, mantém-se em sintonia com o plano estadual, numa integração que se reveste de inquestionável espírito público.

O cogitado Hospital do Coração faz jus, portanto, ao presente registro, na tribuna desta Casa legislativa, para conhecimento do País.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, pela ordem, ao 2º Secretário da Mesa Diretora desta Casa, ilustre Deputado Jorge Tadeu Mudalen.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN (DEM-SP. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para falar de um problema que tem atingido a família e a sociedade brasileira ultimamente: a banalização de cenas de violência e de sexo na tevê aberta.

É inquestionável que passamos, nos últimos tempos, por uma crise ética e moral em diversos setores da sociedade, sendo certo que a televisão, como formadora de opinião, deveria ser a primeira a dar exemplo de boa conduta e respeito aos valores éticos.

Porém, programas de cunho educativo são levados ao ar em horários de baixíssima audiência, enquanto programas como o *Big Brother*, recheados de pornografias e baixarias, povoam as salas das famílias brasileiras em horário nobre, sem qualquer controle de conteúdo.

Por conta do forte conteúdo sexual, o *Big Brother Brasil*, da *TV Globo*, tem-se mantido no topo do *ranking*, causando mais uma vez indignação e revolta à sociedade ao mostrar cenas em que predominam o conteúdo sexual, a apologia à bebida alcoólica e aos relacionamentos ocasionais.

Programas assim continuam liderando o *ranking* da campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”, lançada em 2002 pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e entidades civis e baseado em reclamações e denúncias feitas por telespectadores sobre temas que variam da exposição de pessoas ao ridículo, apelação sexual, vocabulário impróprio, até a incitação à violência.



Assim, nobres Parlamentares, é necessário que se traga à baila instrumentos efetivos para coibir os abusos na programação da tevê aberta brasileira, e não apenas uma simples tarja indicativa da classificação etária, sem se explicitar qual o tipo de restrição ao programa: cenas de sexo, uso de drogas, violência, etc.

A família brasileira está refém de programas desse cunho. Pais e mães no país têm visto, atônitos, seus filhos menores assistirem a essas verdadeiras baixarias.

Ainda que a emissora se comprometa a transmitir o programa em horários de menor exposição a crianças e adolescentes, temos o problema do horário de verão, que, aliado ao fuso horário brasileiro, faz com que, em alguns Estados, o programa seja levado ao ar em horário em que muitas crianças ainda estão acordadas, assistindo à televisão.

Entendo, Sras. e Srs. Parlamentares, que uma ação mais drástica, enérgica, no sentido de se proibir a exibição de cenas de violência, de nudez, de sexo, poderia ser taxada de reacionária, retrógrada, e até mesmo de censura. Mas algo deve ser feito!

Não podemos literalmente assistir de braços atados a verdadeiras cruzadas em desfavor da cidadania e da moral; não podemos nos quedar inertes vendo valores morais serem diuturnamente derrubados, sem que posteriormente as emissoras tenham o cuidado, o pudor de lançar campanhas moralizadoras.

A banalização do sexo, da nudez, da violência e da cultura da bebida somente ajuda a formar uma juventude cada vez mais desapegada a valores morais, distante da família e de Deus. Isso, com certeza, ajudará a formar péssimos cidadãos.



Por esse motivo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conclamo meus nobres pares, principalmente os que ainda acreditam que programas desse cunho apenas deseducam nossos filhos, a apoiarem a bandeira de um mínimo de moralidade, a se insurgirem contra programas como o *Big Brother Brasil*, a toda vista nefasto à família brasileira.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para uma breve intervenção, concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado e amigo Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, quero apenas anunciar a presença, entre nós, de dois paranaenses ilustres, dois Deputados Estaduais: o Deputado Elio Rusch e o Deputado Fernando Scanavaca, que estão abrilhantando hoje a nossa Câmara dos Deputados, em Brasília.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para uma breve intervenção, concedo a palavra pela ordem ao ilustre Deputado Assis Carvalho.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Universidade Federal do Piauí comemora, na próxima semana, dia 12 de março, 40 anos de fundação. Foi homenageada ontem com uma sessão solene na Assembleia Legislativa do nosso Estado. Queremos parabenizar o Reitor Luiz de Souza Santos Júnior, todo o corpo docente, funcionários e a comunidade acadêmica daquela instituição, que representa a maior força do ensino superior do Estado e comemora o fato de ser considerada a oitava melhor instituição do País, o que muito nos orgulha e nos honra, como ex-formando de Letras e hoje como representante do Estado do Piauí nesta Casa.

Fundada em 12 de março de 1971, a UFPI cresceu, modernizou-se e possui atualmente cinco *campus*, localizados em Teresina, Parnaíba, Picos, Bom Jesus e Floriano. Atende hoje mais de 20 mil estudantes vindos de todos os cantos do Brasil, nas áreas de ciências, letras, da qual fui aluno militante, pedagogia, comunicação e tecnologias, além de ter três Escolas Técnicas Agrícolas. A FUFPI tem, ao longo dos anos, aperfeiçoado o sistema de ensino e transformado em excelência seus cursos de graduação, pós-graduação e as áreas de pesquisa.

Com certeza, Sr. Presidente, hoje, a Universidade Federal do Piauí não só contribui para a educação de nossa juventude como faz jus ao pensamento do eminente mestre baiano Anísio Teixeira: *“Há educação e educação. Há educação que é treino e adestramento. E há educação de formação de homens livres”*.



Está de parabéns o Reitor Luiz Junior, está de parabéns o povo do Piauí, que pode orgulhar-se por essa instituição estar classificada no *ranking* nacional entre as dez mais importantes de ensino superior. Entre 83 entidades de todo o País, ela é a oitava colocada. Isto não é pouco. É motivo de orgulho para um Estado que está mudando e que vem acumulando conquistas em todas as áreas da sociedade.

Viva a UFPI, nos seus 40 anos! Viva o Piauí, nosso povo, nossa gente!

Sr. Presidente, gostaria de acrescentar que nosso Instituto Tecnológico do Piauí, que completa 101 anos, criado pelo Presidente Afonso Pena, como Escola de Aprendizes, também está entre os dez mais importantes do País. Ele é o sétimo mais procurado entre os participantes do SISU.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Onyx Lorenzoni, do DEM do Rio Grande do Sul. S.Exa. dispõe de 25 minutos na tribuna.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e os que nos acompanham pela *Rádio Câmara* e pela *TV Câmara*, gostaria muito que esta fala fosse ouvida ou lida pelo Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab.

Começo lembrando que, há dois séculos, durante a revolução federalista do Rio Grande do Sul, um bageense chamado Gaspar Silveira Martins cunhou a seguinte frase: *“Ideias não são metais que se fundem, a não ser no caldeirão da ditadura, do autoritarismo ou da corrupção”*.

Por que lembro Gaspar Martins e a luta pelo respeito aos princípios republicanos? Porque lutamos muito — digo lutamos, Inocêncio, porque V.Exa. lutou; Hugo Napoleão lutou; Marco Maciel lutou; Jorge Bornhausen lutou — para que houvesse o que há hoje no Brasil: democracia.

A gênese, o nascimento do PFL se deu num dos momentos mais difíceis da vida nacional. Para quê? Para que houvesse democracia no Brasil. Esse partido tem uma história honrada.

Hoje se fala em bolsa família, mas poucos lembram que foi Antonio Carlos Magalhães quem criou o Fundo de Combate à Pobreza, que permite a milhões de brasileiros receberem o bolsa família hoje. Lá atrás, nenhum dos que hoje se valem do bolsa família como instrumento de poder lembrou de criar o Fundo de Combate à Pobreza. Pois, Deputado Jorge Tadeu Mudalen, o PFL criou esse Fundo.



Enfrentamos uma eleição como Democratas, que nos tornamos em 2007, e que tive a honra de liderar. Eleição difícil, complicada. A Oposição volta diminuída para cá, é verdadeira a frase. Mas, por outro lado, jogamos o jogo democrático, jovem Deputado Luiz Fernando, o jogo democrático em que nos submetemos com a cara e a coragem, Prefeito Imbassahy, à escolha da população brasileira.

E a nossa responsabilidade hoje não é pequena. Ora, 44 milhões de brasileiros disseram “não” ao Governo que se encerrava e ao que agora se inicia. Não é um nem são dois, mas 44 milhões de brasileiros! Terminada a eleição, estamos tentando aprender com erros e com acertos. E aí se instala dentro do Democratas um processo incompreensível.

Eu tinha respeito pelo Prefeito Gilberto Kassab, não o tenho mais, porque posso compreender na dimensão pessoal o interesse por buscar uma situação mais favorável. Há aqueles que são muito firmes no que diz respeito a lealdade, a fidelidade, a princípios e valores, e há aqueles que transacionam com muita facilidade. Não é o nosso caso.

Posso compreender o Prefeito buscar um caminho que lhe seja mais interessante no curto ou no médio prazo. Agora, não posso aceitar que queira destruir um dos mais importantes partidos da democracia brasileira. A Oposição no Brasil precisa ter voz, precisa ter vez. Até os meus amigos, apesar de adversários petistas — e tenho amigos no PT, porque nunca misturei as questões pessoais, sempre trabalhei em cima de princípios, conceitos e valores —, sabem da importância fundamental para a democracia do contraponto. Senão, vamos à Venezuela ou ao Oriente Médio, onde um por um dos regimes autoritários caem como se dominó fossem. Mas não posso perdoar aquele que não busca a solução



do seu problema, e sim a destruição de um partido político que se tem apresentado ao Brasil com dignidade.

Eu desafio um partido brasileiro que tenha em 60 dias higienizado a sua situação, a exemplo do que ocorreu no DF, em episódio escandaloso. Nós o fizemos: ou saíram, ou foram convidados a sair. É duro, é triste. Mas nós fizemos. Quem, no Brasil, pode dizer o mesmo?

E quando nos vemos na situação de todo dia, vem o PDB — Partido Democrático Brasileiro, Presidente Inocêncio Oliveira, o “partido da boquinha”, para pegar uma teta gorda do Governo Federal. Quando saímos à rua, e o eleitor joga todos na vala comum, é porque nós não nos damos ao respeito. Nós, vírgula: alguns escolhem não se dar ao respeito. Agora, Parlamentar que se dá ao respeito, que tem lado, que enfrenta de peito aberto o debate político, que tem posição clara, nesse o eleitor não apenas vota, mas apoia, valoriza, empurra para frente. Isso é fato, é realidade.

Esse partido, desde seu nascimento, só tem um objetivo: ser um partido entreposto. Eu vou lá, fico um pouquinho e já me mando.

Acontece que, para acabar com essa pouca vergonha — tivemos uma legislatura em que houve 400 trocas partidárias, Deputado Antonio Imbassahy, em 4 anos —, que era um desrespeito ao eleitor, veio o instituto fundamental da fidelidade partidária, que já valeu: inúmeros Parlamentares municipais, estaduais e federais já perderam seu mandato.

Eu quero dizer para todos esses que estão interessados no “partido da boquinha” que fizemos um levantamento jurídico sobre o que é necessário para se constituir um partido político — no Brasil já são 27: primeiro, 101 eleitores em nove



Estados; segundo, publicação no Diário Oficial; terceiro, registro junto ao TSE; quarto, apresentação de requerimento de registro de partido junto ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital Federal — atenção para o detalhe —, com a assinatura dos seus fundadores, guardem isto: Deputados fundadores, ou fundadores. Feito isso, o oficial do Registro faz o registro da pessoa jurídica do novo partido.

Até aí, é uma barbada: faz-se rapidamente. O problema é daí para frente, porque tem de haver o apoio de 500 mil assinaturas. Mas não são assinaturas sem identificação, Deputado Antonio Imbassahy — V.Exa., em seu mandato extraordinário de Prefeito de Salvador, deve ter recebido muitas. Não! Primeiro, no formulário tem de estar escrito Partido Democrático Brasileiro. Não posso ter respeito por quem não se dá ao respeito. Então: “partido da boquinha”, o nome do cidadão, a assinatura e o número do título de eleitor, ou não vale. São 500 mil assinaturas distribuídas por nove Estados. Depois vem a fase do TRE, para o registro de cada um, e conferência de cada assinatura.

Nesse momento, qualquer cidadão interessado, do Democratas ou de qualquer partido em que existam transfugas, os suplentes, o Ministério Público poderá impugnar o registro definitivo do partido. Olhem o risco: entrou o registro no TSE, constam as 500 mil assinaturas, o Ministério Público diz: “Mas eu tenho reportagens e declarações do Presidente e de mais de 50% dos fundadores de que eles estavam fazendo este partido para burlar a lei da fidelidade partidária.” Existe alguma chance de superar?

Mas vamos adiante. Aí, existe aquele grupo de Parlamentares — já falei com muitos deles — que diz: “Não, eu vou esperar para ver o que vai dar.” Só que quem



quiser esperar para ver se superou as 500 mil assinaturas, se o processo no Ministério Público não logrou êxito, se instalou o partido para depois, então, assinar a ficha, não pode. Por quê? Porque fundador tem de assinar a ata de fundação. Depois não vale.

Deputado Carlos Sampaio, V.Exa. é promotor de Justiça e sabe disso, homem de princípios e valores e por cuja atuação parlamentar tenho profundo respeito. Imagine a situação do Deputado que diz que vai ser o fundador do “partido da boquinha”, do Gilberto Kassab, assina a ata de fundação e passa seis meses, dez meses, um ano, um ano e meio no seu partido. Com que cara? Com que jeito? Restará a ele alguma dignidade, Deputado Carlos Sampaio? Isso não é só no DEM. Pode ser no PSDB, PP, PTB, em qualquer partido.

Para ir na carona do “partido da boquinha” só sendo o fundador. Não há outro jeito. Só dessa maneira. Depois, não dá.

Existe mais uma questão grave. No momento em que se faz a fusão, nós temos outro elemento, que é a teoria da fraude alheia, por inúmeras vezes suportada pelo Supremo Tribunal Federal, que tem dado aplicabilidade a isso. É o seguinte: “Criar um novo partido, o.k., segue a regra”. Aparentemente, tudo bem. Mas, quando se vai ao detalhe para ver que, na verdade, é um subterfúgio, uma ponte, uma mentira, o Tribunal diz: “Não vale. Devolve o teu mandato.”

Quantos aqui — Deputados e Senadores — e Deputados Estaduais estão dispostos, para atender o “partido da boquinha”, a colocar o seu pescoço a prêmio?

E há mais um agravante para o tal PDB: e se não conseguir o registro no dia 1º de outubro? Não concorre ninguém na eleição do ano que vem. Por quê? Lembra? Porque a filiação do Parlamentar se dá um ano antes, mas a existência do



partido, Deputado Jorge Tadeu Mudalen, é um ano antes. E com toda a condição de interpor processos de questionamento, isso não vai acontecer.

Nós temos ainda uma questão importante, que foi noticiada: “Olha, quando o PSDB foi criado, ele levou fundo partidário e tempo de televisão do seu partido de origem.” Mas a lei era outra, Sr. Presidente.

A Lei nº 11.459, de 2007, é claríssima: cria novo partido, não leva um segundo de televisão nem de rádio; cria novo partido, não leva um real do partido do qual saiu; vai compartilhar 5% de maneira igual com os vinte e oito outros partidos existentes. O que se estima que seja 0,18 do que é o Fundo Partidário.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto - V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

O SR. ONYX LORENZONI - Pois não, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto - Deputado Onyx Lorenzoni, quero pontuar três aspectos que acho relevantes no pronunciamento que V.Exa. faz na tarde de hoje, parabenizando-o pela clareza com que se manifesta na tribuna desta Câmara. O primeiro aspecto é que ontem, exatamente neste plenário, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, presidiu ato solene de instalação da Comissão de Reforma Política. Ora, de A a Z, todos os partidos defendem neste momento a realização de uma reforma política, reverberando um clamor da sociedade que não tolera mais o sistema eleitoral que vige no Brasil. Esse tipo de manobra é exatamente a antirreforma política. É a contrariedade do que deseja o cidadão comum que votou em cada um de nós para representá-los nesta Casa. O segundo aspecto que quero pontuar, Deputado Onyx Lorenzoni, é que existe uma



diferença muito clara entre se montar um partido e se constituir um partido apenas como meio de passagem. Ora, montar um partido novo é possível. A lei permite. Está aí o PSOL, um dos exemplos mais recentes. Mas para que se monta um partido novo? Para se defender ideais, princípios, propostas; para se estruturar esse partido. Esse partido vai ser estruturado para disputar eleições, vencer cargos, seja no Executivo, seja no Legislativo. Isso é uma coisa. Mas montar um partido como meio de passagem, como uma janela indiscreta, aí é lamentável. Uma coisa, Deputado Onyx, que é princípio fundamental da atividade do homem público, é a transparência nos seus atos. E todos nós somos cobrados pelas nossas posições políticas. Eu acredito que aqueles que pretendem montar um partido novo, para logo depois promover atos de fusão, apenas como uma porta de saída, um liberou geral, um adesismo oportunista, vão ser julgados e condenados pelo Brasil e pelos brasileiros. Por isso, quero louvar V.Exa., importante Líder do Democratas, dizendo que, no caso do nosso partido, não há nenhum de nós que seja maior do que o Democratas. O Democratas é maior do que qualquer um dos seus membros, individualmente. O Democratas se mantém firme, altivo e absolutamente consciente do seu papel na democracia brasileira, que é o de garantir que os fundamentos da nossa democracia estejam preservados num país onde o oportunismo eleitoral acaba falando mais alto. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ONYX LORENZONI - Obrigado, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O Sr. Abelardo Lupion - Deputado Onyx, V.Exa. me permite?

O SR. ONYX LORENZONI - Pois não, Deputado Lupion.



O Sr. Abelardo Lupion - Gostaria, primeiro, de parabenizá-lo pela análise extremamente lúcida que V.Exa. está fazendo agora sobre esse novo partido, o PDB. Nessa análise, podemos vislumbrar a dificuldade que é montar um partido viável, hoje. Gostaria de estabelecer um contraditório entre o que está acontecendo e o oportunismo político do Prefeito de São Paulo, que — doa a quem doer — gostaria de viabilizar um projeto pessoal político, vendendo aos seus companheiros, e alguns nem foram ouvidos, a imagem de que levaria um grande grupo com ele. Ontem, vimos o valente Governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, declarar em alto e bom som, para quem quisesse ouvir, que não vai sair do Democratas e que está muito bem no partido. Gostei de ver, depois da eleição do nosso Líder, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto ir a cada um dos Líderes do partido estender a mão, procurar saber o que estava incomodando cada um deles, como fez com o Prefeito Gilberto Kassab, que disse: “Não passa pelo Democratas a minha posição”. Ou seja, o Democratas nada mais foi para o Sr. Gilberto Kassab do que um degrau do qual soube aproveitar muito bem a boa vontade e a determinação dos nossos filiados de São Paulo, que o elegeram Prefeito. Tenho certeza de que a história o punirá. O respeito que todos tínhamos por ele já acabou. A população de São Paulo, com certeza, vendo esse ato leviano do Sr. Gilberto Kassab, ato esse que V.Exa. está comentando aqui, também vai puni-lo nas urnas, mostrando que ele não merece o povo paulista que o elegeu. Muito obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI - Obrigado, Deputado Lupion.

Concedo um aparte ao Deputado Mendonça Filho.



O Sr. Mendonça Filho - Eu quero saudar aqui o Deputado Onyx e dizer da minha satisfação de poder apartear-lo neste instante. Quero prestar a minha solidariedade ao meu partido, o Democratas. Tenho uma história construída nesse partido, aliás, único partido, até hoje, a que me filiei na minha existência política, desde 1986. Eu lamento profundamente os fatos que têm envolvido nosso partido, de certo modo patrocinados pelo Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. É lamentável que um partido, que tem uma história como a nossa, possa estar numa situação absolutamente constrangedora. Sai hoje, sai amanhã, não oferece garantias de que ficará, ou se vai sair, vai construir um projeto alternativo de uma nova legenda, para depois se fundir com outra legenda, o Partido Socialista Brasileiro. Nós estamos assistindo, pela imprensa brasileira, às mais variadas formas de especulações. Realmente, é lamentável que um partido da nossa representatividade, da nossa respeitabilidade, esteja sendo motivo de articulações nefastas, negativas, o que têm depreciado nosso time político. Quero aproveitar esse instante para corroborar as palavras do Líder do Democratas na Câmara dos Deputados, Deputado ACM Neto, prestar minha solidariedade ao partido, deixar meu apoio e meu reconhecimento ao grande Presidente do meu partido, Deputado Rodrigo Maia, que teve a sapiência de liderar um movimento de resgate das nossas raízes, da nossa força, visando ao nosso fortalecimento. Apesar do tumulto e das especulações, continuaremos fortes no cumprimento do nosso papel de força oposicionista no Congresso Nacional. Receba o meu abraço e os meus parabéns pelo seu belo pronunciamento, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI - Obrigado, Deputado Mendonça Filho.



Queria apenas mostrar, da tribuna, a matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*:
“Maquiagem de esquerda ao PDB de Kassab”.

O Sr. Alberto Mourão - Deputado Onyx, só um aparte, por favor. Eu cedi cinco minutos do meu tempo para V.Exa. e criou-se um constrangimento regimental. Só isso.

O SR. ONYX LORENZONI - Agradeço muito a V.Exa. pela sua intervenção e pelo apoio.

Quero concluir dizendo que eu não desejo mal ao Prefeito Kassab. Só peço a ele que pare de tentar destruir esse partido que já deu imensa colaboração na história política brasileira, que ele cesse com essas ações, principalmente contra os nossos Parlamentares.

Àqueles Parlamentares que desejarem analisar o estudo jurídico, está aqui à disposição. V.Exas. poderão constatar que entrar nessa barca é ir para o abismo. É um caminho de destruição, não de construção.

Vou lembrar, também, que é importante o Prefeito procurar conhecer um pouco a história de Gaspar Silveira Martins, que proferiu a frase com a qual comecei este Grande Expediente: *"Ideias não são metais que se fundem"*.

Com Gaspar Martins, Presidente Rodrigo Maia, quero reconhecer que V.Exa., na Presidência do Democratas, deu o melhor de si; respeitou a todos; tratou-nos, todos, igualmente; deu a todos espaços políticos dignos. V.Exa. sempre se colocou à disposição do partido, para que sempre fosse fator de união, jamais de desagregação. Portanto, meu reconhecimento público, com a admiração e o respeito que tenho por V.Exa.



Quero concluir dizendo que o Brasil precisa de exemplos, principalmente de referências, no mundo político, que falem firmemente de dignidade, lealdade, princípios e valores. Os 44 milhões de brasileiros que não votaram no projeto vencedor vão continuar tendo nos Parlamentares do Democratas — na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, nas Câmaras Municipais e nas Assembleias Legislativas, como na Assembleia do Paraná — e nos Deputados que aqui estão nos prestigiando verdadeiros guerreiros pela liberdade, pelo direito de propriedade, pelo respeito aos contratos e, principalmente, pela construção de um país muito mais justo, mais respeitador das nossas famílias, um país que nos tome menos dinheiro.

Vou reafirmar, em alto e bom som: nós, do Democratas, não vamos nos entregar, não vamos nos render, tampouco capitular!

Que o Governo do PT nos aguarde! Estaremos firmes e fortes para defender os 44 milhões de brasileiros que disseram não. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Parabenizo V.Exa. pelo discurso.

Muito obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

Durante o discurso do Sr. Onyx Lorenzoni, o Sr. Inocêncio Oliveira, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Tadeu Mudalen, 2º Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Dando sequência ao Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alberto Mourão.

O SR. ALBERTO MOURÃO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, retorno a esta Casa depois de 12 anos. Aliás, em meu primeiro mandato tive a oportunidade de conhecer os Deputados Inocêncio Oliveira e Jorge Tadeu Mudalen.

Com quase 30 anos de vida pública, sendo três vezes Prefeito, Vereador, Deputado Federal, um fato tem me chamado a atenção. Saímos por aí fazendo campanha, e percebemos que, em toda eleição, os temas sempre são os mesmos: segurança, saúde e educação. Esse é o discurso da sociedade e do político quando se vai a campo em busca do voto.

Pós-eleição, a coisa se traduz de forma diferente. Assumimos o comando, seja de uma Prefeitura, seja de um Governo de Estado, seja da Presidência da República; assumimos uma vaga em uma Casa legislativa, seja na Capital da República ou no nosso Estado, e acabamos deixando a pauta prioritária de lado para nos inserir em temas pequenos, corriqueiros, em conchavos, distanciando-nos da sociedade. Pois essa distância da sociedade ficou clara para mim nas últimas eleições, quando eu vi naufragar, nesta Casa, quase 50% dos Deputados que não conseguiram se reeleger.

E temos que perguntar: num Governo com quase 90% de aprovação, por que metade do Congresso não conseguiu se reeleger? Essa é a pergunta que o político legislador tem de fazer para si. E possivelmente a resposta seja esta: estamos abrindo mão de nossas prerrogativas, votando projetos de lei como o do salário mínimo, afirmando que isso pode ser feito por decreto; estamos abrindo mão de



elaborar uma agenda positiva em sintonia com a sociedade brasileira, e o Executivo acaba fazendo essa agenda da maneira que melhor entende, não concedendo prioridades.

Entendo que cada Deputado com assento nesta Casa representa os olhos da sociedade em todos os cantos. Eles estão presentes nesta Casa para discutir temas prioritários. As prioridades de governo devem nascer do debate e da conversa entre Legislativo e Executivo; não podem vir da burocracia fria de um gabinete do Ministério. Este tem a informação, traduz essa informação, mas é preciso realmente discutir com o Parlamentar, com aquele que vai à base constantemente.

Percebemos essa distância, uma distância que acaba sendo cobrada a cada quatro anos. E a que assistimos, nobre Presidente? A cada quatro anos, 50% deste Congresso não consegue se reeleger porque vai a reboque de uma agenda não construída por ele. O Parlamentar é levado no roldão dessa máquina pública.

Sr. Presidente, todos nós precisamos discutir este tema, principalmente as Lideranças. A sociedade se pergunta sobre a forma que temos para reeleger nossos Deputados — porque Deputados somem depois das eleições. Os Deputados, na realidade, não davam respostas aos anseios da sociedade por causa do nosso sistema político. Temos um sistema político que premia aquele que tem recursos, aquele que bate em cada canto de cidade arranjando 500 ou 600 votos para se eleger e ter uma cadeira nesta Casa. Aquele que depende do voto local, que tem contato com a sociedade, que é o famoso deputado distrital, esse, sim, é cobrado depois das eleições.



Então, a que todos nós assistimos? Vou falar da minha região, onde com 1 milhão e 300 mil votos elegemos dois Deputados — dois Deputados com 1 milhão e 300 mil votos, friso.

Mas quem será cobrado na base para discutir Porto de Santos? Quem será cobrado na base para discutir Saúde? Quem será cobrado na base para discutir Ensino Profissionalizante e demais temas locais que afligem a sociedade? O Deputado Estadual.

Estamos discutindo um bate-boca da cisão de um partido. Mas isso é resultado também da estrutura dos partidos neste País. Não temos trinta ideologias políticas neste País. Isso é impossível. Se alguém me provar que há trinta pensamentos diferentes, acredito que deveria haver trinta partidos. Mas sabemos que isso não existe. Temos interesse na criação de partidos por outros motivos.

Se não se fizer a reforma política, o Governo sempre vai negociar da forma como tem negociado sua sustentação: não de forma pragmática nem ideológica, mas, sim, de forma fisiológica, o que é pernicioso à sociedade e ao Erário público.

Precisamos fazer a reforma política para mudar o trato político não apenas com um governo, mas o trato político com a sociedade, a conversa com o cidadão, que merece respeito, o eleitor. Falamos que precisamos resolver os problemas de saúde e educação. e o que vemos é um sinal para se recriar a CPMF.

Deputado Jorge Tadeu Mudalen, desde meu primeiro mandato, estivemos na Comissão da Reforma Tributária e concluímos um projeto. Vieram outros mandatos, outros Deputados à frente de uma nova Comissão. Fecharam mais um projeto, mas que não saiu. A quem não interessa a reforma tributária? Falamos que a reforma política é fundamental para o País. É ela que vai buscar recursos para se resolver a



questão da saúde, da segurança e de outros temas importantes para a Nação. Podem até me dizer: “Deputado, o senhor é novato; esse tema não vai sair nunca.” Até acredito. Então, precisamos achar uma forma de fazer essa matéria avançar. Mas pergunto: a quem não interessa a reforma tributária? Será que não interessa a reforma tributária àqueles que estão no mundo da informalidade?! Ora, a informalidade ocupa 18% do PIB brasileiro. É quase do tamanho do PIB argentino o tamanho da nossa informalidade. E, assim, deixamos de arrecadar 200 bilhões para os cofres públicos, o que automaticamente poderia reduzir a carga tributária em algumas áreas e melhorar recursos para financiar setores essenciais e prioritários.

Repito: a quem não interessa a reforma tributária? Seriam os grandes conglomerados econômicos?! Porque 10% da economia se beneficiam da elisão fiscal. E essa elisão fiscal retira também uns bons milhões dos cofres da União, enquanto o padeiro, o açougueiro, o pequeno e o médio empresário não têm condições de se beneficiar. Mas as grandes corporações, como bancos e grandes redes de supermercados, se beneficiam da elisão fiscal. Enquanto o coitado do pequeno e médio empresário tem que aceitar um SIMPLES, tem que aceitar o sistema do lucro presumido, ilusoriamente paga menos, porque, na realidade, paga mais. Basta vermos o resultado da receita de tributos do ano passado para verificar que quem mais pagou Imposto de Renda neste País foi o assalariado, enquanto as empresas pagaram a mesma quantia. Só que salário não é renda; salário é um meio de sobrevivência.

A quem interessa a reforma tributária? Ao Governo Federal que vem apresentando altos picos na arrecadação e chegou aos 16 bilhões de reais mês



passado?! Há 12 anos venho escutando o mesmo discurso: reforma tributária já! Há 12 anos percebo que há superávit de arrecadação, ano após ano.

Ao Governo Federal é cômodo isso, até porque este Governo e outros criaram um golpe tributário lá atrás, um golpe constitucional. Quando se elaborou a Constituição de 1988, com o reforço do caixa dos Estados e Municípios, fez-se o quê? Criaram as Contribuições Sociais, as quais hoje representam o maior peso na arrecadação e não entram na partilha. É por isso que o Governo não quer.

Mas todos os dias construímos uma distorção na partilha: é uma nova usina, uma nova refinaria, uma nova siderúrgica ou um novo centro de distribuição, numa dinâmica comercial diferenciada. Precisamos atacar isso, sob pena de criarmos ilhas da fantasia: cidades e Estados extremamente ricos, enquanto a maioria continua extremamente pobre, não conseguindo arrecadar.

Outro assunto. Observamos na campanha as reivindicações de professores e policiais e percebemos que eles querem equiparação com os salários do Governo Federal. Mas é óbvio! E eu dizia assim, que o Policial Rodoviário Federal ganha 8 mil reais de vencimentos iniciais, enquanto um policial militar ganha 1.800 reais. Mas por que o Governo Federal tem que pagar apenas 10 mil policiais, embora fique com 56% da receita? Enquanto os governos estaduais, e dou o exemplo do de São Paulo, têm 150 mil homens para pagar e lhes restem apenas 28% da receita.

O mesmo ocorre com os médicos em nível federal, estadual ou municipal. E quando se argumentava sobre o médico do serviço público federal, eu respondia assim: “Olha, meu senhor, quem opera maior parte da saúde é o Município, porém, ele fica com apenas 16% da receita. É por isso que quem fica com 56% paga melhor.”



O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite, Deputado Mourão, uma breve intervenção?

O SR. ALBERTO MOURÃO - Pois não.

O Sr. Mauro Benevides - Na sequência do pronunciamento de V.Exa. na tarde de hoje, neste Grande Expediente, entre os itens aflorados, houve menção específica às reformas política e tributária. Posso dizer a V.Exa. que me empenhei na passada legislatura — e aqui tenho outras legislaturas antes desta em que V.Exa. realmente inicia a sua brilhante trajetória aqui nesta Casa — em relação à reforma política, mas ficamos frustrados quando se pretendeu votar um projeto perfeito e acabado, com o parecer da lavra do Deputado Ronaldo Caiado, e não se conseguiu número suficiente sequer para aprovar uma das várias proposições apresentadas. Em relação à reforma tributária, eu diria a V.Exa. que, naquela Comissão presidida pelo hoje Ministro Antonio Palocci, eu cheguei a perfilhar uma emenda elaborada pelos Secretários de Fazenda de todo o País, inclusive do Estado de V.Exa. Apresentei uma emenda constitucional que objetivava exatamente reformular a estrutura tributária brasileira. Ambas as iniciativas, ao final dos nossos trabalhos legislativos, redundaram frustrantes para todos nós, com desgaste para o Poder Legislativo brasileiro. Vamos ver se nesta Legislatura, de que V.Exa. faz parte, nós conseguiremos repor na Ordem do Dia essas duas matérias, que são inquestionavelmente relevantes para o interesse do País. Cumprimento V.Exa. pelo oportuno discurso na tarde de hoje.

O SR. ALBERTO MOURÃO - Nobre Deputado, quando não se faz a reforma política, não se faz a reforma tributária, que pode reduzir a carga tributária individual e construir um novo pacto federativo, e o cidadão não sente qualquer melhoria no



serviço público. E isso porque quem opera o serviço no Estado, na verdade, como o Montoro falava, é o Município. O cidadão mora no Município. Portanto, é o Prefeito e o Governador do Estado que têm a maior parte das obrigações. E vemos que essa maior parte das obrigações não se traduz em mais receitas, além do fato de que há muito mais cobrança.

E nós, Deputados, quando voltamos às bases em época de eleição, somos cobrados porque a saúde não está funcionando, a educação não está funcionando, a segurança não está funcionando. E aqui ficamos nos preocupando com emendas parlamentares individuais, emendas de bancada, para suprir o nosso ego, ou pelo menos para mostrarmos serviço.

Na verdade, a grande obra que se poderia fazer neste Congresso é a reforma tributária, juntamente com um novo pacto federativo. Devemos reconstruir esse pacto para que o Município e o Estado se tornem realmente responsáveis pelos serviços, assim como ocorre nos países mais desenvolvidos. Caso contrário, ficaremos por mais 20 anos nos debatendo com problemas de saúde, educação, segurança e de infraestrutura básica.

Aliás, as calamidades no Rio de Janeiro e em outras regiões são resultado dessa falta de recursos locais, o que leva à criação de guetos nas grandes cidades e faz com que as pessoas construam moradias em áreas não regulares. Temos que partir para uma agenda positiva, uma agenda que realmente tenha sintonia com a sociedade. Não há dúvida de que, para discutirmos a regulamentação da PEC 300 ou da PEC 29 — que foi votada quando por aqui passei há 12 anos e até agora não foi regulamentada —, vamos ter que achar recursos.



Mas temos que achar recursos não dessa maneira mais fácil, criando-se um novo imposto. Aqui não! Chega! A carga tributária chegou a um tamanho intolerável! Aliás, a carga tributária não é de 35% do PIB, é de 50%, porque quem paga e sente nas costas seu volume sabe muito bem que está pagando pela cota de quem se beneficia, volto a dizer, da elisão fiscal, dos benefícios e dos que financiam grandes grupos econômicos e políticos neste País. Este sabe que paga também a conta da sonegação e da informalidade. Na realidade, ele banca toda a conta pela falta de estrutura. Porque este sistema, extremamente ultrapassado, permite que isso aconteça.

Acho que temos que avançar o mais rápido possível se quisermos dar respostas aos outros problemas. Senão, vamos ficar correndo, como cachorro, atrás do rabo — e não acharemos nunca esse rabo.

O Sr. Lourival Mendes - Conceda-me V.Exa. um aparte?

O SR. ALBERTO MOURÃO - Pois não.

O Sr. Lourival Mendes - Agradeço a V.Exa. o aparte. Ouço atentamente o discurso de V.Exa., principalmente quanto à preocupação com esses dois grandes processos de discussão que envolvem a Nação brasileira. O primeiro é a reforma tributária. E diga-se de passagem que os governos não têm tido a coragem de enfrentar o grande embate que haverá com certeza neste Parlamento. A Presidenta Dilma Rousseff já sinalizou que vai avançar no processo de discussão da reforma política e da reforma tributária. Esse assunto, que envolve todos os brasileiros, precisa ser maturado, exaurido e, acima de tudo, precisa de vontade política. Todos sabemos, não é segredo para ninguém, que esta não é uma situação fácil e não é problema do Governo Dilma — aliás, é um problema crônico do Brasil. Tenho



certeza de que a Presidenta Dilma haverá de encaminhar esse processo no devido tempo, exaurindo a discussão. Quero parabenizar V.Exa. pela colocação da necessidade desta reforma. A Presidenta Dilma com certeza a enfrentará, até porque já deu demonstrações de que não tem medo das reformas. Um dos sinais ocorridos foi a votação do salário mínimo, e esta Casa, o Congresso Nacional, correspondeu positivamente, sinalizando para um projeto do Governo.

O SR. ALBERTO MOURÃO - Mas eu acho, nobre Deputado, que, quando ela sinaliza com essa ideia...

O Sr. Lourival Mendes - Se V.Exa. me permitir terminar meu raciocínio, eu concluiria com dois assuntos. A PEC 300 recebeu o apensamento da PEC 446, que dispõe sobre o vencimento dos policiais civis e militares, com uma padronização. Eu acho que pesa sobre os ombros de cada um de nós que aqui nos encontramos uma séria responsabilidade quanto à segurança pública. V.Exa. foi muito feliz quando acentuou os programas de campanha. Nós saímos pelas ruas, vamos aos palanques, levantamos bandeiras e, quando chegamos à realidade, as coisas acontecem de forma diferente. Tem V.Exa., como tenho eu e todos os que aqui se encontram, a responsabilidade de discutir esse assunto agora, no encaminhamento dessa matéria, à qual somos favoráveis. Eu creio que o Governo haverá de dar uma resposta para assegurarmos aos nossos policiais civis e militares um salário digno. É preciso criar um fundo nacional de segurança pública...

O SR. ALBERTO MOURÃO - Nobre Deputado, espero que V.Exa. ceda o seu tempo no Grande Expediente para que eu possa terminar o meu pronunciamento.



O Sr. Lourival Mendes - Agradeço a V.Exa. o aparte. Não quero tomar o seu tempo. Devolvo a palavra a V.Exa. No momento oportuno, voltarei a me dirigir ao Plenário acerca desse assunto.

O SR. ALBERTO MOURÃO - Está bom.

Quero terminar minha fala, dizendo que a reforma tributária não só resolve a questão do pacto e da melhoria do serviço público. Nós precisamos fazê-la de forma estratégica, para que o nosso País passe a concorrer de modo igualitário com a avalanche da China, que avança pelo mundo afora. Não há dúvida de que não devemos vender impostos, mas produtos agregados à nossa matéria-prima. E, certamente, sabemos que estamos assistindo a indústrias se instalando na China ou usando empresas chinesas para se tornarem linhas de montagem de produtos aqui já existentes.

No meu setor, o da construção civil, isso tem acontecido direto. E, assim, está claro que estamos reduzindo propostas de trabalho aqui no Brasil.

Acho que essa questão da reforma é estratégica para o País e este Congresso não pode se omitir. Não podemos esperar mais 12 anos. Tem de ser imediatamente, não há mais tempo. O tempo já venceu. A reforma é necessária e fundamental para o País superar problemas crônicos. Superar isso não é fazer corte de 50 bilhões no Orçamento Público. Tem de haver pontualidade.

Sem dúvida, para aumentar a receita, o Brasil precisa crescer. E, para crescer, precisa tirar alguns entraves. E a falta de reforma tributária é um dos problemas mais graves que temos.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - A Mesa parabeniza o Deputado Mourão.



O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, confesso que fiquei muito feliz com o desenrolar do encontro desta terça-feira, por sinal inédito, envolvendo o Governo do Estado do Rio de Janeiro e os Prefeitos da Baixada Fluminense. Eles discutiram algumas ações importantes para tratar de forma integrada a questão da saúde nos Municípios de Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Magé, Mesquita, Japeri, Itaguaí, Queimados, Seropédica e São João de Meriti.

Fiquei particularmente feliz, Sr. Presidente, porque uma das propostas diz respeito ao Município de Nilópolis, que deverá ter recursos disponibilizados pelo Governo estadual para reformar um dos andares do Hospital Municipal Juscelino Kubitschek, permitindo a ampliação da maternidade, com 80 novos leitos.

O Secretário Estadual de Saúde e de Defesa Civil, Sérgio Côrtes, explicou aos Prefeitos e Secretários Municipais presentes ao encontro que o Governador Sérgio Cabral quer fortalecer a atenção básica à saúde e a rede de urgência e emergência, construir novas maternidades e desenvolver políticas de prevenção e combate à dengue na Baixada Fluminense.

Entre as ações anunciadas pelo Secretário Côrtes, Sr. Presidente, estão, por exemplo, a criação de clínicas da família e o fácil acesso da população a medicamentos e exames. Para isso, o Governo estadual irá aumentar a ajuda financeira que o Ministério da Saúde já oferece aos Municípios da região.

Ficou ainda acertado que, na área de urgência e emergência, que já usa o Serviço de Atendimento Médico de Urgência e as Unidades de Pronto Atendimento



24 horas, a idéia é utilizar o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense para contratar médicos e uniformizar os salários desses profissionais.

Resta-nos, portanto, Sr. Presidente e nobres Deputados, torcer para que essas medidas saiam do papel, de forma que a população tão sofrida da Baixada Fluminense encontre um tratamento mais humano, mais digno.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ratinho Junior.

O SR. RATINHO JUNIOR (PSC-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar, em nome da nossa bancada, do PSC, a alegria pela posse, no dia de hoje, de mais um membro do nosso partido, o que ajuda a aumentar nossa bancada não apenas em número, mas em qualidade, pois o Deputado Deley já tem serviços prestados a esta Casa, a este Congresso e ao País.

S.Exa. já era Deputado. Agora, é suplente, mas assumiu definitivamente. Deputado pelo Rio de Janeiro, S.Exa. traz para nós da bancada uma alegria muito grande, porque conhecemos seu trabalho, sua dedicação em prol do esporte e do Brasil. Sem dúvida alguma, veio para qualificar ainda mais a bancada do PSC aqui no Congresso Nacional.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero comunicar formalmente à Casa — presidida neste instante por V.Exa., tendo ao seu lado o companheiro de Mesa Inocêncio Oliveira — que há poucos instantes foi instalada formalmente a Comissão de Reforma Política, sob a presidência do nobre Deputado e ex-Senador Almeida Lima, que imediatamente designou Relator o Líder Henrique Fontana.

Portanto, a Comissão de Reforma Política inicia formalmente as suas atividades. Nós desejamos que ela cumpra o seu dever, oferecendo ao País uma reforma que atenda realmente às exigências da conjuntura.

Era a comunicação formal que desejava fazer a V.Exa., à Casa e ao País.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço uso da palavra neste momento para defender a aprovação do Plano Nacional de Juventude, proposto por meio do Projeto de Lei nº 4530, de 2004, que cria um conjunto de medidas que beneficiam os jovens com idade entre 15 e 29 anos.

Esse projeto é fruto do trabalho da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, que tive a honra de compor, juntamente com a Deputada Alice Portugal e com os Deputados Reginaldo Lopes e Vignatti, entre outros companheiros — e aproveito a ocasião para parabenizar a Deputada Manuela D'Ávila pela relatoria do Estatuto da Juventude.

Para se ter idéia da importância do trabalho realizado, cabe dizer que a Comissão realizou, entre 2003 e 2004, 33 audiências públicas para ouvir especialistas no assunto, gestores públicos e, claro, os principais interessados nessas medidas: os jovens do Brasil. O trabalho não ficou restrito ao espaço das Comissões da Câmara dos Deputados, ele “caminhou” pelo País, através de encontros regionais realizados em todas as Capitais dos Estados e no Distrito Federal.

Como ponto culminante dos nossos trabalhos, em junho de 2004, foi realizada a Conferência Nacional de Juventude, que reuniu, em Brasília, cerca de 2 mil jovens de todo o Brasil para debater o Plano Nacional de Juventude.

Nessas oportunidades, ouvimos dos jovens aquilo que lhes causa preocupação, que oportunidade esperam e quais as políticas de juventude que



almejam do Governo. Verificamos que eles querem educação de qualidade, inserção no mercado de trabalho, emprego e renda, mas também que sabem exercitar o lado empreendedor e esperam capacitação para fazê-lo. Eles buscam acesso à cultura e ao lazer e se preocupam com a cidadania e com a invasão das drogas na sociedade. Diante disso, cabe a nós garantir igualdade de oportunidades para todos com a aprovação do Plano Nacional de Juventude.

Até há pouco tempo, as políticas juvenis brasileiras consideravam a juventude apenas como uma fase de transição da adolescência para a vida adulta, mas isso mudou. Hoje a juventude é vista como um segmento social, com direito a políticas específicas. Progredimos significativamente durante os oito anos do Governo Lula no que se refere a políticas públicas de juventude. Avançamos bastante com a criação do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude.

O Brasil acompanhou a criação de programas como o PROJOVEM Urbano, que tem como finalidade garantir aos jovens de 18 a 29 anos o exercício efetivo da cidadania, por meio da reinserção escolar, da inclusão digital e da capacitação para o mundo do trabalho.

No Governo Lula, os jovens de origem mais humilde tiveram facilitado o acesso ao ensino superior com a criação do Programa Universidade para Todos — PROUNI, que, desde 2005, atendeu 748 mil estudantes em todo o Brasil, concedendo bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação.

Avançamos, mas precisamos investir muito mais nos próximos anos, principalmente, no quesito educação básica de qualidade. Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD 2009 demonstraram isso com clareza, ao afirmarem que 1 em cada 5 brasileiros com mais de 15 anos é analfabeto



funcional. Jovens sem educação e trabalho estão condenados ao subemprego, à subcidadania e, por tabela, a uma vida marcada pela ausência de perspectivas e ambições positivas.

Precisamos, portanto, Sras. e Srs. Deputados, garantir ações voltadas para os jovens a curto, médio e longo prazos, para que o Brasil que estamos construindo deixe de desperdiçar o talento e a energia que emanam dos nossos jovens.

Na busca para tornar o Brasil um país desenvolvido, precisamos reconhecer o papel fundamental que a juventude tem no processo de desenvolvimento. Não foi à toa que a própria Organização das Nações Unidas elegeu 2010 como o Ano Internacional da Juventude.

Nesse sentido, apresentei à Mesa Diretora da Casa requerimento solicitando a inclusão da matéria na Ordem do Dia de votações. Assim, aproveito este momento para pedir aos Líderes dos partidos que elejam como prioridade a votação do PL 4530/04, para que possamos dar fim a uma espera de seis anos, aprovando o Plano Nacional de Juventude.

Faço esse pedido na certeza de que a construção de uma agenda positiva na Casa passa pela valorização da juventude.

Para concluir, Sr. Presidente, mais uma vez reitero à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados a solicitação feita por meio do requerimento que apresentei com integral apoio da bancada do PMDB e peço seja este discurso divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Rosane Ferreira. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

A SRA. ROSANE FERREIRA (Bloco/PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é um comunicado muito rápido.

Estamos vivendo no Estado do Paraná uma epidemia de dengue. Já há alguns óbitos, e os números não param de crescer.

Estou encaminhando ofício aos 399 Municípios do Estado do Paraná sugerindo — minha intenção é apenas sugerir — que se criem leis municipais com o objetivo de penalizar as pessoas que não colaboram e não fazem sua parte no combate à doença.

Sei que é uma medida drástica, mas estou usando como exemplo, Sras. e Srs. Deputados, a história do cinto de segurança. Todos sabiam que o cinto de segurança era necessário para proteger a vida, mas ninguém o usava, até que a lei impôs multas e sanções para quem não o fizesse. Conseguimos grande êxito com isso. Podem ter certeza de que hoje há muitas vidas salvas pela obrigatoriedade do uso do cinto.

Estamos apenas sugerindo aos Legislativos Municipais, porque sabemos que é prerrogativa deles atuar nessa questão. É importante que se criem sanções e multas para quem não faz a sua parte e ainda expõe a vida de terceiros.

Também vou lembrar à Mesa que solicitei, há algum tempo, que o cronômetro daquele painel (*aponta*) passasse para a direita, para que pudéssemos ver quanto tempo ainda nos resta.

Nesta tribuna, somos prejudicados. Tenho de olhar para trás para ver que ainda tenho 46 segundos. Então, eu gostaria que a Mesa levasse em consideração



esse pedido ou, quem sabe, pudesse instalar na própria tribuna um cronômetro, Deputada Benedita da Silva, para que pudéssemos controlar a nossa estada aqui.

Eu teria mais um assunto, mas não gosto da campanha que me diz que tenho de concluir. Então, deixarei para tratá-lo em outra oportunidade.

Apenas quis fazer esse registro para que, quem sabe, possamos realmente ter um enfrentamento sério a essa doença, que hoje consome muitos recursos dos poucos disponíveis para o sistema de saúde. Só as campanhas educativas não bastam para controlá-la.

Muito obrigada.

O Sr. Jorge Tadeu Mudalen, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 3º Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência informa que há duas partes da sessão em que não se permitem apartes: Pequeno Expediente ou Breves Comunicações e Comunicação de Liderança.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para uma breve intervenção, concedo a palavra, pela ordem, à ilustre Deputada Lauriete.

A SRA. LAURIETE (PSC-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com respeito, admiração e orgulho que neste momento faço alusão ao Dia internacional da Mulher, a ser comemorado no próximo dia 8. Foi sempre fato, em toda e qualquer época, mas notadamente nos dias que ora vivemos, que a mulher desempenha múltiplos papéis, seja na sociedade, seja na vida familiar.

A economia evoluiu, as mulheres acompanharam essa evolução, ocupando seu lugar no mercado de trabalho e na política, o que torna essencial nos reportarmos à ascensão da Presidente Dilma Rousseff ao cargo mais elevado do Executivo nacional, empreendendo uma marca pessoal e feminina a gestão brasileira.

É longo o caminho das mulheres, mas já alcançamos importantes avanços em todos os ramos das atividades econômicas e culturais.

É o que se vê no mundo, com diversos exemplos de mulheres nos mais altos cargos dos poderes executivos, legislativo, judiciário e também nos principais postos empresariais e nos movimentos sociais e culturais.

A Deputada Federal Rose de Freitas muito nos alegra por pela primeira vez na história desta Casa uma mulher ocupar a Vice-Presidência. Com brilhantismo, ela vem presidindo vários trabalhos nesta Casa de leis. A Senadora Marta Suplicy, do mesmo modo, ocupa a Vice-Presidência do Senado, com isso abrindo um novo ciclo administrativo em nível nacional.



Ma no que tange ao tratamento dispensado à mulher não houve evolução alguma. Hoje ela ainda sofre elevado grau de violência, lamentavelmente estampada nos jornais e telejornais brasileiros. Certos de que a Lei Maria da Penha trouxe novo impulso e punição aos agressores luta, sabemos que ainda é preciso avançar para aniquilar a violência que em muitos casos a mulher sofre no anonimato.

Ressalto o louvável passo dado pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo. O Presidente daquela corte, Excelentíssimo Desembargador Manoel Alves Rabelo, no dia 24 de fevereiro, em sessão do Pleno, fez aprovar por unanimidade a instalação da 5ª Vara Criminal de Vila Velha, no espírito Santo, especializada em violência doméstica familiar contra a mulher.

Creemos que já se faz por demais tardia a correção dessa falta grave que a sociedade como um todo comete em relação à mulher.

Essa mesma mulher, ao lado do homem, em condições desvantajosas, impulsiona a economia e a política, não deixando em plano inferior sua vida doméstica; desdobra-se nos papéis de esposa, mãe, irmã e filha, sempre pronta a tomar as providências necessárias ao bom andamento de tudo.

Por fim, cabe, portanto, não só no dia 8, mas no mês de março, a sincera homenagem, o sincero respeito e carinho a nós, mulheres.

Obrigada

Que Deus nos abençoe sempre.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Noé. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. LUIZ NOÉ (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fiz a seguinte pergunta, através de meios eletrônicos, como o Twitter: quem é herói no Brasil? Quem é herói na história brasileira? Muitos recados e mensagens chegaram.

Na semana que passou, tive oportunidade de ver, nos corredores desta Câmara, uma exposição de fotos sobre a trajetória de um homem que, sem dúvida nenhuma, contribuiu para a história do Brasil: Rubens Paiva.

Estou fazendo este pronunciamento para solicitar que seja colocado no livro de heróis da Pátria do Brasil o nome de Rubens Paiva. Muitos dizem que, se um homem se dedicar e se doar bastante, torna-se um herói. No dia a dia, existem milhares de heróis. Mas Rubens Paiva doou sua vida para que o sistema brasileiro hoje funcionasse.

Qual é o sentimento de uma família quando o pai sai de casa e nunca mais retorna (há poucos anos, o Brasil reconheceu Rubens Paiva como desaparecido político)? Que violência é essa que retira uma pessoa da sua casa? A grande maioria dos que hoje fazem parte desta Casa é constituída de pais e mães. Imaginem a saudade que os pais sentem dos filhos ou a saudade que os filhos sentem dos pais.

Esse homem contribuiu para a história do Brasil profissionalmente, politicamente, mas teve sua voz silenciada. Ele se doou.



Por isso, faço um pedido para que esse cidadão seja incluído como um herói brasileiro que ajudou a construir este País, ajudou a fazer a sua história e permitiu, com seus atos, que hoje desfrutemos da democracia e estejamos aqui.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao ilustre Deputado Lira Maia.

O SR. LIRA MAIA (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem reunimo-nos com alguns colegas para retomar a discussão em torno da criação de novos municípios brasileiros.

O Congresso Nacional ficou com a atribuição de criar novos municípios. No entanto, há mais de 15 anos não se cria um município no Brasil. Pois ontem fizemos uma reunião liderada pelo Deputado Manoel Junior, Presidente da Frente Municipalista Brasileira, no sentido de retomar o tema e organizar aqueles que aqui têm esse interesse, para que regulamentemos, de fato, a Emenda nº 15, que define os critérios necessários para a criação de novos municípios no País.

Após o Carnaval vamos fazer novas reuniões com vistas à regulamentação da Emenda nº 15 e, com isso, tomar uma atitude para de fato destravar a discussão a respeito dessa grande necessidade, principalmente na Região Norte.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao meu Líder, o nobre Deputado Lincoln Portela, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, sempre trabalhando com competência na Mesa da Câmara dos Deputados; Sras. e Srs. Deputados, estivemos hoje em reunião com a Presidenta Dilma Rousseff. Foi uma reunião da melhor condição possível, em que os Líderes da base começaram a tratar da reforma política. Claro, a Presidenta da República está muito preocupada também com a questão da reforma política e quer trabalhá-la, juntamente com os Líderes da base, dando toda a liberdade a esta Casa para que a discussão caminhe em seu tempo normal, dentro de toda a normalidade.

Eu fiz uma proposta, Sr. Presidente. E que proposta foi essa? Sempre que discutimos reforma política, de 2003 para cá, criamos Comissões. Eu me lembro que fiz parte da Comissão de 2003, quando trabalhamos muito nesse contexto. Veio o Projeto de Lei nº 1.210 e nós ficamos aqui discutindo, brigando, e deixamos de votar. Depois, o Supremo Tribunal Federal acabou legislando por nós, na nossa procrastinação.

Então, Sr. Presidente, eu fiz a seguinte sugestão: que os Líderes da base se reúnam, primeiro, claro, na Comissão que será estabelecida, logo após as Comissões Temáticas serem também estabelecidas, a partir de hoje. Na próxima semana, começa a funcionar a Comissão de Reforma Política.

Sr. Presidente, os partidos devem conversar não apenas na Comissão, mas também em seus blocos, em suas bases, sobre a reforma política. Por exemplo, o Partido da República, logo após o Carnaval, vai se reunir juntamente com todo o



bloco, com todos os oito partidos que compõem o bloco dos 64 Parlamentares. Vamos discutir entre nós a reforma política, os pontos que nos unem, os pontos divergentes. Então, já estaremos debatendo essa matéria.

Eu sugeri que os partidos da base fizessem um grande fórum, para que nele pudéssemos também encontrar soluções e caminhos para a reforma política. A partir do momento em que a base sair unida, estaremos em melhores condições de trabalhar com a reforma política. Dessa forma, evitaremos que aconteça o que aconteceu antes. Primeiro, quando o Executivo mandou uma mensagem para a reforma política, pelo menos com quatro pontos importantes, não houve acordo na base nem na Oposição e, por isso, houve divergências nesta Casa e a reforma política não aconteceu.

E também tivemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a questão do Projeto de Lei nº 1.210: partidos de posicionamento ideológico completamente diferentes se uniram e acabaram produzindo o caos nesta Casa.

A partir do momento em que a base começar a se reunir para discutir a reforma política, pontos convergentes e pontos divergentes, num prazo de 6 meses estaremos pronto para votá-la, fatiada ou não. Aliás, esta ideia foi abarcada pelo Vice-Presidente Michel Temer, que gostou muito dela. E os Líderes também gostaram. O Deputado Jovair Arantes somou fileiras conosco, e os outros partidos também.

É de fundamental importância, Sr. Presidente, que os partidos da base comecem, o mas rápido possível, num fórum de debates, a discutir a reforma política.



O Partido da República está pronto para participar do debate e ajudar a resolver essa questão. A sociedade brasileira, os Parlamentares, os políticos do Brasil pedem a reforma política.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Jorge Tadeu Mudalen, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maia, Presidente.



O SR. PAULO TEIXEIRA - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não, Deputado.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar os nossos pesares pela despedida, na semana passada, da Sra. Jacintha Garcia Duarte de Alencar, chamada carinhosamente de Dona Nina.

Nascida em 1914, em Santa Rosa de Viterbo, São Paulo, D. Nina foi professora primária e teve dois filhos: Chico de Alencar e Maria Amélia Garcia de Alencar, Professora da Universidade Federal de Goiás. Morou durante 25 anos no Rio de Janeiro. Despediu-se no último dia 23 de fevereiro, em sua terra natal, para passar para uma dimensão superior.

Nossa homenagem ao grande Deputado Chico Alencar. O bom fruto nasce da boa árvore.

Nossos sentimentos ao Deputado e a toda a sua família.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Marcelo Matos.

O SR. MARCELO MATOS (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, venho aqui hoje, em nome da maior torcida de futebol do Brasil, com certeza também a maior do mundo, trazer-lhe uma pequena lembrança, enviada pela Presidenta do nosso time — e aproveito para parabenizar a todas as brasileiras pelo mês das mulheres.

Quero presentear V.Exa., Sr. Presidente, em nome da nossa torcida rubro-negra, com uma pequena lembrança pela nova contratação que o Flamengo está tentando fazer. Tenho a certeza de que estamos ganhando agora mais um torcedor para o Flamengo.

Em nome da nossa Presidenta e do nosso Diretor de *Marketing*, Alexandre Santos, entrego a V.Exa. esta lembrança.

(O orador entrega ao Presidente Marco Maia uma camisa de futebol do Clube de Regatas do Flamengo.)

O SR. LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, o Clube Atlético Mineiro faz uma saudação aos flamenguistas!

O SR. FERNANDO FERRO - Em atenção ao assunto, Deputado Inocêncio Oliveira, mesmo eu sendo torcedor do Náutico, tive a informação de que a Justiça Federal retirou do Flamengo o título de 1987.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, o Sport Club Internacional, o Colorado do Rio Grande, aplaudiu os flamenguistas aí.



O SR. AMAURI TEIXEIRA - O maior rubro-negro do Brasil é o Vitória da Bahia!

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Eu agradeço ao Deputado Marcelo Matos. Mas, como bom gremista, estou com uma pequena pendência com o Flamengo.

Agradeço ao Deputado Marcelo Matos o carinho.

Vejo que esta camisa tem a assinatura de todos os jogadores do Flamengo.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. MARCELO MATOS - Sr. Presidente, está aqui o Deputado Simão Sessim dizendo que é flamenguista doente. Acontece que nós não temos flamenguistas doentes. Simão, só temos flamenguistas saudáveis!

Mas vou aproveitar para lhe presentear também, Simão. Esta aqui é sua. Só não tem o nome, porque V.Exa. não está sendo contratado, mas tem a assinatura de todos os jogadores.

O SR. SIMÃO SESSIM - Maravilha!



O SR. JOÃO ANANIAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO ANANIAS (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma breve comunicação.

Quero manifestar pesar pelo ocorrido no meu Estado do Ceará, mais precisamente no Município de Guaraciaba do Norte, onde morreram oito pessoas num único acidente automobilístico. Vejam que a gravidade dos acidentes de trânsito assume proporções cada vez maiores.

Como Deputado Federal do Ceará, venho manifestar os nossos sentimentos de pesar àquela população.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputados, os oradores inscritos serão chamados logo mais, na próxima sessão.

De ofício, como houve acordo de todos os Líderes para votarmos três projetos na sessão extraordinária, vou cancelar a Ordem do Dia que estava prevista para hoje e encerrar esta sessão, para iniciarmos uma nova sessão, extraordinária, mantido o painel da forma como ele se encontra.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Apresentação de proposições.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS:



VI - ORDEM DO DIA

(Debates e trabalho de Comissões.)



VII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Encerro a sessão, convocando para hoje, quarta-feira, dia 2 de março, às 16h58min, sessão extraordinária da Câmara dos Deputados com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 029.1.54.O
Data: 02/03/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 5187

(Encerra-se a sessão às 16 horas e 57 minutos.)